

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-ESPACIAL E REGIONAL – PPDSR

DAMIÃO SOLIDADE DOS SANTOS

**OS PROCESSOS FORMATIVOS POR ALTERNÂNCIA DOS JOVENS
RURAIS E SUAS ATUAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso das
EFAs do município Lago do Junco – Maranhão**

São Luís

2017

DAMIÃO SOLIDADE DOS SANTOS

**OS PROCESSOS FORMATIVOS POR ALTERNÂNCIA
DOS JOVENS RURAIS E SUAS ATUAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso das EFAs do município
Lago do Junco – Maranhão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de Mestrado, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat

Área de concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional.

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

São Luís

2017

DAMIÃO SOLIDADE DOS SANTOS

**OS PROCESSOS FORMATIVOS POR ALTERNÂNCIA
DOS JOVENS RURAIS E SUAS ATUAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso das EFAs do município
Lago do Junco – Maranhão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de Mestrado, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Isaac Bernat Giribet (Orientador)
Doutor em História
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Ariadne Enes Rocha
Doutora em Agronomia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos
Doutor em Agronomia
Universidade Estadual do Maranhão

DEDICATÓRIA

Para todos (as) que deram sua vida para a construção das **Escolas Famílias Agrícolas** (EFAs) no Brasil.

Em nome de todos (as) que se colocam a serviço da classe camponesa, dedico ao **Professor Jean Hébette** e ao **Padre Humberto Pietogrande** (In memoriam).

Em nome das EFAs do Lago do Junco através dos educadores **Luiz Ramos Santos** “Luizinho” e **Vanderval Spadetti** pela construção da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo.

Ao mestre **Thierry De Burghgrave** pelos os ensinamentos e os exemplos de atuação e favor das EFAs.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus e seu filho Jesus Cristo, um excelente exemplo para a humanidade. Em que acreditamos nos seus ideais.

A minha mãe Inácia Solidade dos Santos, que aos 84 (oitenta e quatro) anos de idade, presencia em vida a conquista de mais um grau do seu filho, agora em nível superior de pós-graduação.

Aos meus irmãos: Gabriel, Pedro, Sebastião e Jesus e minha irmã: Maria. Também ao meu pai Bento Francisco dos Santos (In memoriam).

A minha companheira Maria Antonia Gomes de Araújo e nosso filho João Manuel de Araújo Solidade. Que juntos construímos uma convivência em família, colaboraram compreendendo o processo e exigiram a conclusão quando surgiu uma ameaça de desistência.

Agradecemos a todos (as) pela oportunidade de caminhada na construção da Pedagogia da Alternância. Aos/as monitores/as, estudantes e famílias da EFA Professor Jean Hébette em Marabá – Pará que compreenderam minhas ausências e deram continuidade nos trabalhos da Escola.

As EFAs do município de Lago do Junco pela abertura, apoio e acolhida para realização da pesquisa, agradeço em especial aos/as monitores/as, direção das Escolas, diretorias das Associações, estudantes e famílias.

Ao orientador deste trabalho Isaac Giribet Bernat, pelo incentivo e orientações. A quem me tornei companheiro de lutas e realizações em favor da Reforma Agrária, Educação do Campo e Agroecologia. Soube ser flexível, mas, também atuou de forma dura para que o trabalho chegasse a fase final, com êxito.

Ao professor Itaan de Jesus Pastor Santos e a professora Ariadane Enes Rocha da Universidade Estadual do Maranhão, que atuaram nas banca de qualificação e defesa, em ambos os momentos ofereceram ricas contribuições no aspecto metodológicos, nas análises dos dados sobre Desenvolvimento e Agroecologia.

Ao Diretor Técnico da EMATER Rosival Pôssidônio do Nascimento e o Supervisor Regional em Marabá Francisco da Silva Ferreira, em nome dos dois agradeço o apoio e compreensão dos demais colegas de trabalho na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Pará (EMATER – Pará).

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA) na pessoa da secretária Elizete e os/as professores/as: Frederico Lago Burnett presidente da comissão do processo seletivo permitindo o início da caminhada através de nossa entrada no Mestrado; Antônio José de Araújo Ferreira - Desenvolvimento Urbano e Regional; Zulene Muniz Barbosa - Estado e Política de Desenvolvimento Regional e nossa querida Coordenadora; Marivânia Leonor Souza Furtado - Teoria e Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais; Jair Pinheiro – Ideologias; Isaac Giribet Bernat - Questões Agrárias e meu orientador; Carla Regina Assunção Pereira - Poder Local; Franci Gomes Cardoso - Seminário de Dissertação e José Sampaio Mattos Júnior Vice-Coordenador do PPDSR pelas dicas e incentivos.

Ao professor Luís Mauro Santos Silva da Universidade Federal do Pará (UFPA) que atua no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste Pará (UNIFESSPA), onde mergulhei na temática Agroecologia compreendida como uma ciência, uma prática e um movimento.

Ao amigo Antonio Ernane que me avisou na época da existência deste mestrado em Desenvolvimento. por várias vezes nos encontramos na rodoviária de Santa Inês – Maranhão para dialogar e sonhar.

Ao amigo Robério Pontes Cruz pelo o esforço para as confecções dos mapas para localização da pesquisa.

Enfim, como base em todo percurso formativo agradeço as convivências, aprendizagens e amizades dos 10 (dez) colegas de Mestrado Turma 2015: Abraão, Andreia, Carlos, Carla, Claudia, Clara, Fernanda, Irismar, Jussara e Sueli. Vamos nos separar deste momento acadêmico, mas seguiremos com vínculos para sempre.

“Somos Escola Família
que sonha prosperidade
Produção na propriedade
por isso sua filosofia
sua Pedagogia é integração
une teoria e prática
faz Alternância na Educação.”
Antônio Baiano¹

¹ Da música “Nova Escola” do cantor popular Antônio Baiano – EFA de Orizona – Goiás

RESUMO

Este estudo trata dos processos formativos por alternância dos jovens rurais e suas atuações no desenvolvimento local nas EFAs do município maranhense de Lago do Junco. Adotou-se uma metodologia baseada em um estudo de caso que permitisse uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando as contribuições da pesquisa bibliográfica e de campo. Apresentamos, em primeiro lugar, os elementos históricos da Pedagogia da Alternância nas suas dimensões internacional, nacional, regional e local. Conclui-se que os processos formativos por alternância para jovens rurais visando uma formação integral desenvolvidos pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), atingem e contribuem decisivamente no desenvolvimento local a partir da inserção profissional em organizações sociais e nas unidades de produção familiar. Tendo como objetivo principal a permanência na terra, ao longo dos anos os/as camponeses/as desenvolveram diversas estratégias de organização social e política, entre elas a Educação do Campo que cada vez está mais permeada pelos princípios e as práticas agroecológicas. O Desenvolvimento Local é um dos princípios fundamentais da Pedagogia da Alternância, sendo uma das finalidades buscadas pelos processos formativos. Os processos de formação na EFA visam que o/a jovem possa intervir tanto no desenvolvimento da unidade de produção familiar como da comunidade. A Agroecologia é uma temática que tem cada vez mais ocupado espaço nas EFAs, tendendo a se consolidar como um dos princípios da Pedagogia da Alternância. Verificou-se que os jovens rurais egressos das EFAs tem uma compreensão bem fundamentada sobre os conceitos Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia. A principal dificuldade encontrada pelos jovens para sua atuação profissional é o acesso às políticas públicas voltadas para a juventude, tais como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Dos 10 (dez) jovens egressos/as entrevistados, 07 (sete) atuam em organizações dos (as) agricultores (as) e continuam vinculados ao campo, não saiu para atuar na cidade.

Palavras-chave: Agroecologia. Desenvolvimento Local. Pedagogia da Alternância.

ABSTRACT

This study deals with the formative processes by alternation of the rural young people and their actions in the local development in the EFAs of the Maranhão municipality of Lago do Junco. It was adopted a methodology based on a case study that allowed a qualitative and descriptive approach, using the contributions of the bibliographical and field research. We present, first, the historical elements of Alternation Pedagogy in its international, national, regional and local dimensions. It is concluded that the training processes by alternation for rural young people aiming at an integral formation developed by the Agricultural Family Schools (EFAs), reach and contribute decisively in the local development from the professional insertion in social organizations and in the units of family production. Having as main objective the permanence in the land, over the years the peasants have developed diverse strategies of social and political organization, among them the Field Education that is increasingly permeated by the principles and the agroecological practices. Local Development is one of the fundamental principles of Pedagogy of Alternation, being one of the aims sought by the formative processes. The training processes in the EFA aim at allowing young people to intervene both in the development of the family production unit and in the community. Agroecology is a subject that has increasingly occupied space in the EFAs, tending to consolidate itself as one of the principles of Alternation Pedagogy. It was verified that rural young people from the EFAs have a well-founded understanding of the concepts of Sustainable Development and Agroecology. The main difficulty encountered by young people in their work is access to public policies aimed at youth, such as the National Family Agriculture Program (PRONAF) and the National Land Credit Program (PNCF). Of the 10 young people interviewed, 07 (seven) work in organizations of the farmers and are still attached to the field, did not leave to work in the city.

Keywords: Agroecology. Local Development. Pedagogy of Alternation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As Associações dos CEFFAs do Mundo	31
Figura 2 – Territorialização das EFAs no Maranhão.....	63
Figura 3 – Mapa do Estado do Maranhão - localização da pesquisa.....	78
Figura 4 – Os pilares da Pedagogia da Alternância	96
Figura 5 – Horticultura: horta orgânica – produção de hortaliças.....	112
Figura 6 – Colheita de tomate por um estudante da EFA.....	112
Figura 7 – Fruticultura: plantio de abacaxi (ao fundo área com bananeiras) ..	113
Figura 8 – Avicultura: criação de galinhas para produção de carne	113
Figura 9 – Suinocultura: criação de porcos para banha e carne.....	114
Figura 10 – Piscicultura: criação de peixes em tanque escavado.....	114
Figura 11 – Vista aérea do CEFFA (imagem de satélite).....	115
Figura 12 – Vista frontal do Prédio do do CEFFA.....	116
Figura 13 – Casa de ferramentas e equipamentos agrícolas.....	118
Figura 14 – Jovens da EFA colhendo frutos de caju.....	118
Figura 15 – Jovens da EFA colhendo frutos de caju II.....	119
Figura 16 – Horticultura: produção de hortaliças (alface e coentro).....	119
Figura 17 – Suinocultura: criação de porcos em confinamento.....	120
Figura 18 – Ovinocultura: criação de carneiro e ovelhas.....	120
Figura 19 – Avicultura: criação de galinhas em semiconfinamento.....	121
Figura 20 – Horticultura: jovens fazendo manutenção da horta medicinal.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organizações regionais e EFAs filiadas à UNEFAB.....	47
Tabela 2 – Dados das Escolas Famílias Agrícolas no Maranhão.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
- ACEMEP - Associação do Centro Familiar de Formação por Alternância de Ensino Médio e Profissionalizante
- ACESA - Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
- AECOFABA - Associação das Escolas Comunidades das Famílias Agrícolas da Bahia
- AEFACOT - Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Estado de Goiás
- AEFAI – Associação da Escola Família Agrícola de Indenpedência
- AEFALJ - Associação da Escola Família Agrícola do Centro Oeste e Tocantins
- AEFAGOIAS - Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Estado de Goiás
- AEFAPI - Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí
- AEFARO - Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia
- AES - Associação dos Amigos do Espírito Santo
- AEFASUL – Associação da Escola Família Agrícola da Região Sul
- AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil
- AGEFA - Associação Gaúcha Pró- Escolas Famílias Agrícolas
- AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural
- AJR - Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
- AMEFA - Associação Mineira das Escolas Família Agrícola
- AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais
- APAEB - Fundação Educadora de Desenvolvimento da Região Sisaleira
- ARCAFAR SUL – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul
- ARCAFAR NORTE/NORDESTE – Associação Regional das Casas Familiares Rurais Nordeste Norte
- ARCAFAR PARÁ – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- ASBL – Associação Sem Fins Lucrativos
- ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
- CAT - Centro Agroambiental do Tocantins
- CCSA - Centro Ciências Sociais Aplicadas
- CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
- CTE – Centro de Treinamento Educativo
- CEE - Conselho Estadual de Educação

CEFFA - Centro Familiar de Formação por Alternância
CF – Centro de Formação
CFR - Casa Familiar Rural
CENTAF - Centro de Formação da Agricultura Familiar Padre Leandro Caliman
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNBEC – Conferência Nacional de Educação Básica do campo
COAAMS - Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Mato Grosso do Sul
COMSAÚDE - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
COPPALJ - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CR - Caderno da Realidade
CRE - Coordenadoria Regional de Educação
CRFA – Centro Rural de Formação por Alternância
CTA – Centro de Tecnologias Alternativas
DISOP – Organização para Cooperação Internacional para Projetos de Desenvolvimento
DISOPbrasil – Instituto de Cooperação Belga-Brasileira para o Desenvolvimento Social
ECR – Escola Comunitária Rural
EFA - Escola Família Agrícola
EFAC - Escola Família Agroextrativista do Carvão
EFACE - Escola Família Agroextrativista do Cedro
EFAF - Escola Família Agrícola Antônio Fontenele
EFAM - Escola Família Agroecológica do Macacoari
EFAEXMA- Escola Família Agroextrativista do Maracá
EFAP - Escola Família Agrícola do Pacuí
EFAPEN - Escola Família Agrícola Perimetral Norte
EFAR - Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues
EFASC - Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul
EFC – Estrada de Ferro Carajás
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER PARÁ - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Pará
EMEP - Ensino Médio Profissional

EPN - Equipe Pedagógica Nacional
FAMA – Fundo Amazônia
FATA - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FMRM – Fundación das Maisons Familiaes Rurales Mundo
FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo
FUNACI - Fundação Padre Antônio Dante Civiero
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAETE -Grupo de Articulação Interinstitucional de Enfretamento do Trabalho Escravo
IBELGA - Instituto Bélgica – Nova Friburgo
ICEFAT - Institutos Básicos por Cooperativa e Formação para o Trabalho
IFPA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR-BIO - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MFR- Maison Familiale Rurale
MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins
MPPA - Ministério Público do Estado do Pará
MPA - Movimento dos/as Pequenos/as Agricultores/as
MST - Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra
NEAM - Núcleo de Educação Ambiental
NUFED – Núcleo Educativos Familiares de Educação para o Desenvolvimento
NUPECAMPO – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PA - Pedagogia da Alternância

PAF – Projeto Agroflorestal

PAPI – Programa Agroextrativista de Produção Integrada

PDTSA - Programa Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia

PE - Plano de Estudo

PFAD – Programa de Formação e Acesso a Direitos

PNUD – Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPDSR - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

PPEP – Projeto de Pesquisa e Experimentação Pedagógica

PROEFA – Projeto de Educação do Campo e Extensão Rural por Alternância para Agricultores/as Familiares da Região Sudeste do Pará

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PPP-ECOS – Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

PSC – Programa de Comercialização Solidária

RACEFAES - Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação por Alternância do Espírito Santo

REDE - Rede de EFA's dos Estados do Piauí, Maranhão, Amapá e Pará

REFAISA - Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SDR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia

SEC - Secretaria da Educação do Estado da Bahia

SEE - Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Marabá

SICREDI/VRP – Sistema de Crédito Cooperativo/Vale do Rio Pardo

STTRs - Sindicatos dos/as Trabalhadores/as Rurais

SIMFR - Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural

SINDITABACO - Sindicato da Indústria do Tabaco

UAEFAMA - União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão

UBEC – União Brasileira de Educação e Cultura

UCB - Universidade Católica de Brasília

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UEPA - Universidade do Estado do Pará

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB - Universidade de Brasília

UNFREO – Union Nationale des Maisons Familiales Rurales d'Éducation et d'Orientation

UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste Pará

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

URI - Universidade Integrada do Alto Rio Uruguai e Missões

SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
LISTA DE FIGURAS.....	X
LISTA DE TABELAS.....	XI
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.	XII
1 INTRODUÇÃO	19
2 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: internacional, nacional, regional e local	24
2.1 Origem e desenvolvimento na França e expansão pelo Mundo.....	26
2.2 Panorama da vitalidade mundial dos CEFFAs.....	30
a) Contextualização.....	30
b) Organização Internacional.....	34
c) Organizações de Cooperação e Solidareidade Internacional.....	35
2.3 Experiências das primeiras EFAs no Brasil.....	38
2.3.1 primeiros documentos filosóficos e metodológicos.....	41
2.3.2 O funcionamento das primeiras EFAs, expansão e formação.....	43
2.4 UNEFAB e suas organizações regionais	45
2.5 A história de uma ideia que se transformou na Pedagogia da Alternância: um sistema educativo do campo.....	71
3 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: as Escolas Famílias Agrícolas do município de Lago do Junco – Maranhão espaços de resistência e parcerias.....	73
3.1 Contexto da Região do Médio Mearim.....	74
3.2 Histórico do município do Lago do Junco.....	77
3.3 As EFAs de Lago do Junco: um pouco da história.....	79
3.4 Movimentos Sociais e as EFAs: espaços de resistências e parcerias.....	81

a)	Organização regional dos/as agricultores/as.....	83
b)	Organização das mulheres quebradeiras de coco babaçu.....	84
c)	Organização econômica cooperativista.....	85
d)	Organização da juventude rural.....	86
e)	Organização de animação e assessoria.....	87
3.5	A diversidade de conceitos de desenvolvimento e agricultura.....	88
3.6	As atuações dos/as jovens egressos das EFAs.....	94
3.7	Praticando o desenvolvimento sustentável como formas de resistências.....	103
4	AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NAS EFAs DO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO – MARANHÃO	105
4.1	A conceituação de Agroecologia.....	106
4.2	A Agroecologia na perspectiva dos/as sujeitos/as das EFAs.....	108
4.3	As principais práticas agroecológicas das EFAs.....	109
a)	EFA Antônio Fontenele.....	109
b)	CEFFA Manoel Monteiro.....	115
4.4	Agroecologia como um princípio da Pedagogia da Alternância.....	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
	REFERÊNCIAS.....	128
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS. SEMIESTRUTURADA.....	136
	APÊNDICE B –AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTA.....	137

1. INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA), tendo como título: “Os processos formativos por alternância dos jovens rurais e suas atuações no desenvolvimento local: o caso das EFAs do município Lago do Junco – Maranhão”. A pesquisa em seu conjunto teve por objetivo geral analisar os princípios da Pedagogia da Alternância (PA), bem como a aplicação dos seus instrumentos pedagógicos nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), enfatizando os elementos teóricos e práticos da Educação do Campo e do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os objetivos específicos do presente trabalho, são: caracterizar a visão dos atores/as da EFA sobre o desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia; avaliar a atuação dos/as jovens egressos das EFAs em prol do desenvolvimento rural sustentável em âmbito local e regional, identificando as principais dificuldades para que após a formação de nível fundamental ou médio o/a jovem rural retorne para trabalhar junto a sua família e comunidade e, finalmente, identificar as principais práticas agroecológicas desenvolvidas nas EFAs.

A temática da Agroecologia na Educação do Campo contribui para fortalecer este debate e embate, em busca de novas práticas de formação-pesquisa-desenvolvimento. As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) são uma das experiências que permitem acesso aos conhecimentos técnico e científico e a valorização dos saberes locais das comunidades rurais, com intuito de dar autonomia aos/as sujeitos/as do campo.

Tendo por base a luta pela terra, os/as camponeses/as desenvolveram diversas estratégias de organização social e política, entre elas a Educação do Campo, cada vez mais permeadas nos princípios e práticas agroecológicas.

Nos fins dos tempos ditatoriais (1964-1985), em intensa luta pela terra e forte processo migratório na região do Médio Mearim, os camponeses/as se articularam em organizações políticas, econômicas e educacionais para

garantir o processo de resistência ao latifúndio, buscando garantir o livre acesso a terra e aos babaçuais, para muitos/as a principal fonte de renda. A educação diferenciada e contextualizada ofertada pelas EFAs também surge como um instrumento no bojo dos processo de lutas pela terra. No caso da região do Médio Mearim, segmentos progressistas da Igreja Católica, os Franciscanos, vão atuar como um dos principais parceiros de apoio e mediação.

Com base na minha experiência profissional, e através da pesquisa bibliográfica sobre Pedagogia da Alternância (leitura de livros, relatórios e documentos), pude refletir e definir como questão central: Quais são os fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da Pedagogia da Alternância e a atuação sócio profissional dos jovens no desenvolvimento rural sustentável?

Para possibilitar a compreensão do objeto de estudo e a resposta a questão central definimos como questões norteadoras: 1) O que é o desenvolvimento sustentável na visão dos/as sujeitos/as das EFAs? 2) Como tem se dado a atuação dos/as jovens egressos das EFAs em prol do desenvolvimento rural sustentável em âmbito local e regional? Quais as principais dificuldades para que após a formação de nível fundamental ou médio, o/a jovem retorne para trabalhar junto a sua família e comunidade de origem, conforme objetiva a EFA? 3) Como têm sido desenvolvidas nas EFAs as práticas e os princípios agroecológicos?

A escolha como recorte analítico de análise das EFAs do Lago do Junco se deu pela relação de trabalho mantida com o coordenador da EFA de Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Médio, me chamou a atenção o fato do município² ter duas EFAs em espaços físicos diferentes. Enfim, considerando que o programa de mestrado do qual participo está localizado no estado do Maranhão, resolvi dar uma contribuição acadêmica para uma experiência no referido estado, além da possibilidade de vivenciar uma experiência diferente da presente no meu local de trabalho.

² Geralmente existe uma EFA em cada município, podendo a EFA trabalhar com os níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Temos conhecimentos dos municípios de Teresina-PI, Anchieta-ES e Nova Friburgo-RJ que possuem cada um duas EFAs na sua base territorial.

Conforme propõe o professor João Batista Pereira de Queiroz (2013) existe necessidade de dar continuidade aos estudos sobre a Pedagogia da Alternância, procurando conhecer mais para colaborar, com intervenções cada vez mais qualificadas, em vista de transformar a realidade dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs).

(...) apesar de encontrarmos várias teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos sobre a Alternância, ainda há vários desafios/problemas a serem trabalhados pelos estudos e pesquisas no Brasil. E esperamos que tanto as práticas quanto os estudos e pesquisas sobre a Alternância, parafraseando Pistrak, tenham como objetivo fundamental conhecer a realidade, penetrar a realidade, viver nela e transformá-la (QUEIROZ, 2013, p. 155).

Objetivando compreender os processos formativos por alternância e as atuações no desenvolvimento local dos/as jovens rurais do município Lago do Junco, a pesquisa de campo foi realizada nas duas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) existentes no município. Fizemos um esforço de teorizar sobre as práticas de Educação do Campo, tendo as EFAs como *locus* da pesquisa, concebendo que a:

Pesquisa não é um olhar de fora apenas. Pode até ser. Tem sido por muito tempo. Vários acadêmicos já escreveram sobre nossas experiências. Reconhecemos o valor dessas pesquisas, porém acreditamos que temos que avançar no processo. Não queremos se apenas objeto de análise. O que precisamos é desafiar-nos mutuamente a elaborarmos nossos conceitos, nossos saberes, nossas teses, não partir das teorias acadêmica, mas além dessas, do fazer cotidiano de cada CEFFA, com suas múltiplas realidades, na ação política e organizativa de cada associação local, regional e nacional, na ação efetiva dos nossos egressos e estudantes; em suma, tornando-nos assim, agentes e sujeitos das pesquisas e da construção coletiva de saberes e fazeres (BEGNAMI & PEIXOTO, 2013, p. 265).

O trabalho se pautou numa abordagem qualitativa, utilizando as contribuições das pesquisas bibliográfica e de campo. Utilizamos o método de estudo de caso. Considerando a pesquisa qualitativa na definição de André (In LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 18): “o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. É para atingir os objetivos lançamos mão da técnica da entrevista semiestruturada:

É uma entrevista feita a partir de um roteiro de questões previamente elaboradas com os tópicos e informações que deseja levantar ao longo da entrevista, podem ser abordadas outras questões consideradas também relevantes, que não foram previamente definidas (RUAS et al., 2006, p. 82).

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Família Agrícola Antonio Fontenele (EFAF) e no Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro (CEFFA), no município de Lago do Junco. Realizamos visitas nos meses de maio e agosto do ano de 2015, para apresentação do projeto de pesquisa e as primeiras aproximações com o objeto de estudo; e posteriormente, em outubro de 2016, realizamos as entrevistas. No total, foram entrevistados 10 (dez) jovens egressos das EFAs, 04 (quatro) monitores/as, 02 (dois) agricultores e 01 (uma) assessora da UAEFAMA.

A pesquisa bibliográfica se pautou nas obras clássicas da Pedagogia da Alternância, dissertações e teses sobre as EFAs em nível de Brasil, assim como publicações acadêmicas ou institucionais que versassem sobre as EFAs pesquisadas. Também levamos em conta trabalhos científicos que tratam da Região Medio Mearim.

A análise dos dados qualitativos oriundos das entrevistas foram organizados e sistematizados. Estes retratam os resultados da pesquisa, compondo o conteúdo e o corpo desta dissertação que está estruturada em três capítulos, além da introdução e da conclusão – onforme apresentação abaixo.

No primeiro capítulo, intitulado: “a Pedagogia da Alternância e sua trajetória histórica: internacional, nacional, regional e local”. Apresentamos os elementos históricos: origens, desenvolvimento e expansão. Iniciamos pelo nascimento da ideia, acontecida em berço francês; os desdobramentos da primeira experiência em seus aspectos pedagógicos e organizativos, a expansão na França e no Mundo. Em um segundo nível, as primeiras experiências das EFAs no Brasil surgidas no Espírito Santo, e que logo se espalharam por outros estados brasileiros. A União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) e suas organizações regionais, incluindo a União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA), que complementa a dimensão nacional e trazem os elementos do terceiro nível. O último nível é contemplado por breves notas históricas das EFA’s pioneiras de cada estado. Encerramos com uma consideração de que a

Pedagogia da Alternância nasce de uma ideia e se transforma em um sistema educativo do campo.

No segundo capítulo, com o título: “o Desenvolvimento Rural Sustentável e os Movimentos Sociais: as Escolas Famílias Agrícolas do município de Lago do Junco – Maranhão espaços de resistências e parcerias”. Contextualizamos a Região do Médio Mearim com ênfase a questão agrária e um breve histórico do Município do Lago do Junco. Concluímos com um resumo da história das duas EFAs do Lago do Junco. Fazemos uma apresentação da rede de organização sociais parceiras das EFAs e nas quais se dá atuação profissional dos jovens egressos. Trazemos para discussão a diversidade de conceitos de desenvolvimento e agricultura associando com as concepções dos jovens da EFA. Retratamos a atuação profissional e de militância dos jovens egressos das EFAs no desenvolvimento local, identificando as dificuldades e as perspectivas da juventude do campo. Finalizamos reconhecendo que as EFAs e os Movimentos Sociais praticam o desenvolvimento sustentável como formas de resistências frente às forças hegemônicas.

O terceiro capítulo descreve as principais práticas agroecológicas desenvolvidas nas EFAs do município de Lago do Junco, apresentamos a concepção do conceito de Agroecologia na visão dos/as teóricos e sujeitos/as egressos/as das EFAs. Concluímos apresentando a seguinte situação: a Agroecologia é um dos temas que tem ocupado espaço nas atividades educativas das EFAs, podendo ser considerado um dos princípios fundamentais das EFAs, seja em substituição ao “desenvolvimento do meio” ou acrescentando aos quatro princípios basilares da Pedagogia da Alternância.

Nas considerações finais unirmos os elementos dos três capítulos do presente trabalho (coadunação) e fazemos uma ligação (concatenação) com as informações obtidas a partir das questões norteadoras, bem como avaliação das hipóteses inicialmente levantadas e os resultados que foram possíveis de serem alcançados. Apontamos algumas dificuldades e possibilidades para futuras pesquisas.

2. A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: internacional, nacional, regional e local

“Não vou sair do campo
Pra poder ir para escola,
Educação do Campo
É direito e não esmola.”
Gilvan Santos³

A epígrafe acima é utilizada para retratar a reação do jovem francês Yves Peyrat que se negou a sair do campo para poder ir para a escola, e assim um padre e um agricultor começaram a pensar numa Escola Camponesa, em 1935. No Brasil, um padre observando a realidade dos agricultores/as capixabas articula a criação de Escolas da Família Rural, e em 1969 são criadas três, no estado do Espírito Santo. Esta experiência de Educação Popular se expandiu e se consolidou como uma proposta adequada de Educação do Campo no território brasileiro (BEGNAMI, 2004).

A partir de 1998 os/as camponeses/as através de seus movimentos e organizações têm articulado um novo paradigma que rompe com a educação rural, trata da Educação do Campo, na perspectiva do direito de políticas públicas. Uma diversidade de experiências que permitem o jovem não sair do campo para poder ir para escola.

Nos últimos 20 anos a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural. A educação e a escola são interrogadas por esta dinâmica. (...) As universidades, os centros de pesquisa, se voltam sensibilizados para produzir referenciais teóricos capazes de compreender a nova dinâmica do campo brasileiro. Milhares de educadoras e educadores se mobilizam, se reúnem, debatem, estudam e refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, em **escolas-família agrícola**, em escolas dos reassentamentos do Movimento dos Atingidos por Barragens, em escolas de assentamentos e de acampamentos do Movimento Sem Terra, ou em escolas de comunidades indígenas e quilombolas (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 9 – grifos são nosso).

³ Da música “Não vou sair do campo” (MST, 2014, p. 143).

Esta caminhada tem como marco inicial a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (I CNEBC), realizada no Centro de Treinamento Educativo (CTE), em Luziânia – GO, nos dias 27 a 30 de julho de 1998, com participação de 974 pessoas, sob a promoção das seguintes organizações: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade de Brasília (UnB), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

As EFAs do Brasil que tem uma caminhada de quase 50 anos ancoradas na Educação Popular é uma das organizações que se integra ao Movimento de Educação do Campo organizado em Fóruns, Comitês em níveis local, regional, estadual e nacional.

Uma série de conquistas tem sido obtidas: no âmbito da legislação, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), institucionalização dos cursos de Educação do Campo nas Universidades e Institutos Federais de Educação.

A partir dos processos formativos por alternância desenvolvidos pelas EFAs jovens rurais estudam e trabalham sem precisar sair do campo. E mais que isso, tem atuado em favor do desenvolvimento sustentável.

A seguir uma memória da trajetória histórica da Pedagogia da Alternância. Primeira seção: as origens, desenvolvimento e expansão. Iniciamos pelo nascimento da ideia na França, as organizações políticas e de solidariedade e o panorama dos CEFFAs no mundo.

Na segunda seção: as primeiras experiências das EFAs no Brasil. A União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) e suas organizações regionais apresentamos elementos históricos e dados atuais das EFAs em cada unidade da federação. Última é uma espécie consideração da trajetória histórica da Pedagogia da Alternância que nasce de uma ideia e se transforma em um sistema educativo do campo. A caminhada segue o curso da história.

2.1. Origem e desenvolvimento na França e expansão pelo Mundo

A primeira experiência de formação por Alternância surgiu na França, em 1935. O nascimento da ideia surge a partir de um diálogo diante de um problema. Um padre, Abbe Granerau, que é procurado por um agricultor, Jean Peyrat, motivado pela situação do filho que queria continuar no campo e estudar em uma escola diferente ou seja, em uma Escola Camponesa a ser construída. Esta história começou na pequena aldeia no sudoeste francês Serignac-Péboudou - Departamento Lot-et-Garonne (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010).

As Maisons Familiaes Rurales (MFR) não surgem do acaso nem tampouco de uma decisão dos poderes públicos. Tiveram seus próprios promotores, seus 'artesãos'. Um grupo de pessoas muito diferentes por sua profissão e situação: agricultores, pequenos empresários, dirigentes sindicais, sacerdotes, gente da cidade e do campo... todos eles dotados de grande personalidade e com uma preocupação comum, ainda que, de diversos pontos de vista, pela situação e o futuro do meio rural (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 21).

Relembremos o diálogo do agricultor com o padre:

- Yves não quer ir à escola superior. É uma desgraça, porque aos doze anos ainda não acabou de se formar.
- Nem tudo está perdido. Existem outras escolas - disse o pároco. Escolas do Estado, Escolas Livres, Escola de Marmande, por exemplo.
- Sim, tudo isso está muito bem para formar as pessoas da cidade, mas não para formar agricultores.
- Existem as Escolas de Agricultura; existe uma em Fazanes, a trinta quilômetros de tua casa.
- Quantos agricultores autênticos - prosseguiu Jean Peyrat - você têm visto sair da Escola de Agricultura? Além disso, é muito cara. Sempre acontece igual conosco: ou instruir-se, abandonar a terra e seguir desenganados, ou não abandonar a terra e continuar ignorantes por toda a vida.
- Existem também cursos por correspondência...
- isso não é mais que um paliativo que não resolve o problema.
- Mas então, e se eu mesmo fizer o trabalho?
- Ele sozinho vai se aborrecer, o remédio seria pior que a doença.
- E se encontrar outros?
- Então encontre outros, senhor padre, meu filho será o primeiro. (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 24).

O jovem camponês se sentia desmotivado com a escola ofertada pelo sistema convencional de ensino francês. O pai, um agricultor quer a continuidade dos estudos dos filhos, ir além da educação básica, desejava a

educação superior (nível de ensino que contemplam o nível médio/educação profissional e estudos universitários na França). Para tanto com ajuda do pároco e a inexistência de uma educação contextualizada para campo vai brotar a Pedagogia da Alternância.

O agricultor rejeita as escolas ofertadas pelo religioso e idealiza algo específico para o meio rural, descartou inclusive as Escolas em Agricultura. A disposição de não abandonar a terra para continuar os estudos, como atualmente o Movimento de Educação do Campo no Brasil.

A solução do problema é coletiva: a união das famílias com apoio do pároco e com apoio das organizações sociais. Assim começa a história da primeira experiência, que se transformou num projeto educativo, numa Pedagogia da Alternância, ou melhor, em um Sistema Educativo com dimensão internacional.

O Movimento das Casas Familiares Rurais nasceu em 1935, a partir da iniciativa de três agricultores e de um padre de um pequeno vilarejo da França que, de um lado, prestaram atenção na provocação de um adolescente de quatorze anos que rejeitava a escola na qual tinha sido matriculado e, de outro, estavam atentos a seu meio que queriam promover e desenvolver (GIMONET, 1999, p. 40).

A primeira experiência começou com quatro jovens na casa paroquial. A construção do primeiro Plano de Formação se estabeleceu no tripé: 1.uma formação técnica profissional enfatizando aprendizagens práticas, as experiências, as observações na base, na vida técnico; 2. Uma educação geral para formar a personalidade, saber interpretar a realidade e poder transformá-la; 3. uma formação humanista visando preparar para a vida em vista do desenvolvimento pessoal e do seu meio.

Em 29 de setembro de 1935, teve lugar na casa de Jean Peyrat a primeira reunião dos responsáveis: Peyrat, Clavier, Callwaert e Granerau. Ali se assentaram as bases da nova 'Escola'. Esses pioneiros, ignorantes de toda pedagogia analisaram a realidade que tinham diante de seus olhos, aplicaram o sentido comum e decidiram as linhas básicas do plano de formação a seguir. Esboçou-se um programa que estabeleciam três aspectos da formação: técnico, geral e humano (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 26).

Segundo García-Marirrodriaga & Puig-Calvó (2010, p. 32 - 33) o primeiro Centro Familiar de Formação por Alternância é a de Lauzun - França e que estabeleceram os princípios fundamentais: Associação, Pedagogia da Alternância, Formação Integral e Desenvolvimento que são mantidos até hoje com as suas adaptações necessárias em conformidade com a realidade do local.

Para ajudar o padre Abbe Granerau, que é considerado o primeiro Monitor (educador), as famílias decidiram contratar um monitor de tempo integral. A segunda decisão foi à aprovação do estatuto jurídico. Presidida por Jean Peyrat “Em 23 de agosto de 1936, reuniram-se dezenas de pessoas, além dos pioneiros. Depois de uma longa discussão, se puseram de acordo a criação de uma seção rural para a região de ameixeira de Agen” (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 30). Em 21 de março de 1937 foi transferida as aulas para Lauzun onde também se criou escola para meninas.

Em 1940 começa a expansão em território francês e criação de escolas femininas. A expansão foi dificultada pela guerra mundial. Traduzido ao português como: Casa Familiar Rural – CFR. “Ao nome Maison Familiale (1937), se agregou em 1945 ‘d’Aprendissagem Rural’. Em 1968, para que as MFR se situassem dentro do prolongamento da escolaridade defendida pela legislação francesa, se agregou ‘Éducation et ‘d’ Orientation’ (ficando como ‘MFREO’ ou simplesmente ‘MFR’).” (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 32).

Em 14 de setembro de 1941 foi criada a União Nacional na perspectiva de expansão e fortalecimento. Granerau fica responsável pelas primeiras escolas de formação de quadros (1942 – 1945), que vai dar base para constituição do Centro Nacional Pedagógico, que passou por vários locais até se instalar definitivamente em Chaingy, em 1962.

Em 1945 vem à primeira crise das MFRs francesa. “Aparecem às primeiras ameaças de desavença. Alguns consideravam a ação dos sacerdotes muito importante; outros que a presença do Ministério da Agricultura era demasiado pesada. Parece oportuno estabelecer uma linha de conduta, um

princípio, que reagrupe a uns e a outros” (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 40). Presidente da União Nacional Gustave Thibon em Assembleia da União Nacional no ano de 1945 declara “as MFR não pode ser nem do Estado nem da Igreja, e **sim das famílias**” (grifos nosso).

Surge Florent Nové-Josserand uma pessoa importante das MFR francesas e do mundo, vai marcar época na Pedagogia da Alternância. Nové-Josserand agricultor com origem camponesa, formado Pela Juventude Agrícola Católica, atuou no sindicalismo agrário, presidente da União Nacional das Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação - UNMFREO (1945 e 1968), primeiro presidente da AIMFR (1975), da SIMFR (1980) e da Fundação das MFR no Mundo (1987). Faleceu em fevereiro de 2009, com 98 anos.

A partir de 1946, se começa a falar com naturalidade de Pedagogia da Alternância. Em 1964 o ministro francês Edgar Pisani fala em “tempo completo de formação contínua em uma descontinuidade de atividades”.

Em 1948 é criado o primeiro instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância com a contribuição dos primeiros pedagogos, originalmente denominado de “Cahiers de l’exploration familiale”, nas EFAs chamados de Caderno da Realidade (CR). Como ferramenta agregada ao CR o mais importante instrumental é o Plano de Estudo (PE) que a partir de uma temática de dimensão familiar, comunitária, regional ou técnica é realizada uma pesquisa participativa que faz a ligação dos espaços e dos tempos no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a iniciativa e a audácia pedagógica de alguns agricultores de um pequeno vilarejo rural alcançou, em pouco mais de meio século, a escala mundial e se transformou num verdadeiro movimento educativo, num movimento de educação popular e de ajuda ao desenvolvimento (GIMONET, 1999, p. 47).

Portanto, a Pedagogia da Alternância desenvolvida pelos franceses se constitui em em excelente proposta pedagógica voltada para o meio rural, e se expande pelo mundo, se tornando um sólido movimento de Educação do Campo organizados em escala internacional, nacional, regional, estadual e local. Uma diversidade de experiências em unidade com os princípios.

2.2. Panorama da vitalidade mundial dos CEFFAs

a) Contextualização

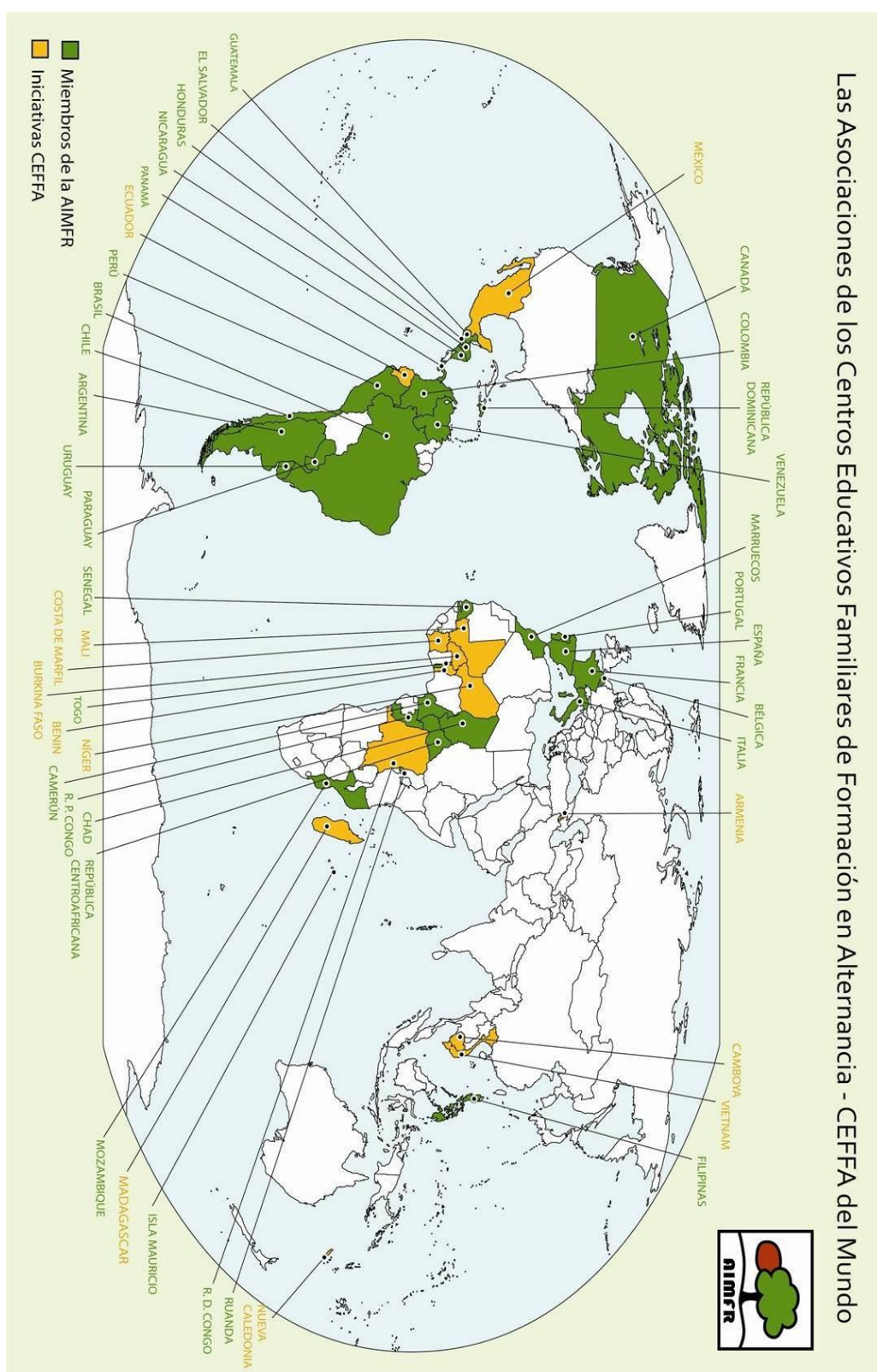
Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA) é um nome genérico, até então de caráter político, formulado no Brasil, em 2001, que busca articular e unir Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais e Escolas Comunitárias Rurais, para lutarem juntamente no âmbito nacional, pelo reconhecimento da Pedagogia da Alternância e pelo financiamento público, em marcos legais que assegurem, todavia, os seus princípios constitutivos (BEGNAMI & DE BURGHGRAVE, 2013, p. 264). Vale ressaltar que na Carta de Guarapari o termo aparece “Centros Familiares de Educação em Alternância” (MEPES, 1998, p. 34) e no Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância, em Salvador – Bahia, em novembro de 1999 (PUIG-CALVÓ, 1999, p. 15).

A vitalidade dos CEFFA's está associada a cooperação e a solidariedade internacional que tem colaborado para existência do Movimento em escala: internacional, nacional, regional e local. O apoio financeiro de organizações internacionais é fundamental para o nascimento do projeto educativo, que depois na caminhada encontram as condições para acesso as parcerias com o Estado, conforme reconhece um dos assessores pioneiros das EFA's brasileiras.

O Movimento das EFAs, no Brasil, tem uma grande dívida de reconhecimento para com as ONGs e doadores particulares em geral, especialmente para com a Misereor e SIMFR, que, após apoiar as escolas durante muitos anos, em muitas regiões do país, adotaram políticas que, ao reforçar suas estruturas administrativas, com tônica na formação dos diversos atores do processo, em nível local, regional e nacional, deram-lhes condições de lutar por parcerias financeiras com o Município, o Estado e a União (DE BURGHGRAVE, 2011, p. 119).

Um panorama mundial dos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs nos mostra uma importante vitalidade com 1.325 (mil trezentos e vinte cinco) Centros, presente nos 05 (cinco) continentes (ver figura 1 – mapa da distribuição no mundo).

Figura: 1 – As Associações dos CEFFAs do Mundo



Fonte: AIMFR, 2015.

Com um especial alerta no que se refere ao respeito a identidade (princípios) “a questão da *unidade do movimento* das MFR através do planeta. Mas, *uma unidade na diversidade*. Esta unidade só pode existir se cada MFR atende alguns traços fundamentais de *uma identidade comum*” (GIMONET, 2007, p. 14 – itálicos do autor). Os princípios fundantes que acompanham os CEFFA’s desde suas origens são reafirmados e incorporados pela AIMFR estabelecidos no artigo 4 dos Estatutos:

a) A alternância educativa que permite uma formação associada: profissional e geral;

b) A participação das famílias constituídas em associações de base, na formação, na gestão e no funcionamento de cada Centro e, por extensão, em todo o meio rural;

c) A educação e formação integral das pessoas que favoreça a promoção pessoal e coletiva;

d) A promoção e o desenvolvimento do meio em que se integram, assim como a animação social e cultural que promove a formação permanente.

Os documentos da AIMFR reconhecem que a primeira MFR fora da França foi criada em 1962, na República do Congo (África). A partir de 1961 a Alternância chega na Itália e ainda na década de 1960 na América Latina, sendo o Brasil pioneiro com as EFAs.

Podemos ver que América supera Europa em números de CEFFA’s, sobretudo os países do Hemisfério Sul. Há quatro países que se destacam por seu número de CEFFA e que têm uma história de desenvolvimento muito rico e diverso: Brasil, Argentina, Guatemala e Peru.

Os dados atuais nos mostram também que o maior crescimento nos últimos anos está se dando na América Latina, onde a evolução sócio-econômica, a democracia e estabilidade política, assim como as diretrizes dos assessores nacionais e internacionais, apontam para a necessidade de formação pertinente como meio para sair da pobreza (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 116).

No Brasil são 148 (cento e quarenta oito) EFAs e 132 (cento e trinta duas) CFRs. No item 2.2. apresentamos mais informações. Os cursos são voltados para agricultura ofertando o curso técnico em agropecuária. Novos cursos têm surgidos agroecologia, agroextrativismo, turismo e administração. Outro destaque é as Casas Familiares Rurais (CFRs) do Mar no litoral da região sul do Brasil, indo além do agrícola ou rural.

Na Argentina que junto com o Brasil que são pioneiros da Alternância na América Latina, iniciara a experiência em 1968, são 114 CEFFAs distribuídos em quatro redes.

Na Guatemala desde 1978 que tem os Núcleos Educativos Familiares de Educação para o Desenvolvimento (NUFED), atualmente são 80 com interesse do governo de ampliação da experiência. A partir de 1999 foram criados os Institutos Básicos por Cooperativa e Formação para o Trabalho (ICEFAT), já são 24 unidades.

No Peru a partir de 2002 foram fundados os Centro Rural de Formação por Alternância (CRFA), já são 43 centros que são uma alternativa para deteriorada qualidade educativa das zonas rurais.

A criação das MFRs na África se deu sobre a influência dos franceses nas antigas colônias. Alguns impactos destacados são: alfabetização, aspectos culturais e participação da mulher (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 115).

Os continentes da Ásia e da Oceania se constituem como importantes possibilidades de expansão dos CEFFA's no mundo. Poucos países possuem atualmente CEFFA nestes dois continentes. Na Ásia são três. Na Oceania tem as Ilhas ligadas histórica e culturalmente à França. Tem um campo amplo de possibilidades a partir de demandas vindas do Timor Leste, da Índia, do Líbano e outros países.

b) Organização Internacional

A Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural⁴ (AIMFR) é constituída pelas organizações dos Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) e representa as diferentes instituições promotoras de Escola de Formação por Alternância para jovens do meio rural. São mais de 1.300 (mil e trezentas) distribuídas por mais de 40 (quarenta) países da Europa, África, América, Ásia e Oceania, envolvidas em processos de desenvolvimento local em mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) famílias rurais. A AIMFR foi fundada em Dakar (Senegal) em 1975, como organismo de carácter educativo e familiar para todos os países do mundo sem distinção de raça ou ideologia, conforme o artigo 1º de seus Estatutos. Nasceu fruto de um trabalho de Florent Nove-Josserand, inicialmente em uma ação internacional da União Francesa. E a partir de vários encontros em países da Europa com experiência na Pedagogia da Alternância (AIMFR, 2015).

O Conselho de Administração é composto por 29 (vinte e nove) pessoas de 16 (dezesesseis) países e 4 (quatro) continentes (menos Oceania). A AIMFR tem sua sede administrativa no Uruguai, a secretaria geral na Espanha e a representação legatária na França. A Assembleia Geral se realiza a cada cinco anos e concomitante é realizado também um Congresso Internacional que aprofunda os princípios da Pedagogia da Alternância, a partir de uma temática específica.

⁴ Dispõe de um site, <http://www.aimfr.org>, em cinco idiomas com notícias atualizadas de suas filiadas em arquivos eletrônicos, documentos, institucional (estatutos, história e organização) e links com sites das associadas e vídeos dos CEFFAs.

c) Organizações de Cooperação e Solidariedade Internacional

A Organização Não Governamental (ONG) belga Organização de Cooperação Internacional para Projetos de Desenvolvimento (DISOP) é uma das primeiras organizações voltadas para solidariedade dos CEFFAs no mundo. Criada em 1961, no âmbito de um projeto de desenvolvimento regional no Brasil, tendo como primeira denominação Desenvolvimento Internacional do Sudoeste Paranaense (DISOP). A partir de 1968 se torna uma Associação Sem Fins Lucrativos (ASBL) de direito belga, e em 1975 é reconhecida pelo Governo da Bélgica como uma ONG de cooperação para o desenvolvimento, atua na solidariedade internacional sustentável entre os povos e tem como lema “oferecendo oportunidades”. Tem experiência no serviço de um desenvolvimento autêntico e real das populações mais pobres do mundo. Com sede em Bruxelas. Possuem escritórios regionais no Brasil⁵, Guatemala, Filipinas, Moçambique e Camarões⁶.

No conjunto das iniciativas de incentivo à criação de CFRs no Paraná destaca o apoio conferido pela DISOP/SIMFR (Desenvolvimento Internacional do Sudoeste Paranaense/ Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural), ONG Belga, que atua no Brasil na promoção e desenvolvimento das experiências de formação por alternância. O fato de as Casas Familiares apresentarem-se com base para o desenvolvimento regional favoreceu o apoio da DISOP, entidade reconhecida pelo subsídio a projetos de desenvolvimento local e regional, favorecendo uma parceria efetiva e a garantia de uma articulação constante com as experiências francesas das MFRs (SILVA, 2012, p. 61).

A DISOP participou da fundação da AIMFR em 1975. Esta articulação internacional proporcionou que a partir de 1976 começa a atuar em Projetos Cooperação fora do Brasil.

Desde da sua fundação DISOP tem apoiado as EFAs, CFRs e outras organizações sociais com captação de recursos financeiros junto ao Governo Belga. As EFAs do Maranhão têm recebido apoio financeiro através da UAEFAMA, UNEFAB ou inicialmente com projetos diretos. A partir 1997 executou um amplo programa em parceria com a SIMFR de apoio a UNEFAB.

⁵ Em 2001 foi criado o Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social (Disopbrasil) com sede em Inhambupe – Bahia.

⁶ Informações extraídas do site <https://www.disop.be>. Acesso em 15 de novembro 2016.

O programa SIMFR (1997 – 2002) nasceu depois de resultados positivos de apoio dado à implementação da rede Piauí, Maranhão, Amapá e Pará e às escolas do Semi-árido da Bahia, que resultará na constituição de Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-árido – REFAISA -, na Bahia e Sergipe. Esse programa, após ser avaliado, foi implementado para o período de mais cinco anos (2003 – 2007), conforme informações da UNEFAB e das organizações regionais (BEGNAMI, 2004, p.11).

A DISOP tem projetos em 22 países em 4 continentes: América Latina e Central (Chile, Brasil, Peru, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, Haiti), África (África do Sul, Moçambique, Zâmbia, República Democrática do Congo, Ruanda, Camarões, República Centro Africano, Nigéria, Burkina Faso, Gâmbia e Senegal), Ásia (Índia e Filipinas) e, finalmente, Europa Oriental (Ucrânia). A DISOP encerrou em 2016 seu apoio a UNEFAB em função da estratégia de solidariedade está direcionada prioritariamente para países africanos.

A Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (SIMFR) foi criada pela AIMFR e DISOP, em Togo, em 1980, mas mantém sua sede na Bélgica, com o objetivo principal de “estabelecer colaborações e intercâmbios bem como promover e apoiar técnica e economicamente aos CEFFA no mundo” (GARCÍA-MARIRRODRIGA; PUIG-CALVÓ, 2010, p. 52).

As EFAs brasileiras na década de 1980 não contava com apoio do governo brasileiro teve a solidariedade da SIMFR para construção de infraestrutura, transporte (aquisição de veículo), pagamento de pessoal e formação os/as monitores/as. Uma das EFAS que contou com este apoio foi a de Poção de Pedras – Maranhão.

(...) a precariedade no financiamento das EFAs se tornou crônica, não somente na Bahia, mas na maioria das regiões brasileiras onde eram implantadas. Em Brotas, depois da ajuda da MISERIOR durante dois anos, outra ONG, belga emprestou seu concurso financeiro para o funcionamento da ECR. A DISOP, outro exemplo bem sucedido de ‘frente caseira’ que mais tarde iria se desdobrar através da criação da ‘Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural – SIMFR’, intermediava projetos em regime de cofinanciamento com o governo belga (DE BURGHGRAVE, 2011, p. 118).

A SIMFR/DISOP deram importante contribuição para os CEFFAs do Brasil ao propiciar a união das duas Redes: UNEFAB e ARCAFAR, resultando

em avanços significativos no fortalecimento das organizações nos âmbitos nacional e regional.

(...) Com a assessoria da ONG belga SIMFR (Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural), cria-se uma Equipe Pedagógica Nacional (EPN), que além de possibilitar uma coerência maior na prática da Alternância como sistema educativo, assessora e acompanha e coanima a implantação nas regionais de um novo modelo de formação de monitores, modular, em serviço, por e para a alternância que guarda um caráter nacional devido ao modelo comum e Experimentação Pedagógica (PPEP). Vários responsáveis associativos e pedagógicos da Rede participam de viagens de estudo à Europa e conhecem de perto experiências semelhantes, baseadas nos princípios do sistema CEFFA (DE BURGHGRAVE, 2011, p. 183).

Avançou na publicação de livros, revistas e documentos pedagógicos com apoio financeiro da DISOP/SIMFR. Até 2002 o livreto denominado “Pedagogia da Alternância” de Zamberlan (1995), organizado por um monitor experiente do MEPES constituía na única publicação sobre a temática divulgado pelas próprias EFAs. A partir de 2002, foram publicados os Anais do I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância realizado em Salvador, em 1999, e posteriormente uma série de publicações da UNEFAB.

A Fundação das Maisons Familiares Rurales Mundo foi criada em 1987 atua na mesma direção da SIMFR. Desde 1996, reconhecida de utilidade pública, foi criada por iniciativa conjunta dos franceses das Casas Familiares Rurais e da AIMFR. Destina-se a ajudar na criação e desenvolvimento dos CEFFAs no mundo⁷.

No Brasil a Fundação, apoia as Casas Familiares Rurais (CFRs) que possuem 117 em funcionamento e 12 em criação, organizadas em 3 Associação Regional das Casas Familiares Rurais ARCAFAR, saber:: ARCAFAR Sul, ARCAFAR Nordeste e ARCAFAR Pará.

⁷ Informações obtidas em <http://www.fondationmfr-monde.org/> 07 de setembro de 2017.

2.3. Experiências das primeiras EFAs no Brasil

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) é uma instituição não governamental e filantrópica, fundada em 26 de abril de 1968, por lideranças rurais e urbanas, sob a articulação do sacerdote jesuíta Padre Humberto Pietogrande, com o objetivo de promover a formação integral dos jovens e famílias rurais em seus aspectos econômicos, tecnológico, político, social e espiritual e a transformação do seu meio, através da ação comunitária (MEPES, 2002).

Geralmente antes do nascimento de uma Escola Família Agrícola (EFA) em determinado lugar, nasce a ideia, envolvendo um grupo de pessoas interessadas, que constitui a Comissão de Articulação (Comitê) que organiza a criação da EFA. Normalmente antes da própria escola é fundada uma entidade mantenedora.

Para Paolo Nosella (2013, p 45), fazendo referência ao nascimento das EFA's na França aponta que "A história das Escolas-Família é antes de tudo a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva, contra tudo e contra todos", no Brasil não foi diferente.

Como na França, no Brasil teremos a presença e participação de um padre na criação das EFAs. Padres progressistas, com base na Teologia da Libertação, que ainda hoje desenvolvem ações para além da reza.

A pesar da Pedagogia Alternância ser de origem francesa as primeiras experiências no Brasil se inspiraram na Escola da Família Rural desenvolvida na Itália.

A experiência educativa em alternância chegou às terras capixabas através do 'Movimento das Escolas-Família Rurais' (SFR-Scuole Famiglie Rurali) da Itália. As escolas-família, no Espírito Santo, desde o começo possuíram aspectos pedagógicos oriundos das CFR francesas, e estrutura político-administrativo, em parte 'herdada' das SFR's italianas, da região do Veneto (nordeste daquele país) (ZAMBERLAN, 2003, p.30).

A ideia de criação das EFA's no Brasil está ligada ao Padre Humberto Pietogrande nos meados das décadas 1960 que motivado pela realidade do

campo capixaba sonha um projeto que pudesse trabalhar as questões de saúde, educação e assistência social (ZAMBERLAN, 2003).

As EFAs foram criadas no Brasil de forma bastante ocasional, quase por acaso “os estagiários não foram enviados à Itália com o explícito propósito de se especializar em Escola-Família. Simplesmente aconteceu que a Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES), tendo contato com as Escola-Família da Itália, achou interessante mandar os brasileiros estagiarem nessas escolas” (NOSELLA, 2013, p. 63). Graças aos bolsistas capixabas que em estágios conheceram as EFAs italianas. E motivaram a vinda do Diretor de uma EFA da Itália a se estabelecer no Brasil. Assim vai nascer a proposta de criação de EFAs no âmbito do MEPES.

Enquanto os brasileiros estagiavam na Itália, três técnicos italianos, um Economista, um Sociólogo, um Educador, vinham ao Brasil para analisar a região e a situação local e traçar juntamente com o jovem Padre Jesuíta, que já tinha regressado ao Espírito Santo, um Plano de Ação concreta na área de atuação dos vigários colegas do Pe. Humberto, isto é, em cinco municípios capixabas: Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma e Rio Novo do Sul. Nesta ocasião, o projeto de promoção social foi se especificando em termos de educação, inclusive, de Pedagogia da Alternância no modelo da Escola Família Agrícola. Lembramos que o técnico em educação era, na Itália, diretor de uma Escola-Família (NOSELLA, 2013, p. 63 - 64).

A criação do MEPES foi precedida de um trabalho de base através dos comitês locais que organizaram as estruturas físicas e a divulgação do projeto de Movimento. Este trabalho proporcionou a participação dos/as agricultores/as e órgãos parceiros (prefeituras).

Para garantir os recursos necessários para o desenvolvimento dos Projetos são criadas duas entidades: a primeira, em 1966, na Itália – Associação dos Amigos do Espírito Santo e a segunda, em 1968, no Brasil - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Podemos considerar como organizações irmãs, que vão articular os demais parceiros para consolidação do Movimento.

Desde metade da década de 1960 o padre Humberto já projetava a fundação de um movimento “ítalo-brasileira” pelo desenvolvimento religioso, cultural, econômico e social do Estado do Espírito Santo. Primeiro nasce

(...) em 11 de dezembro de 1966, em Padova (Itália), após apresentação da Fundação ítalo-brasileira pelo desenvolvimento religioso, cultural, econômico e social do Estado do Espírito Santo no Brasil, decidiu-se com intuito de tornar mais eficiente e sério o compromisso, fundar uma entidade jurídica chamada Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Espírito Santo⁸ (AES), inclusive para possibilitar a assinatura de convênios e arrecadações de recursos (NOSELLA, 2013, p. 62 - 63).

Esta história é confirmada por outro personagem o Sergio Zamberlan em sua dissertação de Mestrado. “Uma história curta, se colocada no tempo histórico de uma região. Mais curta ainda se a referência for de um país; porém muito longa e ampla, no tempo e no espaço de uma só pessoa” (ZAMBERLAN, 2003, p. 3).

Para Edival Petri⁹ Mepiano na condição de Presidente da Junta Diretora e Secretário Geral do MEPES faz a apresentação do folder institucional fundamentado no Intercâmbio – Parcerias – Voluntariado:

O tripé sustentáculo do MEPES, acenou para um mundo sem fronteiras desde sua implantação em 1968. Seus frutos são constatados na área da Saúde no município de Anchieta e municípios vizinhos; na área da Ação Comunitária com Atividades Educativas Infantis (creches); com o Crédito Rotativo para Ex-alunos; Associação de Mulheres Rurais e outras Associações; na área da Educação Rural com a implantação de **Escolas Famílias Agrícolas** desenvolvendo uma Educação Integral Humanista baseada na Pedagogia da Alternância” (MEPES, 20002, grifos nosso).

Para Petri “Acreditar na solidariedade foi, desde o início, e vem sendo a marca característica do MEPES. Desde sua fundação o Movimento vem contando com a pessoas generosas e solidárias para o desenvolvimento de suas atividades. ”

Esta solidariedade tem como um de seus pilares de sustentação o “Intercâmbio congrega pessoas de diversas situações e profissões, do Brasil e de outros países, destacando-se a Itália, em torno de seus programas. É forte a convicção de que ‘somente de mãos dadas’ se pode alcançar trabalho humano produtivo e aproximar o dia da Paz Universal entre os povos. ”

⁸ Associação dos Amigos do Espírito Santo (AES).

⁹ Prefeito de Anchieta por três mandatos, foi presidente da Junta Diretora e Secretário Geral do MEPES, faleceu 23 de setembro de 2015.

a) Primeiros documentos filosóficos e metodológicos

O documento Fundação Ítalo-Brasileira para o Desenvolvimento Religioso, Cultural, Econômico e Social do Estado do Espírito Santo (1964) constitui na ideia inicial elaborada pelo padre Humberto Pietogrande. No referido documento não aparece o termo Alternância e nem a previsão de criação de escolas, e sim de ações voltadas para a educação.

O Plano para uma Ação de Promoção Humana e Social nos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma e Rio Novo Do Sul (1967). Podemos considerar como a primeira produção sobre a Alternância no Brasil. A importância de revisitar este referido Plano se dá por apresentar uma contextualização (apresentação e interpretação) do espaço que estava sendo implantado as ações e sobretudo, nos interessa aqui as primeiras formulações teóricas sobre Pedagogia da Alternância.

Recordemos os princípios básicos referidos no texto:

- a) Utilizar todos os recursos disponíveis, tendo presente que são numerosos, por isso exige-se uma utilização mais racional e com técnicas produtivas que sejam acessíveis aos agricultores.
- b) Investir os capitais disponíveis prevalentes na educação, e assim desenvolver as capacidades potenciais da pessoa humana, em particular a capacidade de tomar decisões autônomas (educação, atitude de solução dos problemas cotidianos, com as próprias capacidades (NOSELLA, 2013, p. 166).

A Escola foi pensada como um dos principais recursos para formar para vida, diminuir o êxodo rural e desenvolver o meio rural. Um tipo de Escola que transcendia a convencional:

(...) não escolas tradicionais, mas escolas que educam à reflexão, convidam os jovens a permanecer no próprio ambiente, que desenvolvam as capacidades técnicas do aluno, que sejam totalmente entrosadas com a família; numa palavra, novos tipos de Escolas Rurais, que formem não técnicos agrícolas, mas agricultores técnicos, fiéis ao ambiente real onde vivem (NOSELLA, 2013, p. 166).

As Escolas pensadas pelo MEPES se fundamentou em três elementos: a Família, a Alternância e o Internato. Nos proporcionando as primeiras conceituações.

A **Família** – Não é sobre o indivíduo, não é com o grupo profissional ou com outra elite que se fundamenta a ação da escola, mas nas famílias onde se encontra a solidariedade de todos, junto aos irmãos,

do carinho da mãe, à autoridade do pai. Desta forma, os pais participam diretamente da educação dos filhos por meio da escola à qual pertencem (NOSELLA, 2013, p. 166 – grifos do autor).

Como interligar espaços, tempos e saberes

A **Alternância** – Não existe uma escola, mas várias escolas: a mesa da família, a rua, os encontros com os amigos, a vida dos colegas, etc... A **Alternância** é juntar tudo isso; o ensino da vida com o ensino da escola; é a porta da escola que fica aberta à vida e a porta da vida aberta à escola. Em concreto, a alternância quer dizer para o aluno, um tempo de escola, um tempo de vida familiar e um tempo de prática agrícola. Assim o jovem não se torna simples estudante, utiliza a escola como meio de formação cultural, profissional e humana, como também se habitua a refletir sua própria situação, da família e do ambiente. Os problemas que o aluno encontra na família, são levados à escola; esta procura interpretá-los, compará-los com outros problemas, dando-lhes uma colocação justa e possível seja científica e técnica; esclarecido, retorna a casa para discutir mais firmemente e com maior compreensão seus problemas (NOSELLA, 2013, p. 167 – grifos do autor).

O ambiente escolar

O **Internato** – Na escola existe um regime de internato. Nela o aluno passa o tempo integral. O regime de internato acostuma os jovens à vida comunitária, à discussão, ao trabalho de pesquisa, ao estudo individual e ao trabalho de equipe. A escola se preocupa em dar meios para solucionar os problemas e não solucionar ela mesma os problemas dos jovens e de suas famílias (NOSELLA, 2013, p. 167 – grifos do autor).

Este tripé Família, Alternância e Escola constitui as bases fundamentais da Pedagogia da Alternância. A família é um dos princípios fundamentais, deve participar da gestão da EFA. A Alternância se caracterizará pela pelo alternar que jovem faz de tempos estudo-trabalho no ambiente familiar e comunitário, e tempo de estudo-trabalho no ambiente escolar em regime de internato que exige a realização de práticas solidárias e cooperativas.

Na Pedagogia da alternância, o saber prático obtido junto à família, na execução das tarefas e a teoria, obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados, se fundem. Assim, podem auxiliar a aprofundar a compreensão do que ocorre no dia-a-dia, na família e escola e onde o conhecimento emerge, se amplia e se consolida, facilitando ao jovem alternar e valorizar aquilo que ele faz e sabe. É na vinculação do conhecimento escolar com a ambiência familiar que o jovem reflete sobre seu meio e elabora suas referências (CALIARI, 2012, 143).

b) O funcionamento das primeiras EFAs, expansão e formação

O ano de 1969 é marco de criação das três primeiras EFAs do Brasil, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e Olivânia, sendo esta última a mais conhecida e considerada a primeira da América Latina (ZAMBERLAN, 2003).

Dois anos depois de nascidas as primeiras EFAs, é inaugurada a Escola-Família de Campinho, município de Iconha, seguida de uma EFA feminina, para as moças filhas dos/as agricultores/as. Meta prevista no Plano de Ação (anteriormente citado).

Os primeiros anos tiveram algumas dificuldades para adaptação da experiência educativa ítalo-francesa. Para que as escolas fossem reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação se exigia Regimento Interno, Currículo e Carga Horária entre outros documentos¹⁰. Para superar estas dificuldades formou-se uma equipe especializada em Educação e Pedagogia da Alternância para elaboração dos Planos.

O trabalho dos técnicos em educação consistiu, principalmente, em reunir o grupo de monitores das EFAs. Por meio de vários encontros, seminários e pesquisando a bibliografia educacional dos outros países (França, Itália, Espanha e Argentina) foram elaborados vários documentos cujo conjunto constitui o **Plano Pedagógico** das Escolas e do Centro de Formação e Reflexão do MEPES do MEPES (NOSELLA, 2013, p. 82 – grifos do nosso).

A construção coletiva dos primeiros documentos pedagógicos das EFAs contou com a colaboração do francês Jean Charpantier, assessor pedagógico das EFAs na Argentina. Destacamos o Documento de Santa Helena que dimensionou os objetivos das EFA's no caráter social:

Construção de uma sociedade em que, progressivamente: a) haja mais participação na cultura, no poder, nas informações; b) haja mais condições suficientes de trabalho para todos: terra, valorização da profissão, técnica; c) haja reflexão sobre a realidade: conhecimento dos desequilíbrios e possibilidades, atitude crítica diante desses desequilíbrios e possibilidades; d) que as pessoas saibam decidir o que fazer e como fazer na vida; e) que o relacionamento na família, no trabalho e na comunidade viva dentro de um clima de democracia

¹⁰ O Conselho Estadual de Educação do Estado Espírito Santo reconheceu a escolarização por alternância oferecido pelas EFAs - "ensino supletivo de suplência" através: Parecer Estadual 24/71 e Parecer Estadual 130/74.

(igualdade, respeito humano, sem autoritarismo, etc.), f) que encare a religião como fazendo parte da vida do dia a dia; g) que se vá acabando com a exploração entre as pessoas individualmente e entre classes (NOSELLA, 2013, p. 203).

Posteriormente foi elaborado o documento Bases Estruturais e Metodológicas das Escolas da Famílias Agrícola. Estas Bases também se constituem nas primeiras formulações teóricas sobre Pedagogia da Alternância. O referido documento aborda: Alternância, Plano de Estudo, Internato e pequeno grupo, idade dos alunos, ciclo de formação, participação das famílias, papel da comunidade e papel do centro de formação.

A realidade de vida do jovem e sua família é base para elaboração do Plano de Formação, a proposta curricular, aqui reside a riqueza da ação educativa das EFAs o ensino-aprendizagem voltado para vida e cidadania.

Podemos considerar como primeiro processo de expansão (pois não estava previsto no primeiro Plano de Ação), foi a criação de EFAs que dentro do do Estado do Espírito Santo. A partir de 1972: EFA de Jaguaré – São Mateus, EFA do Bley – São Gabriel da Palha. Também uma EFA feminina voltada para Economia Doméstica no Km 41 - São Mateus. A partir de 1975 é criada a primeira EFA da Bahia (DE BURGHGRAVE, 2011).

Se desaparecesse o Centro de Formação, ainda seria possível formar novos docentes coordenando os estudos deles nas Escolas e acompanhando sua reflexão junto aos monitores das Escolas; se, porém, desaparecessem as Escolas, de nada adiantaria a existência do Centro, faltando o elemento essencial para a formação deles (NOSELLA, 2013, p. 98).

Conforme Nosella (2013, p.67) em vista da expansão e da qualificação de quadros para as EFAs existentes é criado o Centro de Formação (CF) em Anchieta, sua sede passa por Vitória, e por último se estabeleceu em Piúma, em função da doação de uma estrutura física. O sentido do CF para o MEPES era a tentativa de nacionalizar a experiência e mediação entre o objetivo geral (promoção do homem do campo capixaba) e um instrumento técnico de aplicação desse objetivo (a Escola da Família Agrícola), que nasceu e se estruturaram fora do Brasil.

2.4. UNEFAB e suas organizações regionais

A União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) foi criada em 1982, através de um processo de discussão e estudo realizados pelas EFAs - Escolas Famílias Agrícolas, buscando ser uma instituição de representação e assessoria à estas escolas, auxiliando no fortalecimento e divulgação da Pedagogia da Alternância.

A UNEFAB tem por finalidades: estimular e promover a melhoria técnica, profissional, cultural, social, política e espiritual dos associados, através de assessoria, estudos, pesquisa, formação, assistência técnica, avaliação e a comunicação das experiências e conhecimentos produzidos pelo Sistema EFA no Brasil. Assegurando-lhe a vivência de seus princípios constitutivos, quais sejam: Uma associação autônoma constituída de famílias, pessoas e entidades do meio; Uma Pedagogia da Alternância; Uma formação Integral; Uma dinâmica de desenvolvimento sustentável (UNEFAB, 2009, p. 2).

Nos seus 35 anos de existência, as EFAs e a UNEFAB viveram vários momentos de desafios. Desde da criação até a segunda metade da década de 90, a UNEFAB teve sua história marcada pela polarização entre as EFAs do Espírito Santo, representadas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e as EFAs da Bahia, representadas Associação das Escolas Comunidades das Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA). Este quadro mudou com surgimento de outras organizações inclusive nestes dois estados e outras regiões .

Em síntese as EFAs foram criadas no final da década de 1960 no sul do estado do Espírito Santo. No início dos anos de 70, expande para o norte do estado da Bahia. Nos de 1980, a expansão atinge mais cinco estados: Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Rondônia e Amapá. Tal expansão cria uma preocupação com os princípios filosóficos, metodológicos e políticos do modelo. Por isso, é criada em 1982, a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB). A expansão atinge seu auge nos anos de 1990, sendo criadas novas EFAs em mais seis estados: Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Rio de Janeiro e Sergipe. Não por acaso, nessa década, a UNEFAB aprimora o processo de organização regional iniciado com o MEPES e AECOFABA (DE BURGHGRAVE; BEGNAMI, 2013, p. 257).

Após sua consolidação no Espírito Santo, a partir da década de 70, ocorreu rápida expansão para outros 22 Estados brasileiros, contando, atualmente com 148 EFAs em funcionamento e outras dezenas em implantação, beneficiando cerca de 13.000 alunos e 70.000 agricultores, e contando com 850 monitores trabalhando nestas EFAs. Estas escolas já formaram mais de 50.000 jovens dos quais mais de 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças¹¹.

As regionais surgem como estratégia de fortalecimento institucional, político e pedagógico. Em suas finalidades, registram-se: o acompanhamento pedagógico, o planejamento e formação de seus sujeitos (educadores/monitores, famílias, diretores e dirigentes associativos com a preocupação de garantir os princípios filosóficos e pedagógicos da Pedagogia da Alternância. Outras finalidades são cuidar das relações interinstitucionais com os poderes públicos e privados, com instituições de ensino, pesquisa e extensão e os movimentos sociais, articulando parcerias para a sustentabilidade econômica. A estratégia da organização regional permite maior visibilidade das EFAs na sociedade, proporcionando o seu fortalecimento pedagógico e político frente ao Estado e à sociedade (DE BURGHGRAVE; BEGNAMI, 2013, p. 257).

A seguir fazemos uma breve apresentação de cada estado enfatizando os aspectos do processo de expansão das primeiras experiências e informações mais recentes das 12 (doze) organizações regionais e duas EFAs filiadas à UNEFAB, totalizando 148 (cento e quarenta e oito) EFAs filiadas em 17 (dezesete) estados brasileiros (ver tabela 1).

A sequencia do texto levou em consideração o ano de criação da organização regional ou da EFA. Também nos casos do Espírito Santo e Bahia que possuem duas redes de EFAs agrupamos por estado.

¹¹ Informações obtidas no site <http://www.unefab.org.br> acesso em novembro 2016.

Tabela 1: Organizações Regionais e EFAs filiadas a UNEFAB

ORGANIZAÇÃO	ESTADO	FUNDAÇÃO	OBS
Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES)	Espírito Santo	1968	
Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação por Alternância do Espírito Santo (RACEFFAES)	Espírito Santo	2003	
Associação das Escolas Comunidades das Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA)	Bahia	1979	
Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido (REFAISA)	Bahia Sergipe	1997	
Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia (AEFARO)	Rondônia	1992	A EFA Jean Pierre Mingan no Acre fez parte da AEFARO.
Associação Mineira das Escolas Família Agrícola (AMEFA)	Minas Gerais	1993	
Instituto Bélgica – Nova Friburgo (IBELGA)	Rio de Janeiro	1994	
União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA)	Maranhão	1997	
Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro Oeste e Tocantins (AEFACOT)	Goiás Mato Grosso do Sul Mato Grosso Tocantins	1999	AEFACOT desativado em 2012. Associação das EFAs do Estado de Goiás (AEFAGOIAS) criada em 2015.
Rede das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Amapá (RAEFAP)	Amapá	2000	
Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí (AEFAPI)	Piauí	2004	Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI) criada 1989 foi a primeira organização regional das EFAs.
Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas	Rio Grande do Sul	2008	
EFA Dom Fragosso – Independência	Ceará	2002	Tem também a EFA Ibiapaba Chico Antonio Bié – Tiaguá criada em 2014.
EFA Professor Jean Hébette – Marabá	Pará	2014	A primeira EFA funcionou de 1996 a 2011.

Fonte: BEGNAMI, 2004
Organização e atualização: Autor.

O estado do Espírito Santo pioneiro na implantação da Pedagogia da Alternância possuem duas organizações regionais, a saber: Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação por Alternância do Espírito Santo (RACEFAES).

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo¹² (MEPES) continua o trabalho iniciado desde sua fundação, em 1968, . Suas ações tem se dado nas áreas da Educação incluindo formação de educadores/as, Saúde e Ação Social. “Fazer crescer o espírito comunitário” é um dos principais princípios que move os ideais mepiano.

O MEPES pode ser considerada a primeira instituição regional das EFAs, que inicialmente abrigou em sua sede a UNEFAB nos seus primeiros anos de funcionamento, até esta começar sua itinerância rumo a Bahia, Brasília e Goiás.

Conforme aprovado na Assembleia Geral da UNEFAB realizada em setembro de 2017, em Belo Horizonte - Minas Gerais, considerando que o presidente e o tesoureiro são vinculados ao MEPES e também pelas condições econômicas a sede da UNEFAB será abrigada no MEPES.

São 18 EFAs filiadas ao MEPES que atenderam em 2015: 818 matrículas no Ensino Fundamental e 1.171 no Ensino Médio, totalizando 1.989 alunos/as oriundos de 57 municípios capixabas. Tem a Escola Família de Turismo criada a partir de 2004 numa perspectiva da diversificação profissional voltada para o meio turístico e a realidade regional, promovendo a habilitação de profissionais de nível técnico em turismo, com ênfase em hotelaria e gastronomia.

O Centro de Formação e Reflexão criado em 1971 com a finalidade de assegurar os princípios filosóficos e pedagógicos do MEPES e proporcionar elementos de reflexão que possibilitem compreender a realidade em que vivemos, tendo em vista a promoção humana e o desenvolvimento do meio

¹² <http://www.mepes.org.br/>

rural, atendendo as diversas necessidades, por meio da Pedagogia da Alternância. Com sede em Piúma é responsável pela formação continuada dos/as monitores/as das EFAs e da Rede Estadual de Ensino. A possibilidade que o CF do MEPES assuma o papel na formação nacional dos/as monitores/as das EFAs, bem como o Centro de Documentação e Memória da Pedagogia da Alternância.

A iniciativa das Escolas da Família Agrícola que, nas intenções iniciais da entidade devia constituir apenas uma iniciativa entre outras, na realidade acabou sendo, juntamente com seu Centro de Formação e Reflexão, a iniciativa de maior vulto e a que caracterizaria significativamente a própria entidade (NOSELLA, 2013, p. 65).

As EFAs é um dos principais projetos do MEPES com maior vitalidade e abrangência e expandiu para 20 estados do Brasil.

O Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação por Alternância do Espírito Santo (RACEFAES), nascido em 2003, tem por lema “Fortalecendo a Educação do Campo com a Pedagogia da Alternância no Espírito Santo”. Ancorado no tripé: Organizar, Refletir e Transformar. A sua finalidade é promover a articulação e integração dos CEFFAs visando manter a unidade político-pedagógica com base nos princípios filosóficos e pedagógicos da Pedagogia da Alternância.

ampliar o acesso dos camponeses a uma educação contextualizada. Elege como prioridade a expansão dos CEFFA pela via pública preservando o direito a educação mantida pelo estado, portanto gratuita e de acesso garantido a todos com projeto político pedagógico próprio e apropriada à vida no campo e desenvolvida pelos que vivem no campo (RACEFAES, 2015).

São 29 (vinte e nove) CEFFAs que fazem parte da articulação da RACEFAES, sendo 21 (vinte e um) das redes estadual, municipal e 08 (oito) filantrópica. Tem contado com apoio financeiro do Governo do Estado, Prefeituras e Petrobras. Tem como parceiros estratégicos o Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina.

Em setembro de 2017 a Assembleia Legislativa a partir de articulações do MEPES promoveu uma audiência pública com o objetivo de fortalecer as ações, diretrizes e ampliar a política de Educação do Campo com Pedagogia da Alternância.

No estado da Bahia são 31 (trinta e uma) EFAs, foi primeiro estado a iniciar a expansão das EFAs no Brasil, em 1975, têm duas organizações regionais: a Associação das Escolas Comunidades das Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), criada em 1979, possui 20 (vinte) EFAs e a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA), oficializada em 1997, que tem 11 (onze) EFAs filiadas. Ainda temos informações da existência de uma CFR no município de Igrapiúna que não faz parte de nenhuma das Redes.

Ao passo que vão sendo construídas as escolas, é necessário que haja uma articulação entre elas, até porque o processo de formação dos seus monitores deveria estar atrelado, numa mesma proposta que comungava com a já desenvolvida no Espírito Santo. A rede baiana AECOFABA, então, representa naquele momento um arcabouço organizacional que pudesse contemplar as instituições em um universo coletivo de atuação, onde a proposta da PA poderia ser traduzida e articulada em uma perspectiva de rede institucional (CAVALCANTE, 2007, p. 130).

As primeiras EFAs baianas nasceram no seio da Igreja Católica em Brotas de Macaúbas, em 1975, sob a liderança do Padre João Cristiano com apoio do do Bispo Dom Tiago Cloin e do jesuíta Luiz Ferdinando Torres da Costa Silva, de onde vai brotar e frutificar Thierry De Burghgrave; a EFA de Cruz das Almas – Sapeaçu (1977) e EFA Maragogipe (1979) com padre Julião Claes; e a EFA de Riacho de Santana (1979) com Padre Aldo Luchetta.

Até 1975, o MEPES era de fato a única instituição no Brasil a trabalhar com escolas de alternância. A partir daquele ano, o modelo sai do Espírito Santo e vai para Bahia, tornando assim, Brotas Macaúbas, a primeira experiência fora do estado capixaba. Na mesma época, houve no Paraná, no seio de Associação chamada ASSESSOAR, uma movimentação no sentido de criar uma EFA, mas a iniciativa não chegou a se concretizar, embora a entidade tenha outros mecanismos de educação do campo, extremamente válidos e pioneiros na área (DE BURGHGRAVE, 2011, p. 174).

A AECOFABA e a REFAISA que mantiveram algumas divergências nas duas primeiras décadas de vida, a partir da década de 1990 resolveram caminhar juntas mantendo as suas especificidades, com diversos resultados no que se refere ao reconhecimento e fortalecimento da Pedagogia da Alternância. Contam com apoio do Governo do Estado que, apesar dos atrasos nos repasses dos convênios, são recursos fundamentais para o funcionamento das EFAs. Também conta com apoio de ONG's nacionais e internacionais.

Em Minas Gerais a organização regional das EFAs é a AMEFA que desde 1996 promovem a formação das famílias e monitores/as que inicialmente contou com apoio da ONG VITAE - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social¹³. A partir de 1998 tem participado com outras organizações da Rede Mineira de Educação do Campo.

Congregando todas as Escolas Família Agrícola de Minas Gerais, a Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – AMEFA, foi criada em 1993, com objetivo de representação das EFAs em todos os níveis, articulando ações e programas de melhoria das escolas e do Movimento, garantindo a fidelidade aos princípios básicos da proposta educativa, zelando pelo seu desenvolvimento e promovendo o intercâmbio e a união entre todas as escolas. Na realização de seus objetivos a AMEFA conta com o apoio da UNEFAB e da Equipe Pedagógica Nacional, responsável pelo estabelecimento das diretrizes gerais para a formação pedagógica nos diferentes níveis (SILVA, 2012, p. 122).

No processo de expansão das EFAs no Brasil, Minas Gerais pode ser considerado o terceiro estado na ordem de implantação. Os estados pioneiros de Espírito Santo e Bahia contribuíram com a ampliação da Pedagogia da Alternância para com estado vizinho mineiro. Segundo Silva (2012, p. 120 - 121), retrata a trajetória das EFAs mineiras:

A década de 80 marcou a consolidação das experiências das Escolas Família Agrícola no Espírito Santo e a sua expansão para outros estados brasileiros, dentre os quais, Minas Gerais. Neste contexto é que em 1983, no município de Muriaé, Zona da Mata Mineira, teve início o processo de criação da primeira Escola Família mineira, através da iniciativa de um grupo de pessoas vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base da região, contando com o apoio da Prefeitura Municipal. Esta experiência inicial foi seguida pela criação, em 1990, da Escola Rural Padre Adolfo Kolping, no município de Formiga, que tinha como objetivo ser uma escola de alternância nos moldes preconizados pelo projeto Escola Família. Também em 1990, teve início o funcionamento da Escola Família Agrícola Chico Mendes, no município de Conselheiro Pena. Estas experiências iniciais, a despeito da falta de articulação entre elas e do fracasso enfrentado pelas duas primeiras escolas, foram seguidas de várias outras criações, caracterizando a década de 90 como um período fértil na implantação das EFA's em Minas Gerais. Assim é que, no momento atual, encontramos as experiências de formação em alternância presentes nas diferentes regiões do Estado.

A primeira EFA de Minas Gerais encerrou seu funcionamento, das duas experiências pioneiras, apenas a EFA Chico Mendes em Conselheiro Pena está em funcionamento é filiada a AMEFA.

¹³ Associação civil sem fins lucrativos criada no Brasil em 1985, com sede em São Paulo após projetos nas áreas: cultural, educacional e social.

Registramos o primeiro caso de Muriaé, Minas, onde o poder público municipal assumiu a implantação e criou a primeira EFA pública municipal em 1983. Uma experiência que nunca viveu problemas financeiros, mas sempre foi marcada pela ingerência política que interferiu nos princípios filosóficos e político-pedagógicos desta escola (BEGNAMI, 2003, p. 35).

A presença da Igreja Católica no processo proporcionou resultados significativos, em destaque a figura do jesuíta de Dom Luciano de Almeida Mendes, bispo de Mariana . Além de Dom Luciano, que chegou a dirigir a CNBB, outros religiosos participaram dos processos das EFAs como o Padre Martinho e, o deputado federal Padre João.

A expansão é mais acentuada a partir da segunda metade da década de 1980. Ela corre tanto nos Estados onde iniciaram, aumentando o número de unidades, quanto para outros Estados como Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Maranhão e Amapá. Na maioria dos casos, as iniciativas de implantação se deram através da pastoral social das igrejas, sobretudo, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, ligadas à Igreja Católica (BEGNAMI, 2003, p. 35).

Segundo o ex-membro da Equipe Pedagógica da AMEFA, Gilmar Vieira de Freitas (2015, p. 131), “o estado de Minas Gerais representado pela AMEFA agrega em 2015, 20 EFAs espalhadas em várias regiões do estado” atendem em torno de 1478 alunos/as, envolvendo indiretamente, no seu projeto educativo, uma média de 2150 famílias de agricultores em 240 comunidades rurais de 43 municípios. Em média, cada escola atende 110 alunos, na sua maioria filhos de pequenos agricultores, meeiros, assalariados agrícolas e assentados rurais. Apenas um pequeno percentual, em torno de 5%, são jovens oriundos de famílias de agricultores médios.

Atualmente a sustentabilidade financeira das EFAs mineira é garantida em Lei, com conquistas nas últimas gestões do Governo do Estado.

O Programa de apoio às EFAs do Estado de MG atualmente se dá através do repasse de Bolsas Aluno transferido pela Secretaria de Estado da Educação (SEE) à EFA, a fim de subsidiar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos das EFAs, através da gestão da associação mantenedora composta dos pais (agricultores e agricultoras). Interessante notar que a Lei 14.614/2003 define em seu artigo segundo, como critérios para receber os recursos, a EFA que “II - for gerenciada por uma associação autônoma [...]; III - aplicar o método pedagógico da alternância; IV - tiver como objetivo a formação integral do aluno, com [...] desenvolvimento sustentável”. Ou seja, preservando a essência da EFA, os seus quatro princípios (FREITAS, 2015, p 136).

No estado do Piauí, a organização regional é exercida pela Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí (AEFAPI), criada em 2004. Ressaltamos que este papel de instituição regional foi exercido inicialmente pela Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI) oficializada em 1989 pioneira na implantação das EFAs. As EFAs mantêm vínculos institucionais com duas outras organizações: a Fundação Santa Ângela em Pedro II e a Fundação Dom Edilberto, em Oeiras. Ao todo são 11 (onze) EFAs.

A primeira EFA de Montes Claros - Aroazes foi criada em 1986 teve orientação e apoio de Padre Humberto Pietogrande, que se baseou na experiência da qual foi protagonista no estado do Espírito Santo.

A partir de aspectos morais, como a valorização da família, da comunidade, da união e da dignidade, Padre Humberto reproduziu no Piauí o projeto de EFA desenvolvido no Espírito Santo. A primeira Escola Família Agrícola do estado foi implementada sob orientação de Pietrogrande e, logo em seguida, também outras EFAs foram criadas sob a mesma orientação. Inclusive aquelas que hoje não têm relação com a Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI), a instituição que administra, dentre outros projetos de cunho assistenciais (COSTA & SANTOS, 2010, p. 5).

As motivações para criação de uma organização própria das EFAs foram a busca de autonomia, sustentabilidade e financiamento público. A nova organização piauiense contou com a liderança do professor e agrônomo João Emílio Pinheiro Lemos, que atuou por 12 anos na EFA de Soinho/Teresina, membro da EPN da UNEFAB, e da confiança de padre Humberto.

AEFAPI tem tido uma atuação em nível estadual, em função das condições financeiras tem se ausentado das duas últimas assembleias da UNEFAB. E diminuído participação no conselho e na equipe pedagógica da organização nacional.

A Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí (AEFAPI) em parceria com o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí (NUPECAMPO/UFPI) iniciou, em maio de 2017, um Curso de Formação em Pedagogia da Alternância.

No estado de Rondônia a primeira EFA, a Padre Ezequiel Ramin¹⁴, no município de Cacoal foi criada em 1989. No período de quatro anos foram criados mais três centros, que juntos fundaram a organização regional das EFAs: a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia (AEFARO) fundada em 1991. Temporariamente, também fez parte da AEFARO a EFA Jean Pierre Mingan¹⁵, localizada no estado do Acre.

No Estado de Rondônia a associação regional existente é a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia (AEFARO). Os quatro Centros que foram fundados no período de composição da Pedagogia da Alternância no Estado são os que constituem a Associação Regional (AEFARO), juntamente com a entrada de três novos Centros a partir de 2010. Foram essas associações, fundadas entre os anos de 1989 e 1993, que formalizaram, em 1992, a AEFARO, que passou a abrigar a responsabilidade de articular financeiramente e pedagogicamente os CEFFAs no Estado (VALADÃO, 2014, p. 78 - 79).

Na fase de implantação contou com apoio do MEPES e até da Associação de Amigos do Espírito Santo (AES), que ajudaram para construção das quatro primeiras EFAs. e para sua expansão, em 2003, contou com apoio da ONG belga SIMFR/DISOP.

Como em outros estados a presença da Igreja Católica foi significativa na implantação e funcionamento das EFAs. Com destaque para a participação do bispo Dom Antonio Possamai, dos padres Franco Vialeto, José Simionato e Natal, e outros religiosos.

Objetivando a busca de autonomia, sustentabilidade e financiamento público, desde 1996 a AEFARO passou a ser dirigida pelos/as agricultores/as e com a colaboração de monitores/as na assessoria pedagógica e administrativa. Tendo como principal conquista convênio com o Governo do Estado, inclusive com lei específica e o projeto da SIMFR, a partir de 2003.

Nomeada como “Lei Escolas Guaporé do Campo”, beneficia principalmente as EFAs, como ficou evidenciado no seu artigo 2º (LEI ESTADUAL N. 2688, 2012, p. 4, DOC. 87). “O Governo do Estado de

¹⁴ Em homenagem ao religioso assassinado em 24 de julho de 1985, em Rondolândia – Mato Grosso na luta pela Terra. Martirizado por buscar justiça e paz. Em abril de 2016 a Igreja iniciou um Inquérito Diocesano para reconhecimento como mártir, possível beatificação. Ver. **Convergência**. Ano LI nº 496 nov./2016. p. 14 - 17

¹⁵ Cf. **Revista da Formação por Alternância**. Ano 5 nº 10 jul./2010 p. 72 - 75.

Rondônia, por meio de suas secretarias, realizará apoio técnico e financeiro às Escolas Comunitárias Agrícolas gerenciadas por associações sem fins lucrativos”. Ainda no seu artigo 31, “a gerência da Escola Comunitária Agrícola fica a cargo de uma associação [...] exceto as Escolas Estaduais Agrícolas transformadas ou criadas pela SEDUC, que terá a gerência governamental” (VALADÃO, 2014, p. 98).

Apesar dos avanços na legislação, a liberação dos recursos financeiros tem sido garantida através de muita luta e articulações políticas e dos Movimentos Sociais. O Governo do Estado tem gerado atraso nos repasses das parcelas do convênio.

Atualmente, são 5 (cinco) EFAs filiadas a AEFARO nos municípios de: Vale do Paraíso, Novo Horizonte do Oeste, Ji-Paraná, São Francisco do Guaporé e Jaru. Dados do Censo Escolar de 2016 registram Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano – 101 (cento e um) alunos/as; Ensino Médio Profissionalizante Técnico em Agropecuária – 412 (quatrocentos e doze), mais em Agroecologia – 110 (cento e dez), totalizando 623 (seiscentos e vinte três) estudantes.

A EFA Pe. Ezequiel Ramin que foi a pioneira, já não faz mais parte da Regional, a associação local se desvinculou da AEFARO. A EFA Jean Pierre Mingan, em Acrelândia – Acre continua funcionando e a partir de 2013 quando o Governo do Estado do Acre não manteve o combinado com a Associação Local, a mesma foi perdendo seus poderes sobre a EFA e desde então quem administra a EFA é o Estado. Esteve um ano parada com suas atividades para a regularização de servidores. Hoje ela não mantém nenhuma articulação com a AEFARO. Mas está funcionando como uma escola estadual.

A Associação Flor do Amazonas, em Cadeia do Jamari está funcionando, em construção com recursos oriundos da Usina Jirau, juntamente com o Governo do Estado. Não será EFA, mas sim Casa Familiar Rural (CFR).

Desafios e Perspectivas para 2017: Reformular o Regimento Comum da AEFARO; Reformular o Estatuto da AEFARO e EFAs filiadas; Regularizar o repasse do PNAE junto às Prefeituras para as EFAs; Conseguir um terreno para construir a sede da AEFARO; Aprovar a Lei de repasse direto para EFAs.

O estado do Amapá atualmente conta com 06 (seis) unidades: a Escola Família Agrícola do Pacuí (EFAP) em São Joaquim do Pacuí; a Escola Família Agroextrativista de Carvão (EFAC) e a Escola Família Agroextrativista do Maracá (EAFEXMA), município de Mazagão; a Escola Família Agroextrativista do Cedro (EFACE) em Tartarugalzinho; a Escola Família Agrícola da Perimetral Norte (EFAPEN) em Pedra Branca do Amapari; e a Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM) em Itauba. estas Escolas ao todo atendem 16 (dezesesseis) municípios, sendo 06 (seis) do estado do Pará, perfazendo um atendimento para 650 (seiscentos e cinquenta) jovens/famílias.

A Rede das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Amapá (RAEFAP) foi criada em 03 de junho de 2000, com objetivo de unificar as ações e atividades das EFAs.

Assim como em outros estados, no Amapá, os protagonistas na criação das EFAs são o movimento de trabalhadores rurais e os setores progressistas da Igreja Católica. Além de uma educação adequada ao meio rural com uma pedagogia que considera as especificidades desses territórios, uma das principais dimensões trazidas por essa ideia é sua sintonia com o debate da sustentabilidade e, portanto, do papel que ela pode desempenhar na construção de outra perspectiva de desenvolvimento (SOUSA et al, 2016, p.27 – 28).

Parte da história da Pedagogia da Alternância no Estado do Amapá é contada pela educadora Hildete Souza, com base no Projeto Político Pedagógico da primeira EFA.

A Escola Família Agrícola do Pacuí, localizada na comunidade de São Joaquim do Pacuí, na Rodovia Macapá/Cutias – Km 123, iniciou suas atividades em janeiro de 1989, com o voluntariado de padres italianos, ministrando “um curso informal de suplência de 1º grau com algumas atividades paralelas em agropecuária”, tendo como mantenedora a Associação das Famílias da Escola Família Agrícola da Região do Pacuí – AFEFARP – entidade sem fins lucrativos que sobrevive com os recursos dos próprios associados e recursos financeiros provenientes de convênios firmados inicialmente com o Diocese de Macapá/ONG Italiana AES (Associação dos Amigos do Espírito Santo), entidades sociais federais, estaduais, municipais (SOUSA, 2003, p. 5 – 6).

A RAEFAP mantém convênio com a Secretaria de Estado de Educação (SEED) para pagamento de pessoal, alimentação e manutenção das Escolas

com base na Lei nº 0924, de agosto de 2005, que regulamenta artigo 38 da Constituição Estadual. Uma das principais reivindicações das EFAs do Amapá é justamente a regulamentação da referida Lei.

As Escolas Famílias do Amapá têm enfrentado, principalmente, em relação ao atual governo estadual dificuldades na hora de negociar parcerias que garantam a manutenção dos trabalhos nesses centros de formação por alternância. Em 2015, as aulas foram paralisadas em duas oportunidades por falta de recursos financeiros para manter as escolas.

O mais novo parceiro das EFAs do Amapá é IEB que está desenvolvendo em parceria com a RAEFAP o Projeto: Fortalecimento da Educação do Campo no Amapá como estratégia para a Sustentabilidade Socioambiental na Amazônia, com o objetivo de realizar consultoria de apoio pedagógico nas Escolas Famílias do Amapá, desenvolvendo formação na Pedagogia da Alternância com monitores, professores, gestores e famílias e assessorando no processo de organização da documentação escolar visando a regularização da educação básica e o ensino profissional das Escolas no Conselho Estadual de Educação.

A RAEFAP, em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), promoveu no período de 17 a 20 de maio de 2016, em Macapá/AP, o Seminário de Comemoração de 25 anos das EFAs no estado. O evento teve como objetivo promover formação pedagógica de educadores (as), visando o fortalecimento da educação do campo nas Escolas Famílias do Amapá. Participaram do evento membros da sociedade civil e de instituições públicas. Foi realizada uma publicação da experiência das EFAs¹⁶.

¹⁶ SOUSA, Romier et al (Orgs.). **Educação do Campo na Amazônia: A experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá**. Belém, PA: Instituto de Internacional de Educação do Brasil (IEB), 2016. 164 p.

As EFAs dos estados do Tocantins (4), Goiás (3), Mato Grosso do Sul (3) e Mato Grosso (1), totalizando 11 CEFFAs que por 15 anos estiveram organizadas em torno da Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro Oeste e Tocantins (AEFACOT).

A formação da AEFACOT se deu a partir do surgimento das EFAs no Centro Oeste e Tocantins. As EFAs de Goiás (GO), Porto Nacional (TO) e Campo Grande (MS) iniciaram suas atividades em 1994. Em 1997 aconteceu o primeiro encontro das três EFAs em Mineiros (GO). Este encontro desencadeou um processo de entrosamento, troca de experiências e articulação entre as três EFAs. Em 1999, a EFA de Orizona (GO) iniciou suas atividades escolares juntando se as demais. Em maio do mesmo ano foi criada Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro Oeste e Tocantins. No ano de 2000, a EFA de Colinas (TO) e no ano de 2001 a EFA de Querência (MT), iniciaram suas atividades. Por último, foram criadas as Associações Mantenedoras das EFAs de Itaquiraí (MS), Uirapuru (GO), Sidrolândia (MS) e Campos Lindos (TO), que em seguida iniciaram suas atividades (ALMEIDA, 2011, p. 45).

Os primeiros passos do processo de implantação da EFA de Goiás¹⁷: 1989: surgimento da ideia com base em uma necessidade e conhecimento de experiências existentes, articulação e conscientização da base; 1992: criação da Associação e capacitação dos monitores/as no Paraná e no Espírito Santo; 1991 – 1992: aprovação de projetos de captação de recursos (SIMFR e outras entidades); 1993: construção dos prédios da EFA; 1994: funcionamento das atividades educativas com alunos/as (QUEIROZ, 1997).

A primeira experiência de pedagogia da Alternância no Goiás contou com a participação da igreja católica, através da Cidade Diocese de Goiás, Padre Felipe Leddet, da Comissão Pastoral da Terra. E para construção das estruturas físicas (prédios) apoio da DISOP/SIMFR.

No estado do Goiás existe outra organização que trabalha a Pedagogia da Alternância é a União Brasiliense de Educação e Cultura (UBEC) ligada a Universidade Católica de Brasília (UCB) e formada por instituições católicas e o Centro de Formação da Agricultura Familiar Padre Leandro Caliman (CENTAF), no município de Silvânia – GO.

¹⁷ O município de Iparapuã - Goiás fez parte do projeto EFA.

No estado do Tocantins a pioneira é a ONG Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE), criada 1969, com atuação voltada para os/as camponeses/as em parceria com outras organizações fundou, em 1986, o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) um de centro de formação dos/as agricultores/as em uma propriedade rural adquirida com esta finalidade.

A Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO teve sua aula inaugural no dia 31 de janeiro de 1994, com um grupo de monitores preparados no Centro de Formação do MEPES. A criação da mesma foi fruto da discussão entre a ONG COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação, com os/as trabalhadores/as do campo, dessa região, e suas organizações – Sindicato e Associações e, também, com os poderes públicos: estadual e municipal (PEREIRA, 2005, p. 66)

No estado do Mato Grosso do Sul é a organização Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Mato Grosso do Sul (COAAMS) que liderou o processo de implantação da EFA criada em 1996 integrando educação e reforma agrária:

A Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues – EFAR, que está localizada em Campo Grande – MS, nasceu da esperança e da luta de centenas de famílias de trabalhadores rurais que se recusam a continuar a margem da história e resolveram promover a Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul. A percepção de que não basta ter terra para viver com dignidade, levou essas famílias a constituírem o Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Mato Grosso do Sul – COAAMS. A COAAMS criou e mantém a EFAR para que qualifique tecnicamente e contribua para a permanências e, subsequente, qualidade de vida do jovem no campo. (PEIXOTO, 2008, p. 87)

No Mato Grosso a EFA de Querência, criada em 2001, resiste aos problemas de escassez de recursos financeiros e mantém a luta por acessar maior apoio do poder público estadual e busca parceiros na iniciativa privada.

Em Assembleia da AEFACOT, no ano 2012, foi extinta. Em 2015, foi criada a Associação das EFAs do Estado de Goiás (AEFAGOIAS). Os estados do Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão funcionando com as organizações em nível local de cada EFA. A criação de uma organização regional se faz necessária para garantir participação nas instâncias da UNEFAB.

Conforme Begnami (2004, p. 13) o Instituto Bélgica – Nova Friburgo – IBELGA “surgiu como entidade mantenedora da EFA Rei Alberto I daquele município. Enquanto não é criada uma regional ele responde pela expansão das EFA´s no Estado do Rio de Janeiro”. Tem por lema: “a continuidade da ação formadora na descontinuidade das atividades”.

As origens do IBELGA e da EFA tem uma relação intrínseca com esse país europeu desde o nascimento da ideia até sua implantação E contou com apoio financeiro da Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (SIMFR) para construção dos prédios.

A criação da EFA não se estabeleceu com a consolidação de uma associação de pais como na maioria das EFAS do Brasil. Tudo começou em 1986 com a visita à comunidade do Cônsul da Bélgica no Rio de Janeiro à região de Campo do Coelho, Victor Bernard, que ao ser informado da grande produção agrícola da região, questionou a não existência de uma escola adaptada a realidade rural para a formação dos filhos dos produtores. Deixando a sugestão para a criação das EFAS (FROSSARD, 2003, P. 70).

A EFA Rei Alberto foi inaugurada no mês de março de 1994, sendo a primeira experiência deste gênero no Estado do Rio de Janeiro. A EFA Rei Alberto I está situada em uma área de 250 mil m², na localidade de Baixada de Salinas, no Distrito de Campo do Coelho, município de Nova Friburgo. Estando localizada em meio às comunidades que em conjunto se destacam no estado na produção de hortigranjeiros. Não tem internato em função das curtas distâncias das famílias em relação a escola em média a 20 km. A escola é dividida em duas unidades, o CM CEFFA Rei Alberto I (Ensino Fundamental) e funciona a partir da parceria do IBELGA com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Contando hoje com mais de 300 alunos e o CEFFA CEA Rei Alberto I funciona numa parceria entre o IBELGA e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. A Unidade atende alunos do Ensino Médio integrado a dois cursos profissionalizantes: Técnico em Agropecuária e Técnico em Administração. Hoje possui cerca de 150 alunos matriculados¹⁸.

O IBELGA tem uma terceira unidade em Vargem Alta Distrito de São Pedro da Serra, Nova Friburgo se trata de um CEFFA voltada para a formação em flores (fluricultura) criado em 2002.

¹⁸ Informações obtidas no site <http://www.ibelga.com.br/> acessado em 06 de setembro de 2017.

A Pedagogia da Alternância no estado do Maranhão é desenvolvida por duas redes: as Casas Familiares Rurais (CFRs) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

A União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA), criada em 1997, com sede em Bacabal, é a organização regional das EFAs filiada à União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB). Tem como missão “Promover o Desenvolvimento Sustentável e Solidário e através do apoio e incentivo às Escolas Famílias Agrícolas nos seus trabalhos de formação de crianças, jovens e adultos e assistência às famílias envolvidas seguindo os princípios da Pedagogia da Alternância”.

A primeira experiência de formação por Alternância no estado do Maranhão tem início com a EFA do município de Poção de Pedra¹⁹s, em 1984, logo se expandindo por vários municípios.

No Maranhão, a experiência tem quase 30 anos, quando em 1980 foram iniciados os primeiros movimentos de articulação política e social e em seguida os debates populares e institucionais sob a liderança de Padre Teodoro, no município de Poção de Pedras, culminando com a fundação da primeira Escola Família Agrícola do Maranhão, no município de Poção de Pedras, em 1984 (GOMES, 2013a, p. 99).

Segundo informações repassadas por Marleide Alves das Neves, Assessora Pedagógica da UAEFAMA, as EFAs maranhenses filiadas à UAEFAMA são 19 (conforme tabela 2 e mapa abaixo), atendem um total 1.794 (mil e setecentos e noventa e quatro) alunos/as e 131 (cento e trinta e um) educadores/as envolvidos/as.

Outra experiência pioneira que encerrou seu funcionamento a partir de 2011 é a EFA de Coroatá, criada em 1984 que funcionava em uma estrutura vinculada a Igreja Católica próximo ao Centro Nossa Senhora da Piedade.

Em relação a expansão a UAEFAMA tem recebido demanda: Lagoa Grande do Maranhão, Alto Alegre do Maranhão e outro município da BR 316. Ambos estão no trabalho de base e constituição das Associações locais. Já são 8 (oito) anos que nasceu a última EFA.

¹⁹ Encerrou seu funcionamento em 2008.

Tabela 2: Dados das Escolas Famílias Agrícolas no Maranhão

ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS NO MARANHÃO		
NOME DA EFA	MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO
Nossa Senhora de Fátima	Vitorino Freire	1989
São Luíz Gonzaga	São Luíz Gonzaga	1993
Francisco das Chagas Vieira	Paulo Ramos	1995
Antônio Fontenele	Lago do Junco	1995
Capinzal	Capinzal do Norte	1997
Rio Peixe	Balsas	1997
Agostinho Romão da Silva	Lago da Pedra	2000
Renato Geunipero	Anajatuba	2001
Guajará	Turilândia	2001
Nossa Senhora do Rosário	Morros	2002
João Evangelista de Brito	Pio XII	2003
Nossa Senhora Maria Rosa Mística	Sucupira do Norte	2003
Arlete Rodrigues dos Santos	Cantanhede	2003
Raimundo Araújo da Silva	Bela Vista	2004
CEFFA Manoel Monteiro	Lago do Junco	2005
Irmã Rita Loe Wicklein	Codó	2005
Santa Cecília	Turiação	2006
Grajaú	Grajaú	2007
São Miguel	Humberto de Campos	2009

Fontes: SILVA, 2015, p. 55; UAEFAMA, 2016.

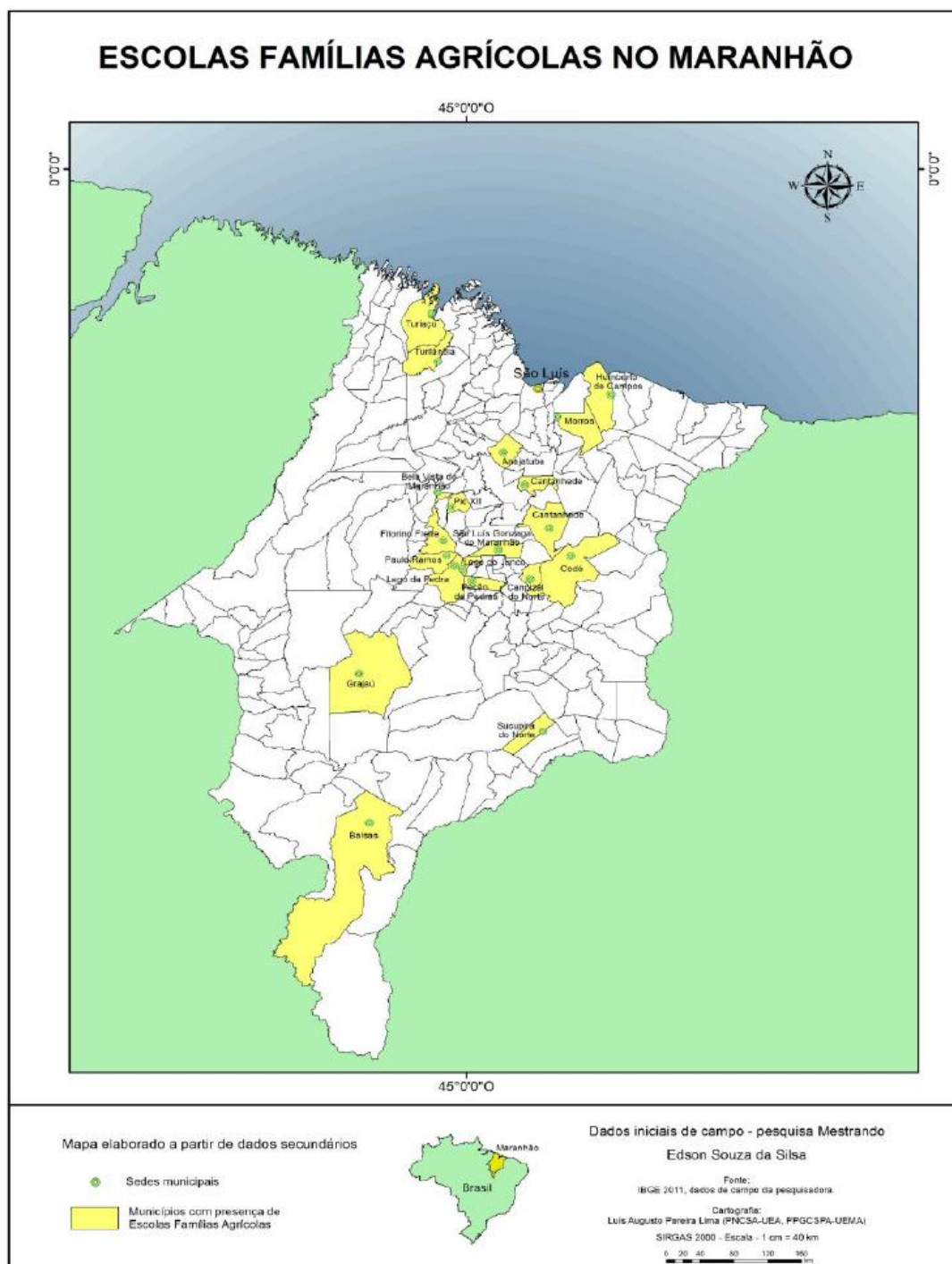
Organização e atualização: Autor.

A região do Médio Mearim concentra o maior número de EFAs, a saber os municípios de: Vitorino Freire, São Luís Gonzaga Lago do Junco, Lago da Pedra. Vale ressaltar que é o berço de origem da primeira experiência em território maranhense.

(...) ao longo desses anos o movimento da alternância encontrou eco em muitas comunidades e permanece firme em seus propósitos, apesar dos percalços e desafios que encontra pelo caminho em relação a apoio para manutenção. Das 32 regiões existentes no Maranhão, em 21 estão presentes EFAs ou CEFFAs, mostrando a força desse movimento no Estado. (GOMES, 2013a, p. 99).

Há perspectivas é que novas EFAs e CFRs sejam criadas no Maranhão em função dos avanços junto ao Governo do Estado, com base na Lei Estadual N° 10.173 de 15 de dezembro de 2014, que prevê apoio para estas organizações que promovem a Educação do Campo nos princípios da Pedagogia da Alternância.

Figura 2: Territorialização das EFAs no Maranhão



Fonte: SILVA, 2015, p. 57

A primeira Casa Familiar Rural (CFR) foi implantada em Coquelândia – Imperatriz, em 1996²⁰. As CFRs estão vinculadas a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Nordeste ARCAFAR. Conforme o relato de experiência da Coordenadora Pedagógica da Sandra Brambati:

A Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Nordeste e Norte do Brasil teve início com suas atividades no ano de 2002 [...]. Com passar dos anos esta organização tem demonstrado um grande avanço na sua organização institucional e pedagógica, melhorando e aumentando o número de jovens nas CFR's. Estas Casas Familiares Rurais trabalham o curso de Ensino Fundamental com Orientação Profissional e com o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnico em Agropecuária dentro da Pedagogia da Alternância e Educação do Campo (BRAMBATI, 2011, 47).

Com forte atuação em diversas regiões do Maranhão as CFRs estão bem consolidadas “atualmente a Regional tem uma abrangência atendendo a 16²¹ CFRs [...]. Totaliza-se 733 jovens estudantes, 700 famílias atendidas diretamente, temos 4.440 famílias atendidas indiretamente, 600 comunidades oriundas de 41 municípios maranhenses” (BRAMBATI, 2011, 47).

O fato da Pedagogia da Alternância através das CFRs e EFAs terem como alunos, em sua grande maioria, jovens da agricultura familiar também chamada de agricultura de subsistência revela que os movimentos sociais encontraram neste modelo pedagógico uma forma de resistir ao modelo da educação 'bancária', que muitas das vezes deixavam de lado as reais necessidades da comunidade onde está instalada (GOMES, 2013, p. 70).

A UAEFAMA e ARCAFAR mantêm boas relações e parceria. Em 22 de abril 2014 realizaram conjuntamente uma ação, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, uma Audiência Pública com o tema: “A Sustentabilidade dos CEFFAs no Maranhão”. Tendo por objetivo principal fortalecer a valorização da educação do campo, por meio dos CEFFA's - Casas Familiares Rurais e Escolas Famílias Agrícolas e da Pedagogia da Alternância junto aos poderes públicos e a sociedade civil organizada.

Nós temos um diálogo bem positivo. A gente consegue respeitar as nossas diferenças... saber que tanto as Escolas Famílias quanto as Casas Familiares Rurais têm os seus objetivos voltados para o campo... então, a gente faz um trabalho bem... frequente, mais especificamente no sentido das parcerias com o Poder Público Estadual e com todas as nossas ações relacionadas à convenio, seletivos... parcerias no geral, porque aí entra... novos projetos

²⁰ Ver ALMADA, 2005.

²¹ Atualmente são 18 CFRs.

produtivos e tal... então isso é sempre discutido no conjunto. Então, a gente tem, digamos que... uma parceria de respeitar as diferenças e de construir. Também ver as nossas dificuldades, as nossas forças e somar no intuito de garantir o trabalho da Pedagogia da Alternância no Estado do Maranhão. Então, a gente... as nossas participações nos comitês... nas reuniões com o Poder Público Estadual... é sempre sentido, discutido e feito em parceria (Marleide Alves das Neves – UAEFAMA. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2016).

Como fruto de uma luta coletiva foi promulgada a Lei Estadual Nº 10.173 de 15 de dezembro de 2014, que institui o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Famílias Agrícola – EFAs, Casas Familiares Rurais e Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFA's. Esta lei visa garantir a sustentabilidade dos CEFFA's do Maranhão.

A UAEFAMA vem construindo um processo de sustentabilidade coletiva por perceber que a ampliação das relações com outros atores como o Estado e determinados órgãos públicos é imprescindível para a manutenção do seu trabalho de fortalecimento da educação do campo. Como resultado dessa nova estratégia de trabalho pode-se evidenciar a relação estabelecida com o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio de uma Chamada Pública que possibilitou a contratação de alguns técnicos e ainda o Convênio estabelecido com o Governo do Estado do Maranhão por meio da Secretaria de Estado de Educação (UAEFAMA, 2016, p. 26).

O Governo do Estado tem atrasado o repasse de recursos financeiros do convênio, ocasionando a falta de pagamento de monitores/as e, conseqüentemente, comprometendo de forma direta o funcionamento das CFR's e EFA's.

Pro movimento CEFA's foi uma conquista, mas que... até um pouco assim... o convênio de 2015, ele já foi respaldado por essa lei, no entanto, com as mudanças a nível de Brasil, e também até a nível de Estado, nós não conseguimos avançar junto a atual equipe do Governo no sentido de que essa lei de fato se efetivasse. A Lei existe; está aprovada. No entanto, a gente ainda depende da ação da gestão atual no sentido de regulamentar essa lei pra que de fato e de direito ela possa nos respaldar (Marleide Alves das Neves – UAEFAMA. Entrevista concedida dia 16 de outubro de 2016).

Em seus 20 anos de existência a UAEFAMA tem buscado contribuir para o fortalecimento do projeto EFA. Este projeto compreende a Educação do Campo no contexto da Agricultura Familiar e fortalece os sujeitos do campo contribuindo para a conservação do meio ambiente e um desenvolvimento com sustentabilidade, promovendo a geração de emprego e renda, preservando as identidades culturais destes sujeitos na sua diversidade (UAEFAMA, 2016).

A Pedagogia da Alternância no Rio Grande do Sul é desenvolvida por três experiências: as Casas Familiares Rurais (CFRs); o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR²²); e, a partir de 2008, nasce a Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas (AGEFA) instituição regional das EFA's.

No Rio Grande do Sul o movimento CEFFA reproduz a lógica nacional, tendo a presença das duas instituições nacionais, representadas pelas CFRs e EFA. Na região sul, assim como no estado gaúcho, o pioneirismo é das CFRs, que desde 2002, através da CFR Santo Isidoro, localizada no município de Frederico Westphalen, no noroeste do estado, conta com o importante apoio da URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões), oferece a formação de Ensino Médio com qualificação de agricultor aos jovens da região (COSTA, 2012, p. 48).

A partir do emocionante relato histórico organizado pelo historiador João Paulo Reis Costa (2012), sintetizamos a história da Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas (AGEFA) e a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC).

A ideia de criar uma EFA gaúcha surgiu na montanha mineira de Caparaó, em setembro de 2005, a partir de contatos na EFA Paulo Freire em Acaiaca-MG.

Os passos seguintes: conhecer a experiência do MEPES, foram estabelecidos vários contatos com os capixabas: Padre Firmino Costa Martins, Superintendente do MEPES José Valdermar Pin e o mestre da Pedagogia da Alternância Sérgio Zamberlan, este último se comprometeu em assessorar in loco a implantação da primeira EFA gaúcha.

Os gaúchos visitaram as EFAs no Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Por recomendação dialogaram com os dirigentes das CFRs. Inclusive caminham juntos eventualmente em seminários, Comitê Estadual da Educação do Campo.

²² Em parceria com Instituto Souza Cruz, nos últimos 12 anos de trabalho em territórios rurais dos três estados da Região Sul brasileira formou mais de 2 mil jovens como protagonistas e empreendedores em suas comunidades. O CEDEJOR ainda existe enquanto associação, porém suas atividades formativas em Alternância encerraram com a turma de 2012.

A EFASC em funcionamento desde 2009 garante sua manutenção com recursos oriundos das famílias que contribuem mensalmente, e mantém convênio com 12 municípios da região. Recebe apoio de importantes entidades regionais: o SICREDI – VRP, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Mitra Diocesana, Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Sindicato da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), a Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE). Também recebe importantes recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Governo do Estado do RS, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, por meio de projetos anuais. Tem outros parceiros pontuais em projetos e trabalhos de campo, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A AGEFA nasce “Pró” EFAs começa com a EFASC. Atualmente são 04 (quatro) EFAs. Desde 2010 as EFAs gaúchas estão em expansão no Estado: EFA Serra em Garibaldi inicialmente, e atualmente com sede em Caxias do Sul, iniciou suas atividades em maio de 2013 e abrange nove municípios; EFASOL no município Vale do Sol, inaugurada em 10 de março de 2014, envolve sete municípios. Pozzerbon e Charão-Marques (2016, p. 74) informam que em “2015, está estabelecida no município de Canguçu, a Associação da Escola Família Agrícola da Região Sul - AEFASUL, cujo objetivo é ampliar a articulação junto ao Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul para viabilizar a implantação de uma nova EFA”. A EFASUL, sediada em Canguçu, iniciou suas atividades em 2016, com uma turma de 30 estudantes.

O êxito da EFASC e a rápida expansão das EFAs gaúchas está ligado a formação continuada dos/as monitores, através de cursos de pós-graduação; viagens de estudos; participação em eventos e publicações em periódicos. A UNISC em parceria com AGEFA está ofertando um curso de especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Regional, tendo como eixo central a Pedagogia da Alternância. O curso visa formação de docentes para atuarem nas Escolas Família Agrícola.

A EFA Dom Fragoso, no município de Independência, estado do Ceará²³. esta tem se esforçado para não se isolar no sertão, além de participação nos fóruns locais, regionais de educação e desenvolvimento rural, participa da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e, diretamente, dos eventos da UNEFAB. Como observa Freitas (2015, p. 131). “Nesse caso quando há eventos e articulações que envolvem os regionais, as EFAs participam igualmente das atividades e decisões com os mesmos direitos; esse é o caso das EFAs Jean-Pierre Mingan (em Acrelândia, no Acre), Dom Fragoso (em Independência, no Ceará) e EFA de Marabá (Pará)”.

A ideia de implantar uma EFA em solo cearense surgiu no seio da Igreja Católica a partir de religiosos progressistas que, em 1991, visitaram EFAs de Rondônia, Piauí e Bahia. Iniciaram o debate com as famílias de agricultores/as e começaram um processo de articulação que amadureceu por dez anos. Mas, se quisermos ir as raízes, tudo começou ainda na década de 1960, com Dom Fragoso (que inclusive dá nome a EFA), que pregava que era “o tempo da Igreja servir o povo”.

Essa história se inicia na década de 1960 quando o bispo Dom Antonio Batista Fragoso funda a Diocese de Crateús e inaugura os trabalhos com a Pastoral da Terra com ideários postos pela Teologia da Libertação. Os encontros e reuniões ajudam os lavradores a refletirem sobre sua vida e trabalho no campo e a pensar e efetivar a organização sindical: começavam a serem criados os sindicatos dos trabalhadores rurais da região (FRAGA & SOUSA, 2015, p. 8).

Padre Gerardo Fabert doou os recursos financeiros para aquisição de uma área de 135 hectares. A Comunidade Franciscana ajudou na construção dos prédios. Conforme Souza (2015, p. 146) “A AEFAl – Associação Escola Família Agrícola de Independência, mantenedora da Escola Família Agrícola Dom Fragoso foi constituída em 12 de novembro de 2001.” A formação ofertada inicialmente foi o Ensino Fundamental, a partir 2005 ampliou para Ensino Médio e, posteriormente, em 2012 Ensino Médio Profissional (EMEP). Os cursos ofertados pela EFA foram reconhecidos junto ao Conselho Estadual de Educação do Ceará em 2012.

²³ Há informações de novas EFAs no Ceará, como é o caso da EFA Ibiapaba, mas que ainda não estão atuando na Rede da UNEFAB. Conta com apoio do Centro de Estudos do Trabalho de Assessoria ao Trabalhador (CETRA).

As origens da Educação do Campo no estado do Pará estão ligadas as experiências educativas de formação de jovens agricultores/as utilizando a Pedagogia da Alternância. Tendo como projetos pioneiros a Casa Familiar Rural (CFR²⁴) de Medicilândia, em 1995, e a Escola Família Agrícola (EFA) da Região de Marabá, em 1996. Ressaltamos que no Pará a primeira EFA funcionou no município de Afuá, criada em 1992.

Existem 26 (vinte e seis) Casas Familiares Rurais (CFRs) filiadas a Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará (ARCAFAR – PARÁ). É uma experiência presentes em todas as regiões do território paraense.

O marco inicial da EFA da Região de Marabá é o I Encontro de Jovens Camponeses, realizado em outubro de 1993, pela Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA), no âmbito do Programa Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), em conjunto com seus Sindicatos dos/as Trabalhadores/as Rurais (STTRs) de Marabá, Itupiranga, Jacundá, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Nova Ipixuna. O surgimento da ideia de criar uma Escola Agrícola nasce como uma meta dentro do Projeto Futuro do Jovem Camponês discutido no referido encontro de jovens, início da caminhada.

Neste evento o educador Emmanuel Wambergue “Manu”, então Diretor Executivo da FATA, relatou a experiência da França nascida em 1935. O caso brasileiro surgiu em 1968, sob a animação de Padre Humberto Pietogrande e foi contado pelo técnico agrícola do Projeto Agroflorestal do Tocantins (PAF) da FATA Francisco Cruz de Lima Sobrinho “Francismar” egresso da EFA de Olivânia – Espírito Santo, que recomendou conhecer as experiências das EFA’s no Maranhão.

A EFA iniciou seu funcionamento em 18 de março de 1996, com a primeira turma com vinte dois jovens rurais. Ao longo da história formou vários jovens em agricultores/as técnicos/as (Ensino Fundamental) e técnicos/as em agropecuária com ênfase em agroecologia (Ensino Médio e Educação

²⁴ No Pará existem 22 CFRs filiadas à Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR – PARÁ).

Profissional), colaborou com a construção da Educação do Campo na região, serviu de base para o nascimento do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Campus Rural). Esta instituição desenvolve cursos de Educação Profissional em níveis médio e superior para os/as camponeses/as e populações indígenas.

Em 2013, considerando o êxito da Pedagogia da Alternância foi retomada a articulação para o funcionamento de uma Escola Família Agrícola (EFA) no município de Marabá, denominada Jean Hébette²⁵, visando homenagear este professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) pela relação solidária que manteve durante quatro décadas com os agricultores/as da região. A EFA voltou a funcionar no dia 19 de maio de 2014, em outro espaço e num novo contexto histórico, com o lema “Escolas Famílias Agrícolas esta ideia não pode morrer!”. No âmbito do Projeto de Educação do Campo e Extensão Rural por Alternância para Agricultores/as Familiares da Região Sudeste do Estado do Pará (PROEFA). O trabalho tem sido desenvolvido acreditando nas possibilidades e oportunidades de que “é possível produzir conhecimentos e alimentos agroecológicos”.

A EFA tem como principal mantenedora a Prefeitura Municipal de Marabá através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e conta com apoio das Secretarias de Urbanismo e Agricultura. Também tem a participação da Prefeitura de Novo Repartimento. Mantém parcerias com outros órgãos públicos: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Núcleo de Educação Ambiental da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (NEAm/UNIFESSPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (IFPA – Campus Rural), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Repórter Brasil, Grupo de Articulação Interinstitucional de Enfretamento do Trabalho Escravo (GAETE), Ministério Público do Estado do Pará, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-bio).

²⁵ Que faleceu na Bélgica, sua terra natal, em novembro de 2016.

2.5. história de uma ideia que se transformou na Pedagogia da Alternância: um sistema educativo do campo

A Pedagogia da Alternância já tem mais de 80 (oitenta) anos de existência, e considerando as palavras dos mestres: Gimonet (2007) é um “longo trajeto institucional e pedagógico”. Considerado um método pedagógico ou um novo sistema educativo. O experiente monitor Zamberlan (2003), chama esta trajetória de uma “longa-curta caminhada”.

A história começa a partir de uma ideia, em volta estão os que serão os parceiros da formação: jovens, famílias, educadores. Que construirão um Plano de Formação tendo por base a própria realidade. Os princípios bases se iniciam com a “Associação” responsável pela gestão do projeto educativo. A “Alternância” de tempos-espacos vai emergir a metodologia, estes meios têm por objetivos uma “Formação Integral” da pessoa humana visando do “Desenvolvimento” do meio que o/a jovem e sua família estão inseridos.

A Casa Familiar Rural, denominação pioneira e original, tem por base intrínseca a Família, nas adaptações em outros espaços fora da França vai ser denominada como: Escolas, Centros, Institutos, Colégios, Núcleos e Universidades. Tendo como foco meios ou atividades: agricultura, agrícola, desenvolvimento, agroextrativismo, mar, agroecologia e educação do campo. Toda esta diversidade de práticas espalhadas pelo mundo tem a sua unidade nos quatros princípios basilares da proposta: Associação, Pedagogia da Alternância, Formação Integral e Desenvolvimento.

Quando ocorre a expansão se faz necessária a organização de uma entidade de dimensão nacional para manter e guardar os princípios, cuidar da formação dos/as educadores (monitores/as) e aperfeiçoamentos dos instrumentos pedagógicos. Cabe aqui destacar que desde a primeira CFR, se produziu um jornal para divulgação e fortalecimento do projeto educativo por Alternância. Na atualidade podemos fazer uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

No Brasil, a Pedagogia da Alternância tem por referência a experiência italiana, denominada Escola da Família Rural, a partir de 1974 por força da legalização introduziu o “Agrícola” que se refere a atividade, já que o rural significa o meio como todo. As EFAs têm encontrado no Brasil um solo fértil para sua expansão, a partir de 1982 é criada a organização nacional a UNEFAB que tem 12 organizações regionais (movimento, fundações, associações, redes, regional, institutos e união) com uma importante diversidade de experiências conforme apresentamos neste capítulo. Além de EFAs que ainda não tem organização regional.

Os capixabas aqui no Brasil, assim como os franceses nos primeiros anos da experiência, foram responsáveis pela formulação dos primeiros documentos filosóficos e metodológicos que fundamentam a Pedagogia da Alternância, assim como foram responsáveis pelo processo de capacitação dos/as a partir do Centro de Formação do MEPES.

A Igreja Católica, através de bispos, padres e freiras progressistas, tem sido uma parceira fundamental para criação e manutenção das EFAs do Brasil. Organizações Não Governamentais (ONGs) como: MISERIOR²⁶, SIMFR, DISOP e outras organizações internacionais são parceiros estratégicos quando as EFAs não contavam com o apoio do Estado.

O desafio é garantir a sustentabilidade das EFAs através de recursos públicos em âmbito municipal, estadual e federal. Diversos estados contam com leis que garantem recursos para os CEFFAs. Mas, com necessidade de regulamentação das referidas leis, e menos burocracia no processo de repasse que se dá através de convênios anuais.

As EFAs no Maranhão têm servido de instrumentos contra hegemônico, experiências de resistência e rebeldia pautadas pelo fortalecimento da Agricultura Familiar, a ação tem se dado em uma rede organizações sociais criadas pelos próprios/as camponeses/as.

²⁶ Agência de financiamento (Obra) episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Há mais de 50 anos, MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. Informações acessadas em <https://www.misereor.org/pt/sobre-nos/> em 03 de outubro de 2017.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: as Escolas Famílias Agrícolas do município de Lago do Junco – Maranhão espaços de resistências e parcerias

Promover o Desenvolvimento Sustentável e Solidário no campo através do apoio e incentivo às Escolas Famílias Agrícolas nos seus trabalhos de formação de crianças, jovens e adultos e assistência às famílias envolvidas seguindo os princípios da Pedagogia da Alternância .

Missão da UAEFAMA, Folder Institucional, 2016a.

Neste capítulo pretendemos trazer o objeto principal desta investigação mergulhando na temática de Desenvolvimento Rural Sustentável ou, como apresentado no título, do “Desenvolvimento Local”. O desafio é retratar os processos formativos por alternância ofertados pelas duas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) do município de Lago do Junco – Maranhão.

Como destacado na epígrafe, as EFAs buscam a promoção do desenvolvimento sustentável com base nos princípios da Pedagogia da Alternância. Portanto, uma das temáticas que precisa ser abordada é a questão do “desenvolvimento rural sustentável” e suas interfaces com o agronegócio e a agricultura familiar, para esse objetivo trazemos contribuições de importantes teóricos.

A segunda temática tratada no capítulo é sobre os Movimentos Sociais. As EFAs atuam numa rede de organizações criadas e geridas pelos próprios agricultores/as. São experiências que praticam o desenvolvimento sustentável como forma de resistência.

Um dos principais objetivos do trabalho é identificar a atuação dos jovens egressos nestas organizações, famílias e comunidades, considerando os objetivos das EFAs. Identificando quais são as dificuldades e perspectivas que se apresentam para a juventude rural.

3.1. Contexto da Região do Médio Mearim

Na tentativa de melhor situar o contexto em que se desenvolveu a investigação se torna preciso esclarecer que a Região Médio Mearim é um palco histórico de muitas lutas de trabalhadores e trabalhadoras rurais em prol de seus direitos e sua cidadania digna, com o intuito de alcançar um pedaço de terra para trabalhar, produzir e sobreviver.

povoados que remontam ao tempo da escravidão, onde descendentes de escravos, ainda rememoram acontecimentos, vivenciados por seus pais, do tempo que designam como *tempo do cativo*. Após a desagregação das fazendas de algodão, que predominaram nos séculos XVIII e XIX, com a formação de um campesinato livre, os ex-escravos, autodesignados *pretos*, permanecem nas terras, cultivando a mandioca, o arroz e o feijão, em domínios doados, comprados ou ocupados efetivamente, com ou sem autorização de terceiros (MARTINS, 2012, p. 60).

Entre 1998 e 2006, o planejamento estadual navegou em sucessivas regiões pontuais, conforme a percepção de cada unidade administrativa, embora a referência fosse as citadas gerências regionais. Em 2007, nova proposta foi apresentada dividindo o território maranhense em 32 Regiões de Planejamento, que ainda estão em vigor. A mais recente regionalização denomina em Regiões de Desenvolvimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a região do Médio Mearim fica localizada na parte central do Estado do Maranhão e é composta por 16 municípios, a saber: Santo Antônio dos Lopes, Joselândia, Capinzal do Norte, Lima Campos, Pedreiras, Trizidela do Vale, Bernardo do Mearim, Igarapé Grande, Lagos dos Rodrigues, Lago do Junco, Lago da Pedra, Poção de Pedras, Esperantinópolis, São Roberto, São Raimundo do Doca Bezerra e São Luís Gonzaga do Maranhão (MARANHÃO, 2015, p. 12).

O estado do Maranhão já vivenciou seus tempos em que destacava a nível nacional como produtor de alimentos, tendo como carro chefe o arroz.

A partir da década de 1950, o arroz passava a competir no mercado nacional. A economia maranhense começava a se articular com o capitalismo industrial, que se desenvolvia no Centro Sul, no momento que a expansão do sistema capitalista no Brasil tinha como lócus principal a região sul comandada por São Paulo (BARBOSA, 2006, p. 82).

Já a partir das década de 1970 a face produtora da região mudou para a agropecuária, atividade hegemônica no processo econômico da região até a atualidade.

Nos fins dos tempos ditatoriais, em intensa luta pela terra e com o forte processo migratório ainda em curso, os/as camponeses/as se organizam em estruturas políticas, econômicas e educacionais para garantir o processo de resistência ao latifúndio. O direito de ter roça, fonte produtiva de alimentos, assim como o livre acesso aos babaçuais que, para muitos/as, era a principal fonte de renda, se tornaram as principais reivindicações. Nesse período, a educação diferenciada e contextualizada ofertada pelas EFAs também surgem como um instrumento de luta. Segmentos progressistas da Igreja Católica, no caso da Região do Médio Mearim os Franciscanos, vão atuar como um dos principais parceiros de apoio e mediação.

(...) um incentivo à pecuária, que ocasionou o acirramento das tensões entre pretensos proprietários e aqueles que se dedicavam à atividade agrícola. Essas medidas desembocaram em sérios conflitos, exigindo uma nova intervenção, dessa vez para desapropriar tais áreas. Esses conflitos, que se desenrolaram nos anos 80, se deram em função da venda das terras públicas, quando houve um aumento das taxações pela utilização da terra e o cercamento das áreas devastadas, o que impedia o livre acesso aos babaçuais. Destarte, as desapropriações não devem ser analisadas como uma dívida da política governamental, pois são frutos da luta, onde vidas foram perdidas. Em alguns povoados, o período do conflito foi longo, durando mais de dez anos (MARTINS, 2012, p. 33 - 34).

O Estado ditatorial impôs à nação políticas econômicas e sociais centralizadas, e na Amazônia engendrou uma lógica de desenvolvimento integrado da fronteira agrícola através de incentivos fiscais, com foco especial na criação extensiva de gado, na exploração madeireira e na mineração, com explícito favorecimento as empresas industriais, bancárias e comerciais, orientadas para exportação. Os fazendeiros tradicionais locais e migrados, grileiros, grupos políticos e agentes do estado, não deixaram de compor o espectro social que agia para consolidar os negócios pela propriedade da terra como o reserva de valor, em torno de território tão estratégico.

O Projeto Grande Carajás, que tem como objetivo inicial a exploração de ferro e outros minerais (cobre, ouro) na Serra dos Carajás, município de Parauapebas, estado do Pará, implantado a partir de 1980. Um dos principais

meios de logística é a Estrada de Ferro Carajás (EFC) com extensão de mais de 900 km passando por vários municípios paraenses e maranhenses até chegar no Porto de Itaqui em São Luís – Maranhão, este empreendimento provocou:

mudanças econômicas, sociais e políticas que vão desde a exploração intensiva de recursos naturais, sustentada por uma política governamental socialmente perversa à exploração e desorganização do espaço da pequena produção maranhense acelerando os processos migratórios campo-cidade (BARBOSA, 2006, p. 89).

A região do Médio Mearim mesmo não estando na área de influência direta do Projeto Grande Carajás sofre impactos pela proximidade com o projeto. É possível perceber algumas colateralidades como o aumento do fluxo migratório e a elevação do preço da terra. Em face da ampliação da pecuária, a instalação de siderúrgicas, a compra de coco babaçu para produção de carvão vegetal.

É neste contexto que as EFAs e os Movimentos Sociais vão emergirem como formas de resistências ao avanço destrutivo do capital e criar suas organizações produtivas, educativas e políticas.

Tratam-se, portanto, de movimentos sociais pluritemáticos que percebem o território em suas diferentes dimensões (cultural, econômica, social, ambiental e cultural). Utilizam táticas de pressão para influenciar as políticas públicas voltadas para a educação, saúde, assistência técnica, políticas de crédito, direitos políticos, sociais e étnicos. Inspirados nos princípios agroecológicos, esses movimentos investem em sistemas produtivos capazes de recuperar e preservar os recursos naturais e apostam no mercado segmentado, atualmente denominado de Economia Solidária (ARAUJO, 2013, p. 71).

A Região Médio Mearim é uma das regiões do Maranhão que vivenciou na década de 1980 uma série de conflitos no campo. E deste embate vão nascer uma série de organizações para fazer o enfretamento com o latifundiário. As EFAs é uma destas experiências que se inicia com a EFA de Poção de Pedras em 1984 e na década 1990 se expande por toda a região.

No estado do Maranhão ganha-se destaque a região do Médio Mearim, onde, no contexto do processo de luta pela terra, emergem experiências e a necessidade da educação dos filhos das quebradeiras de coco babaçu e dos trabalhadores rurais, sendo a grande expansão do número de experiências das Escolas Famílias Agrícolas (SILVA, 2015, p. 13).

3.2. Histórico do Município do Lago do Junco

Com base nas informações disponibilizadas no site da Prefeitura²⁷ o município de Lago do Junco apresenta as seguintes características e histórico: terra de lagos e cocais, localizado a 316 km da capital São Luís, na região do Médio Mearim, tem população estimada em 10.729 habitantes segundo dados do IBGE (2010). Extensão territorial de 309 km² (ver mapa 2). O nome da cidade teve origem na existência de um lago no qual havia grande quantidade de junco, espécie de capim comum no local que logo serviu de referência aos primeiros nordestinos a povoarem a região.

O povoamento da cidade teve sua fundação em 1925, com a chegada de migrantes, os quais buscavam terras férteis para a agricultura, que informados da expansão da Região do Mearim, aqui se fixaram, na tentativa de desenvolver a lavouranas suas “terras livres”. No início não existiam estradas e por isso a produção agrícola era escoada por tração animal. O primeiro automóvel a circular na região chegou somente por volta da metade da década de 1940.

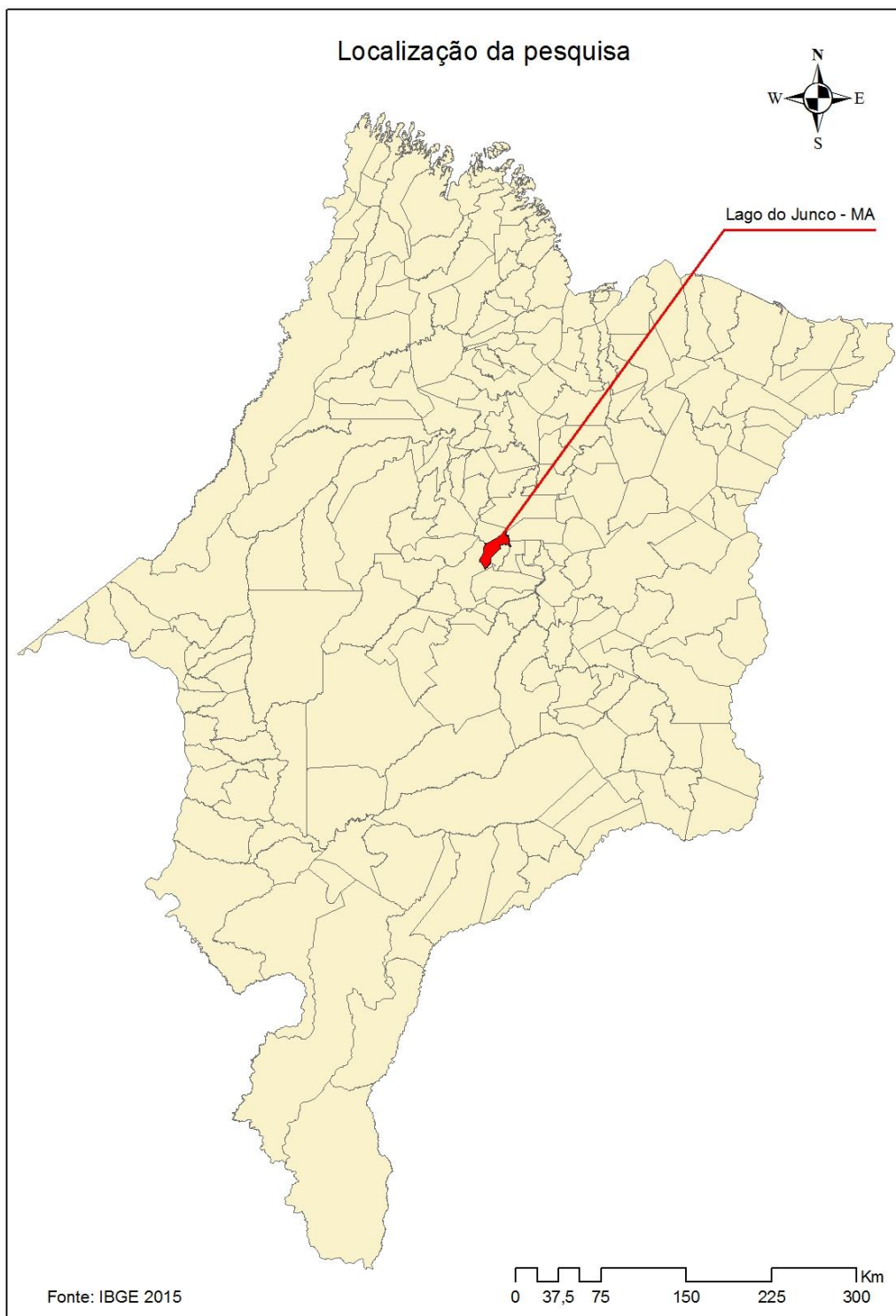
O desmembramento ocorreu do então município de Ipixuna, atualmente São Luiz Gonzaga do Maranhão, em 26 de outubro de 1961 (lei nº 2.151, assinada pelo governador Newton de Barros Bello). As cidades mais próximas de Lago do Junco são: Lago da Pedra, Lago dos Rodrigues, Igarapé Grande, Pedreiras, Trizidela e Bernardo do Mearim.

A economia do município de Lago do Junco tem se desenvolvido basicamente da agropecuária e do extrativismo do babaçu. Dentre os produtos agropecuários destacam-se gado de corte (tanto fazendeiros, quanto os pequenos agricultores). Em relação ao extrativismo vegetal, o processo tradicional de extração da amêndoa do coco babaçu contribui para a renda de centenas de famílias que se ocupam, em menor ou maior grau, na coleta, quebra de coco e comercialização das amêndoas (UAEFAMA, 2016, p. 12).

O município de Lago do Junco é pequeno considerando a sua população e sua extensão territorial tem sua economia baseada na agropecuária, com maior relevância a agricultura familiar. As organizações dos agricultores/as cumpre um papel fundamental na geração de emprego e renda.

²⁷ <http://lagodojunco.ma.gov.br/> acesso em 16 de outubro de 2016.

Figura 3: Mapa do Estado do Maranhão – localização da pesquisa



Fonte: IBGE, 2015. Elaboração própria, 2017.

3.3. As EFAs do Lago do Junco: um pouco da história

A Escola Família Agrícola Antônio Fontenele (EFAF), localizada no Povoado São Manuel, oferta o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Iniciou seu funcionamento em 1996. Está instalada em uma propriedade rural de 30 hectares das que 10 foram doadas por um assentamento vizinho. Já conseguiu formar 227 jovens, de 17 comunidades, dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Bom Lugar. Atualmente, tem 73 alunos/as.

Objetivos da EFAF é o acesso à educação integral que atenda tanto a formação técnica como a social e política, para desenvolver uma ação educativa voltada para a realidade do meio rural com a participação das famílias e comunidades, mantendo vivos os princípios da Pedagogia da Alternância.

O coordenador pedagógico da EFAF, que também exerceu o papel de articulador e primeiro coordenador da referida EFA, Luiz Ramos dos Santos “Luizinho”, recorda a história da EFA.

Nasce de um evento da Pastoral da Criança, lá na comunidade de Três Poços, no mês de novembro de 1992. A ideia partiu de um padre franciscano, Frei Klaus, médico, e aí ele lançou a ideia lá nessa reunião, da Pastoral da Criança, e perguntou se havia alguma pessoa que já poderia ir trabalhando essa articulação. E eu, ainda estudando o magistério, nos finais de semana eu fazia articulação nas comunidades. Nós trabalhamos 93, 94 e 95 criando a associação. Passávamos em todas as comunidades, criamos um grupo de estudos, sindicato, a igreja, as comunidades, assentamentos, a ASSEMA, a ACESA, que foi visitar outras escolas, aqui no Maranhão e fora. Fomos para a Bahia, fomos para o Piauí. E esse grupo, justamente, fazia o trabalho de articulação e já pegando argumento para o PPP da escola. Então, a partir dessas visitas, de tudo isso que aconteceu, foi criado o Projeto Político Pedagógico em cima disso, da reunião desse documento. No começo do ano de 96, em 15 alunos de 5 comunidades, criou-se a escola (Entrevista concedida dia 11 de outubro de 2016).

Atualmente a EFA precisa de uma reforma na estrutura física. A equipe da Escola e os/as agricultores/as tem expectativa que a atual gestão da Prefeitura execute a referida reforma.

As famílias colaboram com a gestão e manutenção da EFA e captação recursos financeiros através de pequenos projetos em ONGs.

O Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro (CEFFA) tem por lema “Educar e Produzir”, oferece ensino médio integrado à educação profissional com formação de técnico em agropecuária, é uma escola autorizada e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA). Localizado na Comunidade Pau Santo.

A partir do ano de 2003 as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e entidades populares iniciaram uma articulação que culminou na fundação, em 24 de junho do ano de 2005, da Associação do Centro Familiar de Formação por Alternância de Ensino Médio e Profissionalizante (ACEMEP). No mês de julho do ano seguinte iniciaram-se as aulas com uma turma de 53 alunos/as. Atualmente, já são quase 200 o total de egressos/as. Na atualidade, tem 177 jovens em formação (matrícula inicial 2017).

O monitor Vandeval Spadetti, um dos fundadores do CEFFA, relata o processo histórico e as motivações para criação da primeira EFA de Ensino Médio e Educação Profissional.

Esse ano faz 11 anos de funcionamento. Mas, se a gente for pensar o CEFFA tem 20 anos de articulação. Mesmo antes da gente falar assim "nós vamos fazer o CEFFA", a gente já pensava, porque, porque os alunos iam daqui para o Espírito Santo do Maranhão, depois do Espírito Santo começou a ficar difícil para esses alunos estarem lá. Foram para Teresina. Para Socopo. Quando foi em 2003 mais ou menos, houve as primeiras reuniões de falar, "gente, vamos ter que fundar nossa escola", em 2003 foi feita uma reunião na ACESA junto com a CPT, junto com a ASSEMA, e daí começou a ideia. De 2003, 2004, quando deu o início de 2005 nós já estávamos com uma comissão para escolher o pedaço de terra e tal e nós recebemos 3 ofertas de terra, uma em São Luiz Gonzaga, uma em Pio XII e outra aqui. E essa equipe foi atrás, e conseguiu, aí viu essa aqui, por ter algumas facilidades da questão de energia, água, e a luta do povo, a parte social, então nós definimos que se fosse para cá. No ano de 2007 a gente conseguiu o primeiro apoio com a província franciscana. A partir daí as coisas melhoraram, que a gente tinha um recurso mensal que a gente podia estar investindo. Então foi feito açude, foi feito reboco nas casas, colocou piso em alguma coisa. 2008 foi feito os dormitórios que não tinha, as meninas dormiam em maneira muito precária em uma casa que era de ferramenta, os meninos na senzala, chamada aqui a casa de barro (Entrevista concedida dia 12 de outubro de 2016).

O CEFFA tem ao longo de sua história pautado por ofertar uma educação contextualizada e com gestão democrática contando com a participação dos/as agricultores/as.

3.4. Movimentos Sociais e as EFAs: espaços de resistências e parcerias

Os Movimentos Sociais do campo são considerados espaços de resistências e defesa dos territórios dos/as camponeses/as. Apresentamos aqui os Movimentos Sociais criados pelos/as agricultores/as na Região do Médio Mearim parceiros das EFAs, onde ocorre a atuação profissional ou de militância dos jovens egressos destas escolas do campo.

A Escola Família Agrícola é um espaço de tensões entre as resistências e a lógica de reprodução. A reprodução cultural com uma violência simbólica e a construção de novas lideranças de legitimação de outras formas de pensar o movimento social, ainda assim seriam contra as formas impostas pelo Estado. O que se tem ao certo é que mudanças houve e que todo esse processo de luta teve expectativas (SILVA, 2015, p. 95).

Para Maria da Glória Gohn (1997, p. 20), enquanto houver desigualdades e exclusão social haverá Movimentos Sociais, “enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos”.

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 1997, p. 251).

A organização sindical, mesmo sobre forte tutela e excessivo controle do Estado, se reconstrói em busca de superar seus limites legais e apenas reivindicatórios, assumindo uma postura emancipatória e de engajamento em prol dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos posseiros, empobrecidos e expropriados. Somado a isso, profusões de outros movimentos também surgem para promover a participação de mulheres, indígenas, povos da floresta, das águas, negros, movimentos em defesa do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e da agroecologia.

A forte estrutura dos movimentos locais participativos, em particular dos diversos tipos de organizações da sociedade civil, ao lado de outras estruturas tradicionais, como os sindicatos, é indispensável para que interesses mais amplos constituam um ‘contrapeso’ democrático às estruturas esclerosadas das elites tradicionais e das corporações (DOWBOR, 2008, p. 69).

As organizações aqui descritas nasceram no âmbito da luta dos/as camponeses/as frente ao latifúndio e há mais de vinte anos tem atuado acreditando em um desenvolvimento local sustentável fundamentado no associativismo e cooperativismo.

Após a conquista da terra, nos anos 1980 – 90, as famílias de trabalhadores rurais mulheres quebradeiras de coco babaçu, da região do Médio Mearim, iniciaram um processo de organização social política e econômica, institucionalização de formas organizativas, segundo os princípios do associativismo e do cooperativismo (ARAUJO, 2013, p. 140).

As ações educativas da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA), a partir das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), e as atividades políticas e econômicas desenvolvidas pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), através de associações e cooperativas constituídas por camponeses/as, são consideradas contra hegemônicas e com características de democracia participativa, constituindo-se em um freio ao avanço destrutivo das relações capitalistas no campo.

O poder local, com seus instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu as suas provas e é sem dúvida o grande recurso subutilizado no país (DOWBOR, 2008, p. 90).

Relacionamos a seguir a rede de organizações parceiras das EFAs do município de Lago do Junco, a saber: ASSEMA com abrangência regional; a AMTR que abriga as mulheres quebradeiras de coco de base municipal; a COPALJ de atuação municipal e voltada para as questões econômicas; a AJR que envolve dois municípios e cuida da organização dos jovens; e a ACESA, organização pioneira que atua na Diocese de Bacabal (caráter regional).

São nestas organizações que se dá a atuação profissional ou de militância dos jovens egressos das EFAs. Relacionamos somente as organizações que tem parcerias com as EFAs do Lago do Junco. Portanto, o presente trabalho não contempla todos os Movimentos Sociais existentes no município ou região.

a) Organização regional dos/as agricultores/as

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), foi fundada em 1989. Tem uma abrangência regional, é uma espécie de organização mãe ou tronco, formada por uma rede de organizações.

Dentro da linha temática da segurança alimentar e economia solidária, a ASSEMA estimula o associativismo e o cooperativismo, em redes, disseminando o consumo ético de produtos agroextrativistas e o uso da floresta de babaçu, apoiando as organizações locais, na comercialização de produtos específicos (ARAUJO, 2013, p. 141).

A ASSEMA é liderada por agricultores (as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu. Tem como objetivo “desenvolver estratégias para a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas, através da luta pela ampliação do acesso ao direito à Alimentação, à Educação e ao exercício amplo e democrático da Cidadania²⁸”.

De caráter regional, a ASSEMA hoje tem, entre os seus associados, associações de mulheres extrativistas e quilombolas, associações de assentamentos, cooperativas, sindicatos rurais, associações de jovens e grupos produtivos informais dos municípios de **Lago do Junco**, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão, Pedreiras e Peritoró. A entidade investe na organização das famílias em dimensões: social, política, econômica, ambiental e cultural, priorizando, em suas pautas, a produção com base na agroecologia, a comercialização qualificada como solidária e debate questões ambientais, de gênero, de geração e étnicas (ARAUJO, 2013, p. 140 – grifos nosso).

Para realização de suas ações, conta com apoio financeiro de organizações internacionais e nacionais como o: Fundo Amazônia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ligado a Organização das Nações Unidas (ONU).

A ASSEMA trabalha em rede, numa abrangência territorial de 18 municípios da região do Médio Mearim, com sede em Pedreiras. Atualmente desenvolve: Programa Agroextrativista de Produção Integrada (PAPI), Programa de Comercialização Solidária (PCS) e Programa de Formação e Acesso a Direitos (PFAD).

²⁸ Extraído de <http://www.assema.org.br> acesso em 23 de julho de 2017.

b) Organização das mulheres quebradeiras de coco babaçu

A Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), institucionalizada em 1989, está vinculada ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) tem como principal bandeira de luta o livre acesso aos babaçuais visando a geração de renda e preservação cultural e ambiental. Conforme relato de experiência apresentado pela UAEFAMA “a partir de experiências de clubes de mães das comunidades rurais. A entidade foi aproveitada como instrumento político de enfrentamento contra o latifúndio que dominavam os babaçuais da região” (UAEFAMA in UNEFAB, 2010, p. 39).

A AMTR tem como principal produção a produção de sabonetes e sabão tendo como matéria prima o óleo extraído da amêndoa de babaçu.

O MIQCB encontra-se estruturado em seis regionais: Médio Mearim, Baixada Maranhense e Imperatriz, no estado do Maranhão; Pará; Tocantins e Piauí. Ao longo dos seus 20 anos de existência, o movimento tem se apresentado como importante sujeito nas lutas pela preservação dos babaçuais, denunciando os ‘processos de devastação’ e apoiando iniciativas de outras organizações consideradas parceiras, a exemplo da ASSEMA, que vêm investindo em iniciativas econômicas sustentáveis (ARAUJO, 2013, p. 143).

A AMTR tem como principal produção a produção de sabonetes e sabão de óleo de babaçu produzidos na unidade de produção “fábrica” instalada no povoado Ludovico, município de Lago de Junco. Na fase inicial teve 220 mulheres associadas, atualmente tem 60 mulheres ativas conforme informação de uma das lideranças Ivete Ramos Silva Santos.

Para as quebradeiras de coco babaçu se fazia necessário a existência de uma escola alternativa para zona rural, para que os filhos não tenha que sair do campo para a cidade, para estudar, mas, que permaneça no campo e dando continuidade na luta (UAEFAMA in UNEFAB, 2010, p. 39 - 40).

O surgimento dos novos movimentos sociais na década de 1980-1990, associado ao estudo sobre as estratégias e unidades de mobilização de povos e comunidades tradicionais, no processo de luta pela terra na região do Médio Mearim, carece de uma análise para se perceber que a Educação não foi tratada apenas como uma estratégia de luta e não apenas para os filhos das quebradeiras de coco babaçu e dos trabalhadores rurais. Nos anseios dos movimentos sociais instituídos nesse período reforçaram se muito as capacitações, as formações, as conscientizações e as sensibilizações (SILVA, 2015, p. 39).

c) Organização econômica cooperativista

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), fundada em 1991. Tem uma fábrica de óleo babaçu e uma rede cantinas. A COPPALJ tem a responsabilidade pela organização econômica dos/as agricultores/as baseados nos princípios da Economia Solidária e no extravismo do coco babaçu.

A partir das cantinas comunitárias espalhadas pelos povoados do município desenvolve uma comercialização solidária. Comprando os produtos agrícolas (arroz, milho, mandioca e feijão). Mas tem como carro chefe a compra da amêndoa do coco babaçu. Em relação a venda são comercializados os produtos industrializados.

O agricultor João Valdeci Viana da Silva – presidente COPPALJ relembra com qual objetivo foi criado a organização “dar qualidade de vida às famílias e desenvolver a prática de comercialização diminuindo os atravessadores”.

A COPPALJ é considerada como um Movimento, pois se organiza em rede regional composta de outros tipos de organizações juridicamente constituídas ou não, que objetivam tanto a organização da produção e da comercialização, assim como da mobilização social (SERENO, 2016, p. 71).

Na COPPALJ constatamos a atuação de 3 (três) jovens egressos das EFA's atuando gerencia administrativa, gerência de comercialização e serviços gerais, respectivamente. E que presidente ver que a inserção dos jovens é para garantir os os trabalhos que foram iniciados pelos pais.

O principal produto COPPALJ é extração do óleo de babaçu que é reconhecido como um produto orgânico certificado pelo Instituto Biodinâmico (IBD Certificações LTDA), que é exportado para os outros países. Uma parte é comercializada internamente e abastecido a produção da AMTR.

As EFA's tem boas relações com COPPALJ, através da realização eventos em comum e a torta de babaçu um subproduto da extração do óleo é doada para as EFA's utilizarem na alimentação dos animais. A cooperativa participou diretamente das duas EFA's.

d) Organização da juventude rural

A Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR) iniciou o movimento em 1998, e foi registrado em cartório no ano de 2002. São filiados a AJR 12 (doze) grupos de grupos de jovens. A EFA colaborou para criação desta organização da juventude.

Imbuídos/as no sentimento de coletivo, jovens estudantes da EFA, organizaram grupos de jovens e utilizavam o espaço da escola como espaço de discussão, quando eles/as retornavam para as comunidades articulavam a ideia de uma associação para jovens com outros/as jovens da comunidade. Isto possibilitou um fortalecimento de grupos de jovens já existentes (SANTOS; NEVES; SILVA, 2008, p. 52 - 53).

Entre um dos objetivos da AJR: buscar o fortalecimento social, político, econômico, ambiental e cultural dos jovens. Tem sido realizados diversos eventos: Fórum de Jovens do CEFFA, Gincana Cultural com participação de mais 120 jovens no CEFFA Manoel Monteiro. A ASSEMA é uma das organizações que atuam diretamente nestas ações.

A juventude tem a EFA como a sua casa, os jovens são os sujeitos na Pedagogia da Alternância. E como bem diz a música de Gilvan Santos já bem refrisada aqui neste trabalho o jovem não precisa sair do campo para ir para escola. Conforme (Santos; Neves; Silva, 2008, p. 50) “Os CEFFA’s oferecem a possibilidade do jovem ‘estudar no campo e para o campo’”

É fácil encontrarmos nas EFA’s do Maranhão com mais de dez anos, jovens egressos/as como monitores/as, técnicos da propriedade. Mais fácil ainda é vermos nas celebrações religiosas, alunos egressos contribuindo com a comunidade. Os/as jovens oriundos das EFA’s dispõem de uma visão política e social adquirida no dia-a-dia, pela participação ativa de uma comunidade nos movimentos sociais de base. **O/a jovem não precisa sair do campo** se ele tiver atividades a realizar no seu meio. É necessário o/a jovem assumir sua identidade como jovem do campo (SANTOS; NEVES; SILVA, 2008, p. 57 – grifos nosso).

Ainda podemos mencionar alguns casos bem sucedidos: Edson Sousa da Silva jovem egresso da EFA Antonio Fontenele que tem uma história, em relação ao processo educativo já realizou curso de pós-graduação em nível de mestrado; e Tiago Silva Santos eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em 2016 com apoio dos Movimentos Sociais, seus pais Vital e Ivete Santos são lideranças com atuação na AMTR, COPPALJ, ASSEMA e UAEFAMA.

e) Organização de animação e assessoria

A Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), criada em 2006, é originária do movimento de animação da luta por direitos e por uma reforma agrária justa e solidária, que aconteceu na região do Mearim em meados da década de 1980²⁹.

Em 1986 foi criada a primeira ACESA que no lugar de “Associação” se denominava “Animação” a partir da iniciativa e liderança do frei franciscano alemão Klaus Finkam, com apoio da Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção e da Diocese de Bacabal foi desenvolvido um trabalho de extensão rural, com especial atenção a busca de saúde integral baseada numa alimentação saudável e produção agrícola com base em princípios agroecológicos³⁰.

Em seus 11 anos de existência, a ACESA vem dando continuidade à sua história de mais de 30 anos junto aos agricultores/as familiares, assessorando-os em seus processos de luta por direitos essenciais no campo da agroecologia, segurança e soberania alimentar, educação contextualizada, saúde, políticas públicas em municípios da região do Médio Mearim: Lago Verde, Bacabal, Poção de Pedras, Lago da Pedra, Bom Lugar, São Luiz Gonzaga e Lago do Junco.

A ACESA é uma histórica parceira ajudou na criação de várias EFA's escolas na região. Atualmente mantém parceria com a UAUFAMA e desenvolve com as EFAs, através de alunos/as, estágios agroecológicos nas Unidades de Produção Familiar Agroecológicas dos sócios/as da ACESA. Percebe-se que o projeto tem viabilizado maior envolvimento das Escolas Famílias Agrícola no processo de formação dos/as alunos/as ao associar teoria e prática, participação direta das famílias que recebem os/as estagiários/as na adequação das atividades de acordo com a faixa etária de cada um/a (ACESA, 2015, p, 23).

²⁹ Até a criação da Associação era denominada Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), passou por uma reestruturação criando uma nova organização e mantendo a história, foi feita uma espécie de transição da gestão da entidade dos franciscanos para os/as agricultores/as e técnicos/as.

³⁰ Informações obtidas no site <http://www.acesa.eco.br/> acessado em 13 de agosto de 2017.

3.5. A diversidade de conceitos de desenvolvimento e agricultura

Compreendermos o Desenvolvimento Sustentável, um conceito multifacetado, de que muito se fala e no entanto, na prática, apresenta diferenças significativas quando levamos em consideração o grupo social e os interesses de cada pessoa ou organização. Por exemplo, os (as) trabalhadores (as) rurais têm promovido, ao longo dos anos um processo luta pela conquista da terra, visando a geração de alimentos e renda, com base na agricultura de caráter familiar.

Na década de 1980 no âmbito das Nações Unidas (ONU) foi gestado um documento denominado “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brudtland” (1987), que foi ampliado na ECO 92, que pretendia conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental buscando o fim da pobreza no mundo. Considerando o referido documento, Desenvolvimento Sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidades de gerações futuras atenderem às suas necessidades” (RELATÓRIO BRUDTLAND, 1987).

Por outro lado, a maioria dos madeireiros, fazendeiros (as), e empresários (as) praticam um desenvolvimento que valoriza, sobretudo, o aspecto econômico, sobrepondo-os aos aspectos sociais, ecológicos e humanos, a partir da matriz produtiva e social conhecida como agronegócio.

Sem grande aprofundamento, mas, recorrendo ao Dicionário da Educação do Campo, apresentamos alguns elementos sobre o conceito do agronegócio que nos parecem pertinentes. Conforme Leite e Medeiros (2012) as origens do termo são recentes, datam dos anos 1950, e tem sua origem no âmbito da academia norte-americana com a denominação *agribusiness*.

No Brasil, segundo Leite e Medeiros (2012, p. 80), o agronegócio teve as suas transfigurações “no início dos anos 2000, a palavra agronegócio foi se generalizando, tanto na linguagem acadêmica quanto na jornalística, política e no senso comum, para se referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários”.

Assim, à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como um novo inimigo a ser combatido. Já no início do ano 2000, verifica por exemplo, entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina um deslocamento de seus opositores: cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio. Este deslocamento traz consigo novas vertentes: à crítica a concentração fundiária soma-se a denúncia do próprio cerne do agronegócio, sua matriz tecnológica. Assim, surgem críticas ao uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura. Ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre produção de suas sementes (LEITE e MEDEIROS, 2012, p. 85).

Retomando a discussão sobre os conceitos de campesinato, pequena produção e agricultor familiar. Estas conceituações surgiram de forma cronológica em função dos diferentes modelos de desenvolvimento, os quais podem ser analisados pelas perspectivas política e social.

(...) pode-se distinguir cinco denominações para a agricultura familiar, isto é a agricultura não patronal (ou não empresarial): campesinato; pequena produção; agricultura familiar; produção familiar rural; produção (familiar) coletiva (SCHMITZ; MOTA, 2007, p. 24).

Das cinco denominações acima referidas apresentamos a caracterização de três: campesinato, pequena produção e agricultura familiar. A escolha se dá pelas três denominações estarem no bojo deste trabalho. Podemos perceber que são identificações (identidades) presentes nas organizações ou movimentos sociais. A agricultura familiar enquanto conceito e política pública vive na atualidade seu momento de hegemonia em função de políticas públicas e pesquisas direcionadas para o setor nestes últimos anos.

Na prática, o conceito de campesinato esteve presente nos meios universitários. Geralmente o/a agricultor/a se identifica como camponês/a aquela pessoa que tem tido uma determinada formação política no âmbito dos movimentos sociais. No geral, o/a agricultor/a vai assumir a identidade de “trabalhador rural” categoria ligada ao sindicalismo, “colono” oriunda da influencia da colônias agrícolas no início do século XX. O nordestino costuma se declarar “lavrador” aquele que lavra a terra.

O **campesinato**, a partir da sua formulação original no Brasil nos anos de 1950, incorporou a ‘diversidade das populações agrárias não-patrimonialistas e nem proletárias’, ‘conquista hegemonia na análise destas populações’. O campesinato foi associado a um

conteúdo político-ideológico e o conceito oposto foi o do latifúndio. O campesinato continua hoje, como também em outros períodos no Brasil, como uma bandeira da ação política, como mostra o esforço recente de desenvolver um Plano Camponês, apoiado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Via Campesina (SCHMITZ; MOTA, 2007, p. 24 – 25 – grifos do autor).

Para exemplificar a utilização do termo pequena produção, está presente na definição sigla da Cooperativa dos “Pequenos Produtores” Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), com o acréscimo do “agroextrativismo” originado do aproveitamento do coco babaçu.

A **pequena produção** substitui, a partir dos anos de 1970, o então hegemônico conceito de campesinato. Esta expressão está estreitamente ligada às transformações políticas do estado (didatura militar) e a conseqüente desarticulação de vários movimentos organizados com base numa identidade camponesa. Aparece o contraste entre pequena e grande produção, separados pela média produção. Neste modelo, a diferença era apenas o tamanho tamanho e todas as categorias sociais no meio rural eram produtores e, assim, suscetíveis a ser atendidos por programas governamentais. Este conceito contribuiu para uma despolitização do tema (SCHMITZ; MOTA, 2007, p. 25 – grifos do autor).

Com processo de redemocratização no Brasil a partir de meados de 1980, e intensificado a partir da década 1990 com surgimentos de políticas públicas no âmbito do PRONAF. O conceito de agricultura familiar abrange todas as categorias assentados de reforma agrária, posseiros entre outras.

A **agricultura familiar** está ligada à redemocratização e às categorias sociais no campo que foram agrupadas sob este novo conceito. Agora as entidades constrativas são a agricultura familiar e a agricultura patronal. Pode ser incorporada na agricultura familiar toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc. (SCHMITZ; MOTA, 2007, p. 25 – grifos do autor).

Para Medeiros (2001, p. 103) “os anos 90 se encerram no Brasil com o crescimento da visibilidade política de dois segmentos sociais no meio rural: os “sem terra” e os “agricultores familiares”. A agricultura familiar tendo como um principais aceleradores a reforma agrária com intensa lutas dos movimentos sociais influenciam em políticas públicas voltados para o setor tendo como principal o PRONAF.

Até 1995 o Brasil não contava com uma política para a Agricultura Familiar, quando foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com uma linha de crédito diferenciada para este setor, dando origem nos anos subsequentes a um conjunto de políticas diferenciadas para este setor (BIACHINI, 2015, p. 12).

Vale ressaltar que a agricultura familiar não é uma temática nova, o novo é a atenção dada pelo Estado, a partir da pressão social exercida pelos movimentos sociais e pela proposições técnicas e científicas apresentadas pelos/as pesquisadores/as.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar com um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõe-se políticas para estimular-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. Mas, afinal, o que vem a ser agricultura familiar (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Para reforçar o que afirmamos sobre as várias identidades que o/a agricultor/a tem assumido ao longo da história. O contexto apresentado por Medeiros foi vivenciado na região Médio Mearim (BARBOSA, 2006; MARTINS, 2012).

Nos anos 50, os trabalhadores do campo emergiram no cenário político, através da luta de resistência na terra da qual eram ameaçados de expulsão, identificando-se como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e, já no início dos anos 60, como “camponeses”. Essas nomeações, na maior parte dos casos estranha aos contextos locais, eram resultado do processo organizativo em curso e da ação de diferentes mediadores que buscavam traduzir demandas pontuais locais em uma linguagem mais geral, que as unificava. Assim, na conformação das categorias que começaram a ser utilizadas no debate político para designar os trabalhadores do campo e também foram por estes incorporadas, tiveram papel central o Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas e, já no início dos anos 60, a Igreja Católica (MEDEIROS, 2001, p. 104).

Em relação a categoria a ser trabalhada no presente trabalho é a agricultura familiar, levando em conta as diretrizes dos movimentos sociais (ASSEMA, UAEFAMA, ACESA e outros) e da própria legislação em vigor.

As características gerais necessárias para o reconhecimento do agricultor familiar e empreendedor familiar rural são definidas da seguinte forma: (I) “Não detenha, a qualquer título, área maior do 4 (quatro) módulos fiscais; (II) “Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”; (III) “Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”; e (IV) “Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2017).

O pesquisador José Eli da Veiga (2008) na busca do entendimento sobre “o que é o desenvolvimento” nos oferecem três tipos básicos de resposta. A primeira é a mais frequente e simplista, onde se que trata o “desenvolvimento” como sinônimo do “desenvolvimento econômico”. A segunda afirma que o “desenvolvimento” não passa de rede de ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica. Essas duas correntes preferem a expressão “desenvolvimento econômico” em vez da fórmula sintética, e mais correta, “desenvolvimento”. A terceira se refere ao “desenvolvimento sustentável”, que segundo o autor consiste em:

primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem as suas escolhas. E, ultimamente, o Relatório do Desenvolvimento Humano tem insistido que essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde da proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia (VEIGA, 2008, p. 81).

Reconhece que a melhor forma sintética para dizer o que é o desenvolvimento é apresentada pelo renomado o economista Celso Furtado:

O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser a condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, crescimento metamorfoseia em **desenvolvimento** (FURTADO 2004, p. 484 apud VEIGA, 2008, p. 81 – 82 – grifos nosso).

Da mesma forma que o referido autor e outros/as pensadores/as recusamos as duas primeiras propostas referidas e defendemos um caminho mais desafiador e bem mais difícil de ser trilhado, o do desenvolvimento sustentável e da Agroecologia.

Há um novo requisito que exige ajustes em ultrapassadas concepções do desenvolvimento: a sustentabilidade ambiental do crescimento e da melhoria da qualidade de vida. Trata de um imperativo global que chegou para ficar, em virtude da percepção de que a biosfera, em níveis global, regional, nacional e local, está sendo submetida a pressões insuportáveis e prejudiciais para o próprio desenvolvimento e as condições de vida (VEIGA, 2008, p. 187).

A EFA considera em seu Plano de Formação o desenvolvimento rural sustentável, visando contribuir na promoção deste nos seus aspectos: técnico, econômico, social, político e cultural, agindo com suas ações formativas.

Inspirados em práticas associativas e cooperativas para que se construam uma perspectiva solidária entre as pessoas e possam garantir condições de vida digna para todos (as), sem desigualdades onde o aspecto humano seja mais importante que o econômico.

O desenvolvimento local. Indissociavelmente unido à formação integral, é uma consequência e uma necessidade. Se o meio não progride, não se desenvolve, os jovens que aí vivem e se formam se veem obrigados a sair. Os CEFFAs fazem com que os jovens e adultos em formação se convertam em atores do seu próprio desenvolvimento e do território em que se encontram. Para alcançar essas finalidades, dispõe-se dos seguintes meios: o sistema pedagógico da Formação em Alternância e a associação local (PUIG-CALVÓ & GIMONET, 2013, p. 36).

O conceito de “desenvolvimento” aqui em discussão leva em conta o aspecto da participação de diversas formas e níveis. A própria EFA tem como princípio a participação das famílias na gestão escolar. No processo formativo que visa formação integral em vista do seu desenvolvimento pessoal e meio em que vive e trabalha. São consideradas as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais presentes na construção do conhecimento e na produção de alimentos subjacentes na Pedagogia da Alternância:

Desenvolvimento local é aqui compreendido sob a lógica da participação e mobilização popular. É a base de conversão de propostas em práticas efetivas, preponderando o fortalecimento das decisões dos atores sociais envolvidos e sendo capaz de gerar dimensões de mudanças sociais, crescimento econômico, preservação cultural e ambiental e possibilitando transformações: intelectuais – que traduzam e valorizem o saber sobre a realidade do sujeito e do seu coletivo; produtivas – com a adoção de práticas sustentáveis e que ressaltem o saber gerado com base em sua realidade produtiva; conscientizadoras – das potencialidades do mundo rural e do seu coletivo, bem como impulsionadoras de seus níveis participativos e organizacionais (CALIARI, 2002, p. 22).

A seguir abordamos as diversas atuações dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local, regional, Movimentos Sociais, organizações governamentais e atividades autônomas. Os jovens atuam como quadros capacitados que trabalham na assessoria ou gestão de organizações produtivas – utilizando técnicas agroecológicas ou sustentáveis, e através da formação política e ideológica criando consciência crítica.

3.6. As atuações dos/as jovens egressos das EFAs

Avaliamos as diversas atuações dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local e regional em Movimento Sociais, organizações governamentais e atividades autônomas. Trazemos a compreensão dos jovens sobre Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo se sugere que o Projeto Político Pedagógico deve articular uma perspectiva específica de desenvolvimento da sociedade, onde os aspectos sociais e econômico sejam corretos e se respeite o aspecto ecológico. O princípio do Desenvolvimento Sustentável está presente no Plano de Formação da EFA, conforme preconiza o artigo 4º da resolução do CNE/CEB 1/2002.

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com a qualidade social, constituir-se à num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o **desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável** (Grifos nossos).

Esta visão pode ser identificada no depoimento do jovem Jessé Lima da Silva, que atua na coordenação da Associação de Jovens Rurais dos municípios do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR):

Quando a gente fala em desenvolvimento sustentável, sobretudo na área rural, a gente lembra da especificidade das pragas, mas o desenvolvimento sustentável engloba todos os aspectos, seja ele político, social, econômica e as questões ligadas a terra também. A gente sabe que as questões ligadas a terra é a base, e aí que não se limita apenas a base, é precisa ocupar outros espaços, outras dimensões. E que seja ela na saúde, na educação, na democratização da terra, na democratização do ensino e das políticas, seja elas políticas públicas e partidárias também, isso está inserido. E quando se trata do desenvolvimento sustentável, é todo esse conjunto, que há também esse envolvimento dos movimentos sociais, das pessoas, da sociedade civil, da igreja, de todos os sujeitos que vivem no campo. (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

É possível perceber a importância dada à terra, o jovem tem uma concepção de desenvolvimento ampla que leva em conta as dimensões política, social e econômica. Também é destacado o aspecto coletivo e da Igreja Católica.

Vejamos a definição que sobre a concepção de desenvolvimento sustentável realiza Gracileia de Brito Souza, da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA). A técnica, que é egressa de escola por alternância, efetua o acompanhamento dos estudantes das EFAs de Lago do Junco em estágio de práticas agroecológicas:

O desenvolvimento sustentável, assim, ele tá... é bem difícil da gente falar assim, porque é uma questão bastante complexa, né? Mas eu acredito que o desenvolvimento sustentável ele envolve vários aspectos, né? a questão social, ambiental, a política... a econômica, e... e assim, ela pode tá... a cultural também, né? Porque assim, se você tem, por exemplo, a questão econômica, mas se você não está preocupado com a questão ambiental, acho que isso não é um desenvolvimento sustentável. Se você só se preocupa com a questão social, mas não se preocupa com a questão política, isso também não é. Então assim, é uma cadeia que uma coisa vai ligando outra (Entrevista concedida em 14 de outubro de 2016).

É possível observar que na concepção sobre Desenvolvimento Sustentável apontada pela técnica egressa emergem as dimensões fundamentais da Agroecologia, os aspectos políticos e sociais, e não somente os econômicos.

A jovem Gracileia de Brito Souza tem sua atuação sócio profissional na ACESA, já trabalhou em prestadoras de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. Ela tem atuação na unidade de produção familiar de sua família mediante uma produção sustentável. Os egressos da EFAs tem um envolvimento que vai além da sua própria família, que é o aspecto comunitário. No conjunto do presente trabalho foi possível constatar a inserção profissional ou militância em diversas organizações sociais.

Já o egresso Vicente Gomes Damascena Filho, que atua na parte produtiva do CEFFA Manoel Monteiro, associa o conceito de desenvolvimento sustentável com a questão da produção de alimentos para o sustento da família, e com respeito a natureza.

O desenvolvimento sustentável eu entendo bem assim, que a partir do momento que você consegue auto se sustentar, você consegue produzir pra você ter uma qualidade de vida, que você consegue produzir no espaço, tirando seu sustento e pra alimentação da sua família, então é uma produção sustentável, quando você trabalha em harmonia com o meio ambiente, com a natureza, quando você respeita, porque a natureza ela tem muito a oferecer mas pra isso a gente também tem que oferecer muito também pra natureza, né? pra que ela possa retribuir com alimento que é o que satisfaz as nossas necessidades (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

Este egresso nos informou que está desenvolvendo na sua unidade de produção os conhecimentos obtidos na EFA. Trabalha como técnico do CEFFA e busca socializar técnicas sustentáveis com outros jovens. Nas unidades produtivas da escola: horta, criação de animais, cultivos de plantas. A partir processo de ensino e aprendizagem que desenvolve a partir da função de educador no CEFFA.

A Pedagogia da Alternância utilizada pelas EFAs tem como um dos princípios o “desenvolvimento local”, este no qual se constitui em uma das finalidades de todo o processo formativo (conforme apresenta a figura 2 - abaixo). Percebemos de forma bem clara a concepção de desenvolvimento dos egressos, que se constitui como base para as práticas produtivas e sociais tanto na família como na comunidade.

O quarto pilar que caracteriza e sustenta uma Escola Família Agrícola é sua **preocupação com questões voltadas para o desenvolvimento local e sustentável**. A busca constante das EFAs em promover o desenvolvimento das comunidades locais é uma das principais características, pois foi este desejo de desenvolvimento local que fez as experiências educativas pautadas na Pedagogia da Alternância surgirem na França e se expandirem-se para outros países (UAEFAMA, 2016, p. 10 – grifos nosso).

Figura 4: Os pilares da Pedagogia da Alternância



Fonte: PUIG-CALVÓ, 2006.

Avaliamos as diversas atuações dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local e regional em Movimento Sociais, organizações governamentais e atividades autônomas. Destacando a contribuição dada pelos/as jovens em prol do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Roni Silva Santos é técnico em agropecuária autônomo e trabalha com criação de gado na própria unidade de produção, reconhece a importância da Igreja Católica na luta pela terra, a fé continua acesa através dos cultos, mutirões e outras atividades comunitárias.

A gente aqui na comunidade, somos desde a luta da terra que foi graças a Igreja Católica, né? apostólica romana, e aos padres da vice província aqui da nossa região, da nossa diocese, sempre continuo e continua, né? a questão da nossa igreja, né? só que antes era só um dirigente, né? era um tipo um monopólio, né? e de certo, de 5 anos pra cá, a gente formou uma equipe de liturgia, né? então a cada domingo a gente tem uma equipe nova, né? celebrando, pra não ficar aquela coisa monótona e a gente também tem o conselho da comunidade, né? e hoje eu faço parte do conselho de finanças, né? sou tesoureiro da nossa igreja, da nossa comunidade. E eu acho que só temos a ganhar com isso porque cada domingo uma pessoa diferente, uma metodologia diferente atrai mais fiéis, né? pra nossa igreja (Entrevista concedida em 13 de outubro de 2016).

A Igreja Católica, através dos seus segmentos progressistas, tem atuado na assessoria ou mediação da luta pela terra. Um exemplo do papel da Igreja foi a colaboração do frei franciscano de origem alemão Klaus Finkam através da Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), criada em 1986, e da Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção e da Diocese de Bacabal. Cabe destacar que estas duas organizações são parceiras estratégicas das EFAs da região do Médio Mearim.

Na década de 1980, foram criadas as principais organizações sociais: EFA de Poção de Pedras (1984), EFA de Vitorino Freire (1989), ACESA (1986), ASSEMA (1989). Nos anos 1990 priorizam organização da comercialização da produção a partir da COPPALJ (1991) e nascem novas EFAs na região do Médio Mearim, São Luiz Gonzaga (1991), Paulo Ramos (1994), Capinzal do Norte e Lago do Junco (1995). Todas estas organizações contaram com o apoio da Igreja Católica, sobretudo na captação de recursos de organizações de solidariedade internacional. Vale ressaltar que a ACESA foi a entidade mediadora junto as demais organizações.

As próprias EFAs são um dos principais espaços para atuação profissional dos egressos de forma remunerada ou voluntária, é um ambiente que permite a troca de conhecimentos, conforme reconhece Vicente Filho monitor do CEFFA.

A minha contribuição porque hoje eu trabalho com jovens, filhos de agricultores também, mas só que a gente contribui dessa forma, a gente mostra pra eles como é que é feito os trabalho, como é que se conduz todas essas atividade, as prática que eu já vivenciei né, o que eu aprendi também em sala de aula vou colocando, a gente, aqui simplesmente o professor dizê, não, eu sou o amigo, sou o conselheiro desses menino né, porque como eu aprendi eu também fico muito grato, assisto também hoje os menino que são, não vô dizer nem meus alunos, são meus parceiros, eles possa também trilhar nesse mesmo caminho, que eles possa também dá continuidade o trabalho que hoje eu venho fazendo, que ele possa também ajuda a família dele, lá no meio onde ele tá inserido, que ele possa mostra as inovações que ele adquiriu na escola, que ele possa leva pra família e desenvolve e consegui ter um meio de sustento lá na comunidade né, tirando o sustento da própria propriedade (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

No caso do CEFFA Manoel Monteiro trabalham dois egressos, enquanto na EFA Antonio Fontenele tem um. Nas demais EFAs no Maranhão acostuma a ser habitual o trabalho de egressos atuando na função de monitores/as.

Uma das principais dificuldades para que o/a jovem egressos/as das EFAs implante projetos produtivos ou sociais no âmbito familiar e comunitário é ausência de políticas públicas que financiem ou lhes proporcionem condições.

Um exemplo para ilustrar esta situação quando o jovem conclui a formação na EFA conforme Verônica Barbosa Matos, “Vera”, que trabalha na Secretaria Municipal de Agricultura de Lago do Junco.

É muito difícil porque a gente precisa de recurso, né? Para poder investir. Aí a expectativa da gente logo se acaba aí porque como é que a gente vai ir trabalhar sem ter de onde tirar para poder investir naquelas atividades né? Aí a gente vai lá, eu vou trabalhar, primeiro eu vou trabalhar, depois eu venho para casa, eu vou investir nas atividades que eu vejo que vai dar certo, mas aí a gente vai trabalhando, vai trabalhando, e aquilo vai fluindo né, para frente, a gente acaba esquecendo de casa. A gente pensa em trabalhar, ah! eu vou trabalhar, eu vou mandar recurso para o meu pai, eles vai investir nos meus irmãos que estão em casa, mas só que aí acaba, né. Sendo que a gente já tem um começo né, tem, a maioria das famílias algumas pessoas já têm alguma prática, alguma atividade, aí se torna mais fácil. Mas no meu caso foi mais complicado por causa disso né. Porque a mãe quebrava coco, o pai trabalhava de roça ia querer implantar uma atividade não tinha dinheiro para poder investir. Eu vou trabalhar primeiro, depois eu venho para casa (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

Para o êxito do processo formativo e como forma de minimizar as dificuldades em vista de cumprir o ciclo de idas e vindas da Pedagogia da Alternância é necessária e fundamental a participação da família. Como expressada pelo egresso Vicente Gomes Damascena Filho que atua na função de monitor no CEFFA na gestão da produção agroecológica.

porque quando é uma família de base, uma família que tem, que são estruturado nessa, na conversa, quando o filho ele tem alguma formação ele tenta mostra lá junto com a família e desenvolve alguma prática né? mas quando a família é cada qual por si, se torna muito mais difícil porque o filho, a família não conversa em casa, ele vai pra escola, ele aprende o que os livro coloca pra ele, né? o que o professor passa, muitas vezes o professor também não passa coisas que como é que é pra ser correto, ele vai aprender aquilo dali, então ele já, a mentalidade dele já é de ganha dinheiro né, então apenas ele vai aprende a sê uma ferramenta de trabalho né, mas quando é uma família que tá engajada na educação do filho isso acontece diferente, porque a família vai conversando, mesmo que o filho chega em casa "pai, hoje eu aprendi que é interessante que a gente faça isso pra pode ganha dinheiro", mas o pai diz "mas trabalhando aqui na minha propriedade você também tem como você também auto se sustentar, né?" (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

No projeto das EFAs as famílias são a base e está contemplada no princípio da "Associação". Todas as EFA's tem uma associação local que é gerida pelos pais e mães dos jovens que nelas estudam. A Associação é a instituição mantenedora de cada EFA, permitindo a participação de forma direta na gestão democrática e participativa da escola. No processo formativo por alternância a família também é formadora de conhecimentos, participa ajudando a responder os planos de estudos, os conhecimentos empíricos tem valor na EFA.

Em relação às perspectivas para a juventude rural o egresso Jessé Lima da Silva, coordenador da Associação de Jovens Rurais (AJR) que atualmente estuda um curso superior de Educação do Campo³¹, defende a educação como questão estratégica para o jovem permanecer e desenvolver o meio rural.

Tudo começa pela educação. Então se o sistema educacional nos influencia que o campo é lugar de atraso, que a mídia vive diretamente nos influenciando a sair e a construir algo que é fora da nossa realidade, claro que as formas de educação também devem ser melhoradas e que existem várias reformas na educação, mas que não convém e que não atende as especificidades nossas (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

³¹ Licenciatura em Ciências Agrárias na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Bacabal.

A questão da construção de uma imagem e ideologia baseada no atraso que viviria o campo, juntamente com a ausência de políticas públicas voltadas para juventude rural, tem tornado o campo pouco atrativo e com poucas perspectivas. Como avalia a técnica da ACESA, Graciléia de Brito Souza.

Primeiramente, eu acho assim que a mídia e a própria educação de livros e os governantes, eles teriam que ter uma ideia totalmente diferenciada do que eles têm hoje, porque a imagem que hoje se tem do campo, ela é muito distorcida, pelas mídias sociais e pela sociedade brasileira. É como se o campo fosse lugar de miséria, o lugar que as pessoas não conseguem sobreviver, que não tem nada bom. Acredito que tem que criar mais políticas públicas, né, que possa fortalecer as famílias que têm no campo, não só na questão econômica, mas as questões culturais, fazer resgate daquelas culturas que tem nas comunidades, valorizar. Dar infraestrutura pras pessoas que estão no campo, é valorizar isso, a formação, criar políticas públicas que façam com que as pessoas, permaneçam no campo (Entrevista concedida em 14 de outubro de 2016).

Na Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), que na sua fase inicial foi constituída pelos agricultores pioneiros (pais), tem estabelecido um processo transição/sucessão onde os jovens (filhos/as) assumem a gestão da organização econômica. Tem sido uma excelente oportunidade para os egressos das EFAs desenvolverem suas capacidades. Têm três egressos das EFAs atuando na administração, são: Gilsimar de Jesus Ermino, que atua na função de gerente administrativo; Ricardo Damaceno Sousa, responsável pelo setor de comercialização; e Francisco Santos Sousa, na função de serviços gerais.

Gilsimar de Jesus Ermino destacou a importante parceria mantida com a EFA Antonio Fontinele, “a área da escola foi adquirida com apoio da COPPALJ, espaço importante para infraestrutura física da escola, bem como para as atividades produtivas com caráter educativo. A COPPALJ mantém boas relações com a EFA, uso comum dos espaços físicos”.

Para Ricardo Damaceno Sousa “o desenvolvimento sustentável é toda esta cadeia que a cooperativa forma de trabalho da agricultura orgânica dentro dos princípios agroecológicos e sustentabilidade da família”.

Francisco Santos Sousa lembrou os processos formativos vivenciados na EFA, especialmente os laços de amizade, fraternidade e vida comunitária adquirida no período de internato da EFA.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em especial a linha “PRONAF Jovem” criada a partir do plano safra 2003-2004, é uma das possibilidades de políticas públicas que pode dar suporte financeiro para os/as jovens implementar um projeto após sua formação nas EFAs. Dos/as egressos/as entrevistados nenhum deles acessou a referida linha crédito rural em função da enorme burocracia existente.

O PRONAF Jovem é uma linha de financiamento específica, para jovens de 16 a 25 anos, cursando o último ano da Escola Técnica ou um CEFFA, com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados (juros de 1% ao ano e prazo de até 10 anos). Visa investimento para estruturação de um projeto do jovem agricultor, junto à unidade de produção familiar, podendo realizar até três operações, com limite de R\$15 mil por operação (BIACHINI, 2015).

Para a Juventude Rural, o crédito tanto pode ser na linha de fortalecer a Unidade de Produção Familiar (uma sucessão por dentro) como um Projeto Independente preparando o jovem para a construção de uma nova UPF (sucessão em parte independente da UPF familiar). Muitos jovens têm preferido esta segunda opção, optando por uma Declaração de Aptidão Familiar (DAP) independente, saindo da DAP da UPF. Atualmente estima-se que 20% das DAPs concentradas no MDA são de agricultores com menos de 29 anos de idade, agricultores com oito ou mais anos de ensino formal e com melhor capacidade para adotar inovações tecnológicas com o uso mais racional do crédito rural (BIACHINI, 2015, p. 99-100).

Um dos instrumentos pedagógicos utilizados na Pedagogia da Alternância é o Projeto Profissional do Jovem (PPJ). Se trata de um trabalho fruto do processo de formação que vai amadurecendo ao longo dos anos o que o/a estudante aprende e desenvolve no campo da produção, da transformação ou de serviço, bem como na continuação dos estudos. No último ano, o projeto é sistematizado a partir de um roteiro definido pelo CEFFA e da orientação dada pela equipe de monitores/as.

O desenvolvimento dos projetos, com êxito, mostra-se possível com o envolvimento e o engajamento das famílias, dos educadores e de uma série de parcerias locais. Esta articulação para a elaboração e implantação destes projetos, dentro do processo formativo pretendido, passa a interferir e impactar diretamente na vida da família agricultora, na comunidade e no território, por isto, o PPJ pode ser considerado um instrumento de ação e intervenção. Por outro lado, no que se refere à contribuição para o desenvolvimento do meio, a execução plena da potencialidade dos projetos coloca desafios importantes, considerando que geram demandas de investimentos e/ou políticas públicas específicas (POZZEBON; CHARÃO-MARQUES, 2016, p. 84).

Os egressos tem destacada na atuação profissional em empresas de assistência técnica e extensão rural, organizações sociais e unidades de produção familiar. Assim, mesmo, os jovens têm se organizado a partir da Associação de Jovens Rurais (AJR) e as demais organizações parceiras das EFAs (apresentadas neste trabalho) em busca de políticas públicas que lhes proporcionem condições básicas de desenvolvimento no meio rural. Portanto, o PRONAF Jovem pode ser ou seria uma excelente oportunidade para potencializar os projetos profissionais do jovem (PPJ).

A juventude tem tido papel importante na difusão de práticas e experiências agroecológicas, no desenvolvimento de tecnologias sociais e na viabilização do dia a dia nos espaços rurais. Apesar das dificuldades que ainda se abatem sobre a vida no campo, sobre as oportunidades de geração de renda, acesso à educação e demais serviços públicos e as desconfianças em relação à juventude, não há como negar que o Brasil rural contemporâneo é iluminado por milhares de jovens que vêm protagonizando vivências agroecológicas e ressignificando os espaços rurais (ISPN, 2017, p. 55).

Em uma pesquisa realizada pela ACEMEP “Onde estão os alunos do CEFFA Manoel Monteiro 2008-2015” de 176 jovens formados apresenta o seguinte resultado:

Podemos ver claramente que os alunos, estão em sua maioria promovendo o meio rural, 67 no campo produzindo hortaliças, criando pequenos e grandes animais e fazendo roças (arroz, milho, feijão entre outros). Os que estão trabalhando de técnico, empregados contribuem com a agroecologia com a formação diferenciada que o CEFFA lhe proporcionou. Foi observado que 29 destes alunos estão diretamente em curso universitários ligados a agricultura os demais estão distribuídos em direito, pedagogia, engenharia civil, matemática, história e português. Contudo destes apenas 11 estão no meio urbano em cursinhos pré vestibular e trabalhando em empresas do meio urbano (ACEMEP, 2015).

Ainda sobre os dados pesquisa acima citada, os resultados nos parecem positivos pois do universo de 176 jovens 67 estão trabalhando na unidade de produção familiar, 62 estão estudando um curso superior, 24 trabalhando em EFAs ou empresas de ATER e 7 estão exercendo outras profissões no meio urbano.

De uma maneira geral, é possível perceber que os jovens egressos das EFAs tem um compromisso com o desenvolvimento sustentável, seja na escala familiar, local ou regional.

3.7. Praticando o desenvolvimento sustentável como formas de resistências

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) estão baseadas em quatro princípios, a saber: a Associação, a Pedagogia da Alternância, a Formação Integral e o Desenvolvimento Local (PUIG-CALVÓ, 2006).

Dessa forma o desenvolvimento local é um dos princípios fundamentais, sendo uma das finalidades buscadas pelos processos formativos. A educação é de fundamental importância para proporcionar a formação integral da pessoa humana com princípios do desenvolvimento sustentável, na perspectiva de garantir condições de vida para as gerações futuras.

As lutas pela vida colocam os/as índios/as, os/as camponeses/as, os/as negros/as e outros grupos sociais em permanente disputa pela defesa dos seus territórios. Estes embates se dão, sobretudo, com as diversas expressões do agronegócio e com a convivência do Estado. Desta luta surge uma série de iniciativas de resistência ancoradas na agricultura familiar, como é o caso das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e de outros Movimentos Sociais. Forjadas em estratégias de organização social apoiadas por lideranças políticas, intelectuais, pesquisadores (as), comunidades de bases, igrejas que se engajam em dinâmicas de assessoramento e fomento das diversas formas de estruturação para edificar as forças contra hegemônicas ao capital.

Conforme avalia o pesquisador Isaac Giribet Bernat (2015, p. 121 – 122) em estudo sobre a organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se faz necessário “rentabilizar as conquistas e projetar as próximas lutas para poder fazer oposição e disputa ao avanço das relações capitalistas no campo e seus intrínsecos mecanismos de exclusão e subordinação”

A Educação do Campo através da Pedagogia da Alternância emerge da necessidade do fortalecimento de políticas sociais, como a educação, com o caráter público, democrático e de qualidade socialmente referenciada, fundada em uma concepção diferenciada e voltada para atender os interesses dos segmentos mais subalternizados.

Avaliamos que a atuação dos/as jovens egressos das EFAs de Lago Junco - Maranhão em âmbito local e regional têm tido uma atuação sócio profissional ou de militância em Movimento Sociais, organizações governamentais, atividades autônomas, tem sido de fundamental importância para o Desenvolvimento Local, superando inclusive as condições financeiras e ausência de políticas voltadas para a juventude rural.

A permanência do jovem no meio rural associada a questão da sucessão rural, é um dos grandes desafios. Os possíveis caminhos (perspectivas) que podem ajudar o jovem a continuar no campo estão sendo encontrados pelos/as próprios/as sujeitos/as.

A rede de organizações sociais camponesas da Região do Médio Mearim - Maranhão se constitui em experiências concretas e exitosas de Desenvolvimento Rural Sustentável. As práticas desenvolvidas por estas organizações apresentadas neste trabalho são consideradas experiências de resistências ou também chamadas de contra hegemônicas.

4. AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NAS EFAs DO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO – MARANHÃO

Produzir conhecimentos e alimentos agroecológicos
(SANTOS, 2016)

Apresentamos neste capítulo os resultados obtidos a partir da questão norteadora do trabalho: como têm sido desenvolvidas nas EFAs as práticas e os princípios agroecológicos tendo como referências duas Escolas Famílias Agrícolas – EFAs, uma de Ensino Fundamental e outra de Ensino Médio e Educação Profissional, localizadas no município maranhense de Lago do Junco.

Iniciamos sob a luz dos teóricos a conceituação de Agroecologia, partir das entrevistas trazemos a concepção agroecológica na perspectiva dos jovens das EFAs e, finalizamos, identificando as principais práticas agroecológicas desenvolvidas nas EFAs.

A reflexão sobre a temática de Educação do Campo em Agroecologia³² contribui para fortalecer o debate sobre os aspectos teóricos-metodológicos e a promoção do protagonismo dos diversos atores sociais com o intuito de apoiar as instituições a ampliar o enfoque agroecológico na Educação.

Portanto, a emergência de um enfoque camponês denominado 'agroecológico' enriquece o entendimento acadêmico sobre os processos produtivos, ambientais e sociais, mas precisa ir além da dicotomia criada pelo modelo agroindustrial e, necessariamente, refletir sobre o que é possível responder sobre o papel da agricultura no modelo social urbano (SILVA, 2015, p. 243).

O desafio é a busca por alternativas sustentáveis de produção agrícola, práticas agroextrativistas e o fortalecimento da agricultura familiar levando em conta as dimensões: econômica, ambiental, social e cultural. Os processos formativos por alternância desenvolvidos nas EFAs a partir das Unidades Produtivas Educativas, a ligação entre os saberes tradicional e científico, a partir do Plano de Estudo. Contribuem para superação nesta articulação de saídas para a sustentabilidade.

³² Desde 2005, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA – Agroecologia) realiza os Seminários Nacionais de Construção do Conhecimento Agroecológico. A própria ABA criou, em 2009, um Grupo de Trabalho com o nome de Educação do Campo e Agroecologia.

4.1. A conceituação de Agroecologia

A perspectiva agroecológica aqui em discussão se baseia no conceito apresentado por Paulo Petersen (2012), que considera a Agroecologia a partir de três acepções: uma ciência, uma prática e um movimento.

1) uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; 2) como uma prática social adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; 3) como um movimento social que mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente no desenvolvimento da Agroecologia, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados em defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (PETERSEN In ALTIERI, 2012, p 7 - 8).

A Agroecologia tem se pautado neste tripé: ciência, movimento e prática que comungam com as possibilidades da EFA's no esforço por elas realizado para ir além dos discursos e desenvolver práticas, construir o conhecimento agroecológico, com interações dos conhecimentos científicos e populares.

Na Pedagogia da Alternância utilizada nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), esta integração do conhecimento científico com conhecimento empírico é conduzida por um instrumento pedagógico denominado de "Plano de Estudo".

(...) um trabalho participativo, no qual o jovem desenvolve um plano de pesquisa, elabora um roteiro de observação e produz uma reflexão. Assim, o jovem articula os saberes pessoais, de sua família e do seu meio sócio profissional como saberes tecnocientíficos (KUENZER; RODRIGUES DE LIMA, 2013, P. 528)

O Plano de Estudo (PE) é o principal instrumento pedagógico Pedagogia da Alternância ele proporciona a articulação entre os conhecimentos empíricos e conhecimentos científicos, trabalho e estudo. Ele é um caminho de mão-dupla, uma que traz os conhecimentos da cultura popular para o CEFFA e outra é responsável de levar para vida cotidiana as reflexões aprofundadas na Escola. Este encontro de conhecimentos permite ao jovem estudante da EFA a prática da pesquisa participativa e numa fase inicial dos estudos escolares.

Considerando a Agroecologia a partir de uma vertente científica, o professor Luiz Carlos Pinheiro Machado (MACHADO & MACHADO FILHO, 2014, p. 21) defende que “a Agroecologia é uma ciência dialética. Como tal, não tem dogmas nem receitas, porém tem princípios. É o caminho mais racional para a produção de alimentos”.

A Agroecologia se contrapõe ao modelo hegemônico liderado, desde a década de 1950, pela Revolução Verde que promete a panaceia para acabar com a fome a partir de um aumento da produção de alimentos baseada no uso intensivo de *inputs* agrícolas. Podendo entender por Agroecologia:

um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a ‘revolução verde’ destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (MACHADO & MACHADO FILHO, 2014, p. 36).

Os princípios básicos a serem observados em qualquer escala e em qualquer latitude em práticas de produção agroecológica consistem em

respeitar e usar racionalmente e proteger os bens naturais – ar, água, solos, fauna, flora, biomas; respeitar a cidadania; respeitar a biodiversidade; respeitar o bem-estar animal; respeitar a policultura na mesma área agrícola; não arar; não gradear; não usar qualquer instrumento de agressão ao solo; não usar sementes transgênicas; não usar agrotóxicos; não usar, na produção animal, ivermectina e seus derivados químicos; não usar fertilizantes solúveis; realizar semeaduras de grãos em máquinas de plantio-direto; em escalas artesanais ou quando se faz Pastoreio Racional Voisin (PRV) realizar semeaduras com sobressemeadura e pisoteio com animais (MACHADO & MACHADO FILHO, 2014, p. 199 - 200).

A palavra chave na Agroecologia é “respeito” e deve ser levada em conta nas práticas de produção agroecológica em relação aos elementos da natureza, aos animais, as plantas, aos aspectos políticos e sociais.

Também na Agroecologia tem práticas inegociáveis “não” permitidas: agressão ao solo, uso de sementes transgênicas, uso de agrotóxicos, medicamentos a base de ivermectina e fertilizantes químicos.

4.2. A Agroecologia na perspectiva dos/as sujeitos/as das EFAs

A concepção dos jovens egressos das EFAs sobre a Agroecologia é bem fundamentada, vejamos uma definição sobre Agroecologia a partir do depoimento da jovem Gracileia de Brito Souza, membro da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), organização onde também atua na função de técnica. Ela, que é egressa de escola por alternância, efetua o acompanhamento dos estudantes da EFAs em estágio de práticas agroecológicas:

um conjunto de técnica que as pessoas trabalham, no sentido de melhorar a questão da produção, e também as relações entre as pessoas, envolve também as questões sociais, as questões ambientais e econômicas, né? então assim, se de repente, digamos que eu produzo sem utilizar o veneno, mas eu não tenho uma boa relação com a minha comunidade, nem com a minha família, eu não tô fazendo Agroecologia, se eu não respeito o meio ambiente, né?, eu também não estou fazendo agroecologia, então assim, eu tenho que ter essa concepção de que a natureza ela faz de um contexto, mas que a minha família também é importante, o mundo que tá a minha volta, as questões sociais, as questões políticas também é uma preocupação da pessoa que está desenvolvendo a questão da Agroecologia (Entrevista concedida em 14 de outubro de 2016).

É possível perceber que na concepção sobre Agroecologia, expressada pela técnica egressa, está contido o tripé que fundamenta a Pedagogia da Alternância: escola, família e comunidade. Por outro lado, emergem da sua fala as dimensões fundamentais da Agroecologia, os aspectos políticos e sociais e não somente os econômicos.

O técnico em agropecuária Vicente Gomes Damascena Filho, egresso de EFAs que trabalha como monitor do CEFFA Manoel Monteiro – com atuação direta nos trabalhos práticos e produtivos da Escola, destaca a importância do respeito ao meio ambiente.

Agroecologia hoje assim no meu modo de ver e de trabalhar, é quando você também respeita o meio ambiente, quando você procura trabalhar agredindo no mínimo o meio onde você está desenvolvendo suas atividades (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

A formação oferecida nas EFAs permite aos jovens desenvolverem concepções e práticas que respeitam o meio ambiente, isso se dá em função de que no decorrer do percurso formativo as temáticas ambientais e agroecológicas são conteúdos considerados no Plano de Formação da EFA.

4.3. As principais práticas agroecológicas das EFAs

a) EFA Antônio Fontenele

A Escola Família Agrícola Antônio Fontenele (EFAF), localizada no Povoado São Manuel, município de Lago do Junco, oferta o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) atende em média anualmente 70 (setenta) jovens do campo. Iniciou seu funcionamento em 1996. Está instalada em uma propriedade rural de 30 (trinta) hectares.

A EFAF tem como objetivo geral possibilitar às populações do meio rural de Lago do Junco e de municípios vizinhos o acesso à educação integral, que atenda tanto à formação técnica como a social e política. A Escola desenvolve uma ação educativa para a realidade do meio rural, com a participação das famílias e comunidades, mantendo vivos os princípios da pedagogia da alternância (AEFALJ, 2004).

Desde a sua fundação, a EFAF tem buscado obter a sustentabilidade das áreas de produção adotando princípios básicos de menor dependência de insumos externos e a conservação de recursos naturais, buscando maximizar a reciclagem de energia e nutrientes por meios de sistemas produtivos integrados e diversificados – com a manutenção de policultivos anuais e perenes associados com a criação de animais e a exploração florestal.

A EFAF em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), organização não governamental que atua na região, implantaram uma experiência destinada ao ensino e a produção de alimento, planejada com base na integração entre agricultura e pecuária, envolvendo plena diversificação entre cultivos e criações de pequenos, médios e grandes animais (GUSMÃO; SOUSA; GONÇALVES, 2009, p. 43).

Esta experiência denominada Sistema Integrado de Produção Agroecológico, foi relatada na Revista da Formação por Alternância. O sistema da EFA conta com mais de 16 anos de implantação.

A experiência é composta por diversos subsistemas de produção como: pomar agroflorestal, roça orgânica, horta medicinal, horta orgânica, avicultura, ovinocultura, piscicultura, apicultura, bovinocultura e suinocultura. Suas associações otimizam a reciclagem de nutrientes, melhorando a atividade de cadeia trófica por aumento da biodiversidade (GUSMÃO; SOUSA; GONÇALVES, 2009, p. 45).

Além dos subsistemas de produção citados acima, a escola possui uma área de Reserva Legal destinada a regeneração natural e preservação da fauna e flora, com grande concentração da palmeiras de coco babaçu (*Attalea speciosa* Mart.); a palmeira de babaçu é espécie florestal muito utilizada pela população local para diversos fins, sobretudo para a geração de renda a partir da extração da amêndoa para fabricação de óleo.

Os resultados da produção agroecológica da unidade demonstrativa servem tanto como instrumento pedagógico, como para a melhoria da quantidade e qualidade da alimentação escolar, atingindo até a geração de renda com a comercialização do excedente.

Reconhecida na região Médio Mearim como uma experiência importante de educação e produção de alimento com enfoque ecológico, a Escola Família Agrícola Antonio Fontenele tem recebido inúmeros estagiários e visitas de organizações preocupadas com a causa ecológica e sensíveis aos problemas da agricultura familiar. Como resultado deste reconhecimento, mais duas experiências semelhantes estão sendo implantadas na região, uma na Escola Família Agrícola de São Luís Gonzaga/MA e outra na Escola Família Agrícola de Capinzal do Norte/MA (GUSMÃO; SOUSA; GONÇALVES, 2009, p. 46).

As EFAs tem enfrentado dificuldades e desafios, sobretudo na faceta financeira. A principal é liberação de recursos financeiros repassados através de convênios com o Governo do Estado do Maranhão. Ocasionalmente inclusive atraso de pagamento de monitores/as comprometendo, logicamente, o êxito das atividades educativas. Mas, mesmo assim, tem mantido vários dos subsistemas em funcionamento. Além dos/as monitores/as que atuam na gestão e manutenção da produção, tem um técnico em agropecuária responsável especificamente pelo setor de produção agroecológica da Escola.

Estão em funcionamento na EFAF os seguintes subsistemas: Horticultura – produção de hortaliças e o cultivo de plantas medicinais; Fruticultura – através de um pomar são produzidas as frutas³³: maracujá, banana, acerola, manga, abacaxi, açaí e mamão); Avicultura – criação de galinhas para produção de carne e ovos; Suinocultura – criação de porcos (carne e banha); Bovinocultura – 06 vacas (leite) e 01 reprodutor; Piscicultura³⁴

³³ Implantado desde que a EFA entrou em funcionamento, em 1996.

³⁴ Para reativar este subsistema (projeto) está previsto um apoio financeiro via ASSEMA mediante o Fundo Amazônia (FAMA).

– criação de peixes em tanque escavado; Roça – espaço destinado para o cultivo de milho, mandioca e arroz que são os alimentos principais da base alimentar das famílias que participam da EFA.

O êxito destas práticas agroecológicas está ligado ao primeiro projeto implantado, em 2001. Outra importante contribuição se deu através do “Projeto Sistema Integrado de Produção Agroecológica e Educação: a sustentabilidade produtiva”, no âmbito da parceria entre o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) via Fundo Amazônia (FAMA), para a realização do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais³⁵ (PPP-ECOS).

O projeto vem sendo desenvolvido por pais e alunos da Efaf e busca fortalecer e ampliar o Sistema Integrado de Produção Agroecológica que integra babaçuais e roçados, os plantios de hortaliças e frutas e os sistemas de criação de galinhas e porcos. Nessa perspectiva, está desenvolvendo uma experiência destinada, principalmente, ao ensino de tecnologias agropecuárias mais adaptadas às condições socioambientais das comunidades rurais do seu entorno. Com este projeto espera-se incrementar a alimentação dos alunos da escola, assim como promover o envolvimento dos pais e alunos na multiplicação dos conhecimentos agroecológicos nas suas respectivas comunidades. Nesse sentido, serão realizados cursos de capacitação, visita de intercâmbio, acompanhamentos aos pais e alunos e implantação de um hectare de área de produção na escola. A iniciativa envolve 56 famílias e até o momento já aconteceram três cursos de capacitação em meio ambiente e sistema integrado de produção agroecológica, duas visitas de intercâmbio e uma feira agroecológica, realizada no município de Esperantinópolis/MA (ISPN, 2017, p. 124).

Foi previsto que com o término do financiamento do PPP-ECOS, a EFA e as famílias dariam continuidade às atividades produtivas, buscando a sustentabilidade de cada subsistema e do sistema como todo.

Apresentamos a seguir uma seção de fotos que retrata parte das práticas agroecológicas da Escola Família Agrícola Antonio Fontenele.

³⁵ Apoio financeiro para EFAF no valor de R\$ 55.350,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos e cinquenta reais), com contrapartida da EFA de R\$ 19.620,00 (dezenove mil e seiscentos e vinte reais). No período de 30 de março de 2015 a 31 de julho de 2017.

Figura 5 – Horticultura: horta orgânica – produção de hortaliças



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 6 – Colheita de tomate por um estudante da EFA



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 7 - Fruticultura: plantio de abacaxi (ao fundo área com bananeiras).



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 8 - Avicultura – criação de galinhas para produção de carne



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 9 - Suinocultura: criação de porcos para banha e carne



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 10 - Piscicultura: criação de peixes em tanque escavado



Fonte: Elaboração própria, 2016.

b) CEFFA Manoel Monteiro

O Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro (CEFFA), localizado no Comunidade Pau Santo, município de Lago do Junco, oferta o Ensino Médio integrado à Educação Profissional através do Curso Técnico em Agropecuária, atende 177 jovens do campo. Tem por lema “Educar e Produzir”. Iniciou seu funcionamento em 2006 e está instalado em uma propriedade rural de 70 hectares.

Figura 11 – Vista aérea do CEFFA Manoel Monteiro (imagem de satélite)



Fonte: ACEMEP, 2013, p. 9.

O CEFFA tem 11 (onze) anos de funcionamento, mas desde sua fundação tem sido construído com a participação das famílias camponesas e com ajuda de organizações internacionais, sobretudo da Alemanha, com quem mantém vínculos cooperativos. Organizações nacionais como ACESA e ASSEMA colaboram na captação de recursos financeiros e execução de projetos, como por exemplos estágios e o Fundo Amazônia. Em relação ao poder público o apoio tem sido insignificante, sobretudo das prefeituras da região.

Figura 12 – Vista frontal do prédio do CEFFA



Fonte: Elaboração própria, 2016.

O gestor, Vandeval Spadetti, comemora em 2017 a aprovação de um projeto do Fundo Amazônia, via ASSEMA, que vai proporcionar desenvolvimento do Setor Produtivo do CEFFA.

Finalmente esse ano foi aprovado de fato o projeto Fundo da Amazônia, esse será de suma importância para o desenvolvimento produtivo de nossa escola, estamos sendo beneficiados com um novo viveiro de frutíferas e silvestres que servirá para fornecermos mudas para as famílias dos alunos, foi construído um açude e quatro tanque com capacidade para 1000 peixes, cercas para divisão de piquetes além de uma motocicleta com carroça para agilizar as atividades. Teremos ainda uma assessoria técnica, pois esse projeto é um consórcio de três escolas a de Lago da Pedra, Lago do Junco, fundamental e médio e a ASSEMA Associação em áreas de assentamento do estado do Maranhão (MA), essa entidade atende os municípios da nossa migro região, com apoio as cooperativas e as associações de lavradores e lavradoras (ACEMEP, 2017, p. 2).

Com base em informações contidas no Relatório Preliminar do CEFFA Manoel Monteiro, sobre as atividades de agosto a dezembro de 2016 (ACEMEP, 2017), é possível retratar as Unidades Produtivas e Educativas em funcionamento:

- a) Piscicultura - criação de peixes em tanque escavado (04 tanques com capacidade para mil peixes cada um);

- b) Bovinocultura – denominado “projeto das vacas”, com 13 animais a produção de leite está garantindo alimentação dos/as alunos/as. É um excelente meio didático para as aulas práticas.
- c) Avicultura – criação de trezentas galinhas poedeiras com uma produção de 40 ovos dia durante dois anos. A cada dois meses é renovado o plantel de 300 animais. Se trata de um setor que auxilia na alimentação e serve, fundamentalmente, como área demonstrativa e pedagógica;
- d) Suinocultura – um plantel de suínos e composto por oito animais (um reprodutor, quatro fêmeas e três leitões). São consumidos a maior parte da produção dos leitões na EFA, excedente é comercializado. É um setor que se desenvolve bem permitindo a geração de renda com venda de reprodutores para as famílias da região;
- e) Ovinocultura - conta com vinte e quatro animais. É um setor que vem se mantendo, apesar que o índice de produtividade não é muito elevada a Escola o mantém para o desenvolvimento pedagógico;
- f) Fruticultura – são diversas frutíferas as que compõem o pomar da escola, sendo estas: 100 pés de Maracujá; 227 de Caju; 172 de Acerola; 36 de Manga; 2000 de Abacaxi; 17 Ata; 100 pés de Açaí; 300 de Banana; 20 de mamão. Essas frutas são consumidas pelos alunos. Está prevista a implantação de viveiro de mudas pelo projeto do Fundo Amazônia.
- g) Horticultura – realizada numa horta no tamanho aproximado de meio hectare, com produção de hortaliças variadas que são consumidas na sua totalidade na EFA. Tem também uma horta medicinal; localizada em outro espaço destinada ao cultivo de plantas medicinais visando a fabricação de remédios caseiros.

- h) Roça – a área, de aproximadamente 4.5 hectares, é dedicada à produção de milho e mandioca visando tanto o consumo animal (ração) como também a alimentação humana.

Na pesquisa de campo, fizemos um registro fotográfico de alguns aspectos dos setores produtivos e atuação dos estudantes no horário do trabalho prático. A seguir a seção de fotos para retratar parte da produção agroecológica do CEFFA Manoel Monteiro.

Figura 13 - Casa de ferramentas e equipamentos agrícolas



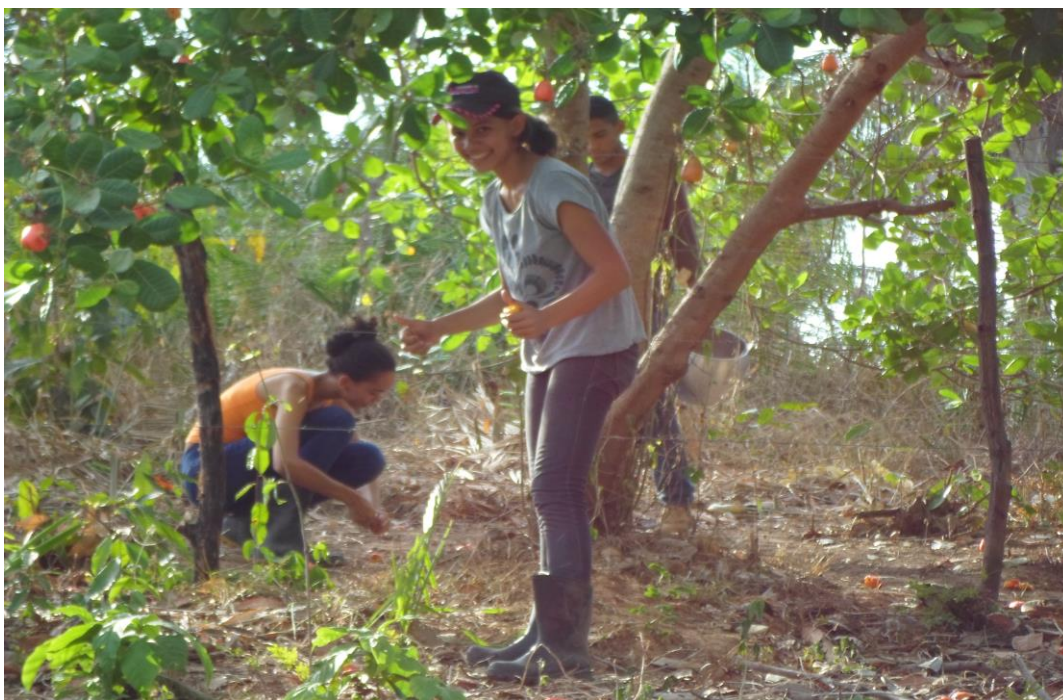
Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 14 - Jovens da EFA mostrando o resultado da coleta do caju



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 15 - Jovens da EFA coletando frutos de caju II



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 16 – Horticultura: produção de hortaliças (alface e coentro)



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 17 – Suinocultura: criação de porcos em confinamento



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 18 – Ovinicultura: criação de carneiros e ovelhas



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 19 – Avicultura: criação de galinhas em sistema de semicofinamento



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 20 – Horta Medicinal: jovens da EFA fazendo a manutenção



Fonte: Elaboração própria, 2016.

4.4. A Agroecologia como um princípio da Pedagogia da Alternância

Nas EFAs é realizado um esforço para a implantação de projetos ou Unidades Produtivas Educativas com bases em princípios e práticas agroecológicas, visando os aspectos pedagógicos e produtivos obtendo como resultado uma melhoria substancial na alimentação, podendo chegar inclusive à geração de renda. O resultado principal do processo é a aprendizagem e a construção dos conhecimentos em processos circulares de ida e volta (alternância), que oportunizam às famílias e comunidades dos jovens envolvidos a possibilidade de materializar um desenvolvimento sustentável.

Como vimos na descrição anterior, as principais experiências agroecológicas desenvolvidas nas EFAs pesquisadas são realizadas a partir dos setores ou projetos produtivos animal e vegetal, que funcionam de forma integrada. Esta integração significa que cada subsistema está ligado uns aos outros, podendo aproveitar a produção ou dejetos no processo de recuperação do solo, na alimentação das plantas e animais.

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) se esforçam dentro das condições proporcionadas por cada realidade local para a produção de alimentos limpos e saudáveis. O combate a uso de agrotóxicos e sementes transgênicas faz parte da luta na perspectiva de práticas agroecológicas.

Portanto, a Agroecologia está na ordem do dia da reflexão, de como trabalhar este tema gerador no currículo da EFA? Ou seja, no Plano de Formação da EFA. E quais as bases para as práticas agroecológicas desenvolvidas na EFA e nas famílias e comunidades?

Enfim, considerando os princípios basilares da Pedagogia da Alternância: Associação, Pedagogia da Alternância, Formação Integral e Desenvolvimento Local. Nas EFAs o desenvolvimento local é um dos princípios fundamentais, sendo uma das finalidades buscadas pelos processos formativos. A Agroecologia é uma temática que tem cada vez mais ocupado espaço nas EFAs, se consolidando como um dos princípios de bases na Pedagogia da Alternância. A caminhada dirá que papel deve cumprir o tema gerador: Agroecologia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No esforço de atingir o objetivo geral deste trabalho “analisar os princípios da Pedagogia da Alternância (PA), bem como a aplicação dos seus instrumentos pedagógicos nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), enfatizando os elementos teóricos e práticos da Educação do Campo e do Desenvolvimento Rural Sustentável”, tomamos como estudo de caso as EFAs do município maranhense do Lago do Junco tendo como foco a atuação dos/as egressos/as.

Trabalhamos a trajetória histórica da Pedagogia da Alternância em quatro dimensões: internacional, nacional, regional e local, o que nos proporcionou elementos das origens, os princípios basilares e os instrumentos pedagógicos que se construíram ao longo da caminhada. A organicidade política, pedagógica e de solidariedade estabelecidas nas dimensões acima a partir das organizações dos diversos CEFFAs. Até nos excedemos na construção textual desta memória, mas se fez necessária, sobretudo para dar dimensão da territorialização da Pedagogia da Alternância no Brasil – como tem se organizado em cada estado da Federação. Portanto, é a história de uma ideia que se transformou na Pedagogia da Alternância: um sistema educativo do campo.

Os primeiros teóricos e memorialistas da Pedagogia da Alternância cumpriram sua missão, sistematizar as experiências das quais foram protagonistas. Uma segunda geração de intelectuais orgânicos também deu a sua contribuição, através de pesquisas acadêmicas e práticas. Portanto, cabe a nós aos atuais militantes dos CEFFAs, dar prosseguimento a esta história preservando a memória e aperfeiçoando a metodologia. Seguimos a caminhada...

Os princípios basilares da Pedagogia da Alternância, são quatro, se iniciam com a “Associação”, onde as famílias são responsáveis pela gestão do projeto educativo, estabelecendo práticas participativas. A “Pedagogia Alternância” caracterizada pela distribuição de tempos-espacos alternados, trata da metodologia e da filosofia da proposta pedagógica. Estes dois

primeiros princípios são os meios, os outros dois seguintes se referem aos objetivos de uma “Formação Integral” da pessoa humana visando o “Desenvolvimento Local” do meio que o/a jovem e sua família estão inseridos. Todas as atividades educativas realizadas nas EFAs estão fundamentadas nestes princípios filosóficos e metodológicos.

Nos direcionando para o objeto principal desta investigação, mergulhamos nas temáticas Desenvolvimento Rural Sustentável e os Movimentos Sociais associadas às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Verificamos a atuação profissional de jovens egressos/as de duas EFAs, na unidade de produção familiar, em organizações sociais, em empresas e órgãos públicos.

A questão agrária é parte intrínseca na região do Médio Mearim e no município de Lago do Junco. Das lutas pela vida tendo a terra como bem comum a ser conquistado surge uma série de iniciativas de resistências ancoradas na agricultura familiar, como é o caso das EFAs assim como das diversas formas que adotam os Movimentos Sociais. Forjadas em estratégias de organização social associativas e cooperativas apoiadas por lideranças políticas, intelectuais, pesquisadores (as), comunidades de bases, igrejas que se engajam em dinâmicas de assessoramento e fomento das forças de resistências ao agronegócio.

As EFAs atuam numa rede de organizações sociais criadas e geridas pelos/as próprios/as agricultores/as. São espaços onde se praticam o desenvolvimento sustentável como forma de resistência. A partir dos laços de solidariedade e parcerias, como apresentamos nos estudos de caso.

A rede de organizações sociais camponesas da Região do Médio Mearim se constitui em uma experiência concreta e exitosa de Desenvolvimento Rural Sustentável. As práticas desenvolvidas por estas organizações apresentadas neste trabalho são consideradas experiências de resistência. Apresentamos no trabalho algumas destas organizações de abrangência regional, como por exemplo ASSEMA, ACESA e UAEFAMA.

Assim como as de atuação microrregional (municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues como COPPALJ, AMTR, AJR e as associações das EFAs.

É no contexto dos Movimento Sociais, das Organizações Governamentais, empresas ou em atividades autônomas que tem se dado as atuações dos/as jovens egressos das EFAs de Lago Junco, em âmbito local e regional o que tem sido de fundamental importância para o Desenvolvimento Local, superando inclusive as condições financeiras e ausência de políticas voltadas para a juventude rural.

A permanência do jovem no meio rural, associada a questão da sucessão rural, é um dos grandes desafios. Os possíveis caminhos (perspectivas) que podem ajudar o jovem a continuar no campo estão sendo encontrados pelos/as próprios/as sujeitos/as. O desafio é que as poucas políticas públicas existentes sejam acessíveis e não sejam extintas. Em função da crise política e econômica que vive o Brasil atualmente políticas voltadas para agricultura familiar e educação do campo sofreram severos cortes no orçamento para 2018, e ainda existem ameaças de extinção ou precarização.

Se faz necessária a garantia das Licenciaturas em Educação do Campo, os cursos no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o financiamento para as Escolas Famílias Agrícolas. Considerando que o acesso e a permanência à Educação do Campo pública e de qualidade é uma política estratégica que contribui para desenvolvimento sustentável do campo.

Outras políticas públicas, como por exemplo o crédito rural via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o crédito fundiário, a reforma agrária entre outras, são fundamentais para que os jovens do meio rural possam garantir a sucessão rural de forma exitosa. Para implantação do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) pelo estudante da EFA se faz necessária a parceria com organizações, bem como o financiamento público.

A Educação do Campo, através da Pedagogia da Alternância, emerge da necessidade dos/as sujeitos/as que moram (e lutam) no campo por políticas

públicas, na perspectiva da educação como um dos direitos sociais e fundamentais, com o caráter público, democrático e de qualidade.

A temática da Agroecologia na Educação do Campo contribui para fortalecer este debate e embate, em busca de novas práticas de formação-pesquisa-desenvolvimento. As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) são uma das experiências que permitem acesso aos conhecimentos técnico e científico e a valorização dos saberes locais das comunidades rurais, com intuito de dar autonomia aos/as sujeitos/as do campo.

Nas EFAs é realizado um esforço para a implantação de projetos Produtivos ou Unidades Produtivas Educativas, com bases em princípios e práticas agroecológicas, visando os aspectos pedagógico e produtivo.

A partir das práticas produtivas descritas no terceiro capítulo deste trabalho, podemos indicar que um dos principais desafios enfrentados é encontrar práticas sustentáveis como pastoreio racional, sistemas agroflorestais, rotação de culturas, manejo integrados de pragas entre outras possíveis. Se faz necessária busca por alternativas mais sustentáveis de produção agrícola, práticas agroextrativistas e o fortalecimento da agricultura familiar.

Experiências como as das EFAs permitem aos sujeitos do campo uma reflexão coletiva sobre determinadas temáticas para serem debatidas dentro da comunidade, como os processos de luta pela terra e na terra, as reivindicações pela consolidação da Educação do Campo ou as ações de Economia Solidária e Agroecologia.

Nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) o “Desenvolvimento Local” é um dos princípios fundamentais, sendo uma das finalidades buscadas pelos processos formativos por alternância. A Agroecologia é uma temática que tem cada vez mais ocupado espaço nas EFAs, se consolidando como um dos princípios de bases na Pedagogia da Alternância.

Com base nas EFAs estudadas nesta pesquisa, podemos levantar a seguinte questão, a Agroecologia substitui o Desenvolvimento Local ou se

acrescenta como um quinto princípio? Aos princípios basilares da Pedagogia da Alternância.

Reconhecemos que não foi possível significativo aprofundamento sobre as práticas agroecológicas. Mas, conseguimos identificar e constatar os esforços realizados pelas EFAs na perspectiva de um novo jeito de produzir alimentos. Portanto, novos estudos deverão caracterizar e analisar as implicações e resultados que as práticas agroecológicas das EFA proporcionam.

Uma das dificuldades foi o impedimento de obter bolsa para realização da pesquisa em função de ter vínculo empregatício. Se faz necessário o provimento recursos públicos voltados para pesquisas sobre as práticas educativas que utilizam a Pedagogia da Alternância. Considerando a importância que os CEFFAs têm na Educação do Campo.

Pesquisas qualitativas e quantitativas sobre os/as egressos/as das EFAs permitem avaliar os resultados que os processos formativos por alternância estão proporcionando. Um exemplo é o levantamento nominal dos/as jovens formados/as até 2014 no CEFFA Manoel Monteiro (ACEMEP, 2015). O referido trabalho e a presente pesquisa podem ajudar futuros trabalhos técnicos e científicos que comprovem a importância destas experiências educativas por alternância.

Espera-se que com esta pesquisa tenha-se contribuído com o alargamento e compreensão acerca da Pedagogia da Alternância, sobretudo no que se refere a relação desta com o Desenvolvimento Local, que é uma das finalidades dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DO CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE. **Relatório preliminar do CEFFA Manoel Monteiro - 2016**. Lago do Junco: ACEMEP, 2017. 12 p.

ASSOCIAÇÃO DO CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE. **Pesquisa onde estão os alunos do CEFFA Manoel Monteiro - 2008 a 2015**. Lago do Junco: ACEMEP, 2015. 7 p.

ASSOCIAÇÃO DO CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE. **Relatório Descritivo 2013 – Apoio inicial para o CEFFA Manoel Monteiro em Lago do Junco – MA/Brasil**. Lago do Junco: ACEMEP, 2013. 16 p.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AGRICULTURA. **Relatório Institucional Anual 2014**. Bacabal: ACESA, 2015.

ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE LAGO DO JUNCO. **Estatutos**. Lago do Junco: AEFALJ, 2004.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS FAMILIARES DE FORMAÇÃO RURAL. **Estatutos**. Lima – Peru: AIMFR, 2010.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS FAMILIARES DE FORMAÇÃO RURAL. **Informe de Atividades 2015**. Blaye - França: AIMFR, 2015.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS MOVIMENTOS FAMILIARES DE FORMAÇÃO RURAL. **Memória de Atividades 2015**. Buenos Aires- Argentina: AIMFR, 2016.

ALMADA, F. A. C. **A experiência educativa de uma Casa Familiar Rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. 2005, 118 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará/NAEA, Belém, PA.

ALMEIDA, L. M. de. Atuação da Regional AEFACOT na Educação do Campo. In **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: UNEFAB, v. 6 n. 11 set./2011. p. 43 – 46.

ARAUJO, H. F. A. **Estado/movimento sociais no campo: a trama da construção de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA, 2013. 387 p.

ARROYO, M G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011. 214 p.

BARBOSA, Z. M. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** São Luís: UEMA, 2006. 160 p.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). **Nosso Futuro Comum.** Editora da FGV, 1987.

BEGNAMI, J. B.; PEIXOTO, L. S. Os Centros Familiares de Formação por Alternância e a pesquisa. In: BEGNAMI, J. B.; DE BURGHGRAVE, T. (Orgs.). **Pedagogia da alternância e sustentabilidade.** Orizona (GO): UNEFAB, 2013. p. 263 – 269.

BEGNAMI, J. B.; DE BURGHGRAVE, T. Construção da Pedagogia da Alternância no Brasil: desafios e perspectivas In: NOSELLA, P. **Educação no campo: origens da Pedagogia da Alternância no Brasil.** 2 Reimpressão. Vitória: EDUFES, 2013. p. 253 - 274 (Posfácio de Atualização).

BEGNAMI, J. B. **Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil.** In: Documentos Pedagógicos. Brasília: UNEFAB, 2004. 32 p.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias.** Um Estudo Intensivo dos Processos Formativos de cinco Monitores. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Universidade de Nova Lisboa, Portugal, 2003. 318f.

BERNAT, I. G. **A nova forma de organização interna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:** uma introdução ao objeto de estudo. In: BARBOSA, Z. M.; CARDOSO, F. G. (Orgs.). Desenvolvimento socioespacial e regional no Maranhão: novas e velhas questões. São Luís: UEMA. 2015. p. 111 - 123.

BIACHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015:** avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113 p.

BRAMBATI, S. A. C. A luta e compromisso da ARCAFAR NE/NO do Brasil pela educação do campo no Maranhão. In: **Revista da Formação por Alternância,** Orizona, GO, v. 11, ano 6, jul. 2011. p. 47 – 49.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo.** Resolução CNE/CEB nº. 1/2002. Brasília, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017.** DOU, 31/05/2017.

CALIARI, R. O. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local.** Lavras-MG: UFLA, 2002. 237 p. (MEPES).

CALIARI, Rogério. A prática pedagógica da formação em alternância: novos espaços possíveis. **Rivista Visioni Latinoamericane**. Trieste: Centro Studi per l'America Latina/ Università di Trieste, v. 4, n. 7, p. 140-155, 2012.

CAVALCANTE, L. O. H. **Escola Família Agrícola do Sertão: entre percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais**. 2007. 264 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

COSTA, M.; SANTOS, M. **Escolas Família Agrícola, FUNACI – Piauí**. Relatório de Pesquisa. FGV, 2010.

COSTA, J. P. R. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da pedagogia da alternância**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.

DE BURGHGRAVE, T. **Vagabundos, não senhor Cidadãos brasileiros e planetários!**: uma experiência educativa pioneira do Campo. Orizona (GO): UNEFAB, 2011. 224 p. (Coleção Agir e Pensar das EFA's do Brasil, 1).

DISOPBRASIL – Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social. **Relatório Anual 2001**. Inhambupe – Bahia, 2002.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Brasiliense, 2008. 95 p. (Coleção Primeiros Passos, nº 285).

FRAGA, R. C. Q.; SOUSA, J. R. F. de. **Pedagogia da Alternância e prática educativa na Educação do Campo: experiência da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, em Ceará, Brasil**. CISMA: **Revista del Centro Telúrico de Investigaciones Teóricas**. Ano 3 n. 6, 2015. p. 1 – 22.

FREITAS, G. V. **Formação em Pedagogia da Alternância: um estudo sobre os processos formativos implementados pela AMEFA junto aos monitores das EFAs do Médio Jequitinhonha – MG**. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação do Campo - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa - BA, 2015. 265f.

FROSSARD, A. C. **Identidade do Jovem Rural Confrontado com Estereótipo de Jeca Tatu** – um estudo qualitativo com jovens da EFA Rei Alberto I. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Universidade de Nova Lisboa, Portugal, 2003. 210f.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, R.; PUIG-CALVÓ, P. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFAs no mundo**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. (Coleção AIDEFA, 2). 192 p.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Formação. In: **Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento**. I Seminário Internacional. Salvador (BA): UNEFAB, 1999. p. 39 – 48.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Trad. Thierry De Burghgrave. Petrópolis – RJ: Vozes, Paris: AIMFR. 2007 (Coleção AIDEFA, 1). 167 p.

GOHN, M.G. **Teorias dos Movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, A. C. **A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale Do Rio Pardo**: o caso da Cooperativa Leoboqueirense de Agricultores Familiares. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

GOMES, V. A. R. **Pedagogia da Alternância e o IFMA Campus São Luís – Maracanã**: o proposto e o vivido pelos alunos egressos. 2013, 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

GOMES, V. A. R. **Desenvolvimento, espaço e território na educação do campo: a relação entre a educação do campo e a pedagogia da alternância para o desenvolvimento e permanência do jovem no Campo**. In: SANTOS, P. C.; MATOS JÚNIOR, J. S. (Orgs.). Desenvolvimento socioespacial: novos olhares. São Luís: UEMA. 2013a. P. 93 -110.

GUSMÃO, L. A.; SOUSA, R. C. de; GONÇALVES, R. C. A experiência com Sistema Integrado de Produção Agroecológico da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele: uma proposta de produção sustentável em construção In: **Revista da Formação por Alternância**, Orizona, GO, v. 9, ano 5, dez. 2009. p. 43 – 47.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Malhas Municipais. Disponível em: <http://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015>. Acesso em: 23 set. 2017.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Programa de Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia – Portfólio 2013 - 2017**. Brasília-DF: ISPN, 2017. 285 p.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. de. **Agronegócio**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTENJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p. P. 79 – 85.

LÜDKE. M. e ANDRÉ, E. D. A. **A pesquisa em educação**: abordagens

qualitativas. São Paulo: E. P. U, 1986.

KUENZER, A. Z.; RODRIGUES DE LIMA, H. As relações entre o mundo do trabalho e a escola: a alternância como possibilidades de integração. **Educação**, UFSM: Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 523 -536, set./dez. 2013.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular. 2014. 360 p.

MARANHÃO (Estado). Lei de N° 10.173 de 15 de dezembro de 2014. Institui o Programa estadual Técnico-Financeiro às Escolas Famílias Agrícolas – EFAs, Casas Familiares Rurais – CFRs e Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs do Estado do Maranhão, através de entidades mantenedoras sem fins lucrativos e dá outras providências. **Diário Oficial do Poder Executivo**, 18 de dezembro de 2014.

MARANHÃO. Proposta de regionalização para o Desenvolvimento do Maranhão. São Luís: IMESC, 2015.

MARTINS, C. C. **Os deslocamentos como categoria de análise**: o garimpo, lugar de passar; roça, onde se fica e babaçu nossa poupança. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012. 220 p.

MEDEIROS, L. S. de. De “Sem Terra”. “Assentandos”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores brasileiros. In: GIARRACA, N. (Org.). **Uma nueva ruralidade em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 103 – 128.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **Revista do 6º Congresso Internacional das Escolas Famílias Agrícolas**. Anchieta: MEPES, 1998. 34 p.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **Folder Institucional**. Anchieta: MEPES, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - II ENERA**. Boletim da Educação nº 12 Edição Especial. São Paulo: MST, Dezembro, 2014. 144 p.

NOSELLA, P. **Educação no campo: origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. 2 Reimpressão. Vitória: EDUFES, 2013. 288 p. (Educação do Campo. Diálogo interculturais).

PEIXOTO, L. da S. Mística: ação pedagógica e política na Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues. In: **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: UNEFAB, v. 4 n. 7 Dez./ 2008.

PEREIRA, E. A. Avaliação formativa e Pedagogia da Alternância: uma experimentação pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO (2002 – 2002). In **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: UNEFAB, v. 1 n. 1 set./ 2005.

PERTESEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. Rev. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS – PTA, 2012, p. 7 – 14.

POZZEBON, A; MARQUES, F. C..O Projeto Profissional do Jovem no contexto da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul. **Extensão Rural – DEAER – UFSM**, Santa Maria, v. 23. n. 3. Jul/Set. 2016. p. 69 – 85.

PUIG-CALVÓ, P; GIMONET, J. Aprendizagens e relações humanas na formação por alternância. In: BEGNAMI João Batista; DE BURGHGRAVE, Thierry. (Orgs.). **Pedagogia da alternância e sustentabilidade**. Orizona (GO): UNEFAB, 2013. p. 36 – 69.

PUIG-CALVÓ, P. **Los Centros de Formación por Alternância: desarrollo de las personas y de su médio: la importância de la formación y de la investigación em las instituciones**. 2006. 389 f. Tesis (Doctoral) – Universitat Internacional de catalunya, Barcelona.

PUIG-CALVÓ, P; Introdução. In: **Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento**. I Seminário Internacional. Salvador (BA): UNEFAB, 1999. p. 15 – 24.

QUEIROZ, J. B. P de. O estado da arte da pedagogia da alternância no Brasil. In: BEGNAMI, J. B.; DE BURGHGRAVE, T. (Orgs.). **Pedagogia da alternância e sustentabilidade**. Orizona (GO): UNEFAB, 2013. 279 p. (Coleção Agir e Pensar das EFA´s do Brasil, 2).

QUEIROZ, J. B. P de. **O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás**. 1997. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

REGIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA DO ESPÍRITO SANTO. **Folder Institucional**. São Gabriel da Palha: RACEFAES, 2015.

REDE DAS ASSOCIAÇÕES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO AMAPÁ. **Informativo Rede**. RAEFAP, Ano I, Nº 1, Mar./2014. Macapá – Amapá.

RUAS. E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável MEXPAR**. Belo Horizonte: 2006, 134 p.

SANTOS, D. S. dos. Efa de Marabá: produzindo conhecimentos e alimentos agroecológicos. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, maio 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/17389>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SANTOS, T. P. M.; NEVES, M. A. das; SILVA, E. S. A liderança e participação social dos/as jovens dos CEFFAs. In: **Revista da Formação por Alternância**, Orizona, GO, v. 7, ano 4, jul. 2008. p. 50 – 57.

SHMITZ, H.; MOTA, D. M. da. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**. Itabuna, v 19, p. 21 – 30, 2007.

SERENO, L. F. **Cooperativismo e precarização do trabalho**: uma análise da atuação da COPPALJ no município de Lago do Junco. 2016, 87 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

SILVA, E. S. **A dinâmica do movimento pela educação e luta pela terra no Médio Mearim**. 2015, 101 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

SILVA, L. H. **As experiências de formação de jovens do campo**: alternância ou alternâncias? Edição atualizada. Curitiba, PR: CRV, 2012a. 188 p.

SILVA, L. H. Educação Rural em Minas Gerais: Origens, concepções e trajetória das Alternância e das Escolas Família Agrícola. In **Educação em Perspectiva**, Vicososa, v. 3, n. 1, p. 105 – 125, jan./jun. 2012.

SILVA, L. M. S. O papel didático da crise da agricultura moderna para compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico. In: GUERRA, G A. D.; WAQUIL, P. (Orgs.). **Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu. 2015. p. 227 - 247

SOUSA, R et al (Orgs.). **Educação do Campo na Amazônia**: A experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá. Belém, PA: Instituto de Internacional de Educação do Brasil(IEB)I, 2016. 164 p.

SOUZA, H. M. **Processo de construção do Projeto Político Pedagógico**: um estudo na EFA de Pacuí. 2003. 169f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Nova Lisboa, Macapá.

SOUZA, M. D. D. **Do terreiro de casa ao chão da Escola: um caminho de práticas pedagógicas e práticas sociais construídas à luz da Pedagogia da Alternância**. O caso da Escola Família Agrícola Dom Fragoso. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. 162f.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO MARANHÃO. **A Pedagogia da Alternância e seu desenvolvimento na prática da UAEFAMA**: lugar de destaque nos processos de gestão e mobilização no campo da Pedagogia da Alternância. Bacabal: UAEFAMA, 2016. 35 p.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO MARANHÃO. Quebradeiras de coco babaçu dando lições sobre economia solidária. In: **Revista da Formação por Alternância**, Orizona, GO, v. 10, ano 5, jul. 2010. p. 39 – 40.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO MARANHÃO. **Folder Institucional**. Bacabal: UAEFAMA, 2016a.

UNEFAB - UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL. **Estatutos**. Brasília: UNEFAB, 2009.

VALADÃO, J. de A. D. **Seguindo associações sociotécnicas sob a luz da teoria do ator-rede**: uma tradução da pedagogia da alternância para rotinas e tecnologias sociais. 2014. 294 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 220 p.

VERGUTZ, C. L. B. **Aprendizagens na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

ZAMBERLAN, S. **O lugar da família na vida institucional da Escola-Família**: participação e relação de poder. 2003, 191 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova Lisboa, Anchieta, ES.

ZAMBERLAN, S. **Pedagogia da Alternância**. Vitória - ES: Gráfica Mansur Ltda. 1995. 41 p. (Coleção Francisco Giusti).

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Encontro Anual da Anpocs, 20, Caxambu, Anais..., Caxambu: Anpocs, 1996.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRURADA

JOVEM EGRESSO/A

1. Nome completo:
2. Apelido:
3. Data de nascimento:
4. Naturalidade:
5. Estado civil:
6. Local de Moradia:
7. Contatos: (endereço, e-mail, zap)
8. Origem da família (urbana/rural – relatar a trajetória dos pais desde o casamento)
9. Em que ano se formou na EFA?
10. Como você tomou conhecimento da EFA? E como ingressou/entrou na EFA?
11. O que é para você desenvolvimento sustentável?
12. O que você entende por Agroecologia?
13. Quais as dificuldades enfrentadas pelo jovem para que após a formação de nível fundamental ou médio na EFA, o/a jovem retorne para trabalhar junto a sua família e comunidade de origem?
14. Quais as experiências agroecológicas desenvolvidas nas EFA's? Relate sobre estas experiências.
15. Até quando pretende estudar? Com qual finalidade?
16. Que atividades profissionais exerceu antes/durante o período de formação na EFA?
17. Fale da sua atuação profissional atual. Qual a sua contribuição a partir da sua formação recebida na EFA para o desenvolvimento rural sustentável do meio rural?
18. Relate sobre o processo de formação da EFA (Plano de Estudo, visitas, relatórios, trabalhos práticos, serões e outros instrumentos pedagógicos desenvolvidos na EFA):
19. Quais as atividades você desenvolvia na alternância (tempo) família e comunidade?
20. Como você se sente em relação a permanecer no meio rural? E os outros jovens de uma maneira geral?
21. Qual seria o caminho para melhor estimular o jovem a continuar no campo?
22. Faça uma avaliação sobre sua vida formativa na EFA.

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO PARA USO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Programa de Pós-Graduação Nível Mestrado em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional – PPDSR

Eu.....,
portador/a do RG número.....,
residente no assentamento / acampamento.....,
situado no município.....,
venho a através deste declarar a quem possa interessar, que fui entrevistado/a e respondi um roteiro de entrevista referente a pesquisa **“Os processos formativos por alternância dos jovens rurais e suas atuações no desenvolvimento local: o caso das EFA’s do município Lago do Junco – Maranhão”**, desenvolvida por Damião Solidade dos Santos, sob a orientação de Isaac Giribet Bernat, e que concordo que as informações da entrevista possam ser divulgadas como resultado da pesquisa referida acima.

Início da entrevista:

Término da entrevista:

.....; / / 201....

Assinatura do/a entrevistado/a:

.....